PONTOS E CONTRAPONTOS DA HISTÓRIA DOS CANGUÇU/ CANGUSSU:
Ascendência e Descendência de Inocêncio Fernandes Cangussu.

Eliane Cangussu Wanderley

Inocêncio Fernandes Cangussu
Município de São Francisco/MG
27/04/1947
Aniversário de 58 anos.

Eliane Cangussu Wanderley

Ao primo Roosevelt,
com carinho
07/04/2018
Eliane Cangussu

PONTOS E CONTRAPONTOS DA HISTÓRIA DOS CANGUÇU/CANGUSSU:

Ascendência e Descendência de Inocêncio Fernandes Cangussu.

Coautoria
Zilda Cangussu de Almeida

Revisão
Edna Maria Cangussu Martins

Editoração
Sâmara Mendonça

Inocêncio Fernandes Cangussu e Júlia Dantas Cangussu
Espigão - Rio Pardo/ MG
Data da dedicatória: 17/03/1928
Acervo de Ílio Pablo Cangussu Lidório. (Anexo 15)

Homenagens:

Ao nosso avô Inocêncio Fernandes Cangussu e à nossa avó Júlia Dantas Cangussu, cujos exemplos criaram base sólida de valores para nossa família: educação, trabalho, coragem, amor e dedicação.

À memória de

Minha mãe Nair, exemplo de luta, amor e dedicação;

Tios:
Diomar, Nice, Waldemar, Lilica, Ademar, Newton, Tertuliano, Amélia e Licinha;

Primos:
Joyce, Ademar Júnior, José Ismar, Everton Júnior, Rosana, Luís Fernando, João Inocêncio, José Milton, Geraldo Jackson e Julita.

Dedico

Aos meus irmãos Edimar, Edil, Edna, Ruth e Anísia;

Aos meus primos Cangussu;

Às tias Terezinha e Zilda.

Finalmente, a todos, que, com a aquisição do exemplar, contribuíram para minimizar o alto custo de uma edição limitada.

Agradecimentos

Agradeço a todos aqueles que contribuíram com a viabilização deste projeto familiar:

As minhas tias, Terezinha, Zilda e Helena, pelos depoimentos de suas lembranças familiares, pelas fotos e documentos disponibilizados com presteza, e, principalmente, pelo carinhoso incentivo dado à realização deste trabalho;

Aos primos queridos, dos mais próximos aos mais distantes e ausentes, por toda a colaboração prestada, no envio dos dados dos nomes e datas de nascimento de cada membro de suas famílias. Em especial ao Antônio Alvimar, Augusto César, Carlos Alberto, Domício, Gisele, Iracy, Lourdes, Oldemar, Paulo Roberto, Rildo, Roosevelt, Rosimar, Rosane e Rubens;

À tia Zilda, pela coautoria, virtual, com inúmeras idas e vindas no email, no ipad, no telefone e no whatsapp;

A minha querida irmã Edna, pela paciência de ler e reler, revisar, comentar e discutir comigo este texto;

A Sâmara, minha nora, Designer, que se disponibilizou à tarefa de editorar o livro e as árvores genealógicas;

A amiga e companheira de trabalho Laura Nogueira Oliveira, historiadora, que muito me honrou prefaciando este livro.

E, finalmente, agradeço ao Délio, meu marido, companheiro de todas as horas, pela tolerância ao tempo que lhe foi roubado da nossa convivência e por acompanhar e apoiar esta minha iniciativa.

SUMÁRIO

ÍNDICE DE ANEXOS 6

PREFÁCIO 8

CURIOSIDADES 9

INTRODUÇÃO 10

CAPÍTULO I:
ORIGEM DA FAMÍLIA CANGUÇU/ CANGUSSU 11

CAPÍTULO II:
ASCENDÊNCIA DE INOCÊNCIO FERNANDES CANGUSSU 20

CAPÍTULO III:
O PATRIARCA INOCÊNCIO FERNANDES CANGUSSU 26

CAPÍTULO IV
O CLÃ DE INOCÊNCIO CANGUSSU NA MEMÓRIA AFETIVA DAS
FILHAS TEREZINHA E ZILDA 31

CAPÍTULO V
A DESCENDÊNCIA DE INOCÊNCIO CANGUSSU:
ÁRVORES GENEALÓGICAS 43

CAPÍTULO VI
CONTRAPONTOS
O CONTEXTO HISTÓRICO DA ORIGEM FAMILIAR 60

1. O CONFLITO ENTRE OS CANGUÇU, OS CASTRO E OS MOURA 60

2. O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DO BRASIL NO CONTEXTO FAMILIAR 62

3. ATIVIDADES ECONÔMICAS NOS DOMÍNIOS DOS CANGUÇU / CANGUSSU 64

4. CANGUSSU - A MARCA DO PRECONCEITO 66

5. O PRINCIPAL LEGADO DE INOCÊNCIO FERNANDES CANGUSSU 67

6. REFLEXÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL: OS CANGUÇU, AMIGOS DA ONÇA? 69

CONSIDERAÇÕES FINAIS 72

ANEXOS 73

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 92

ÁLBUM DE FAMÍLIA 93

ÍNDICE DE ANEXOS

6 Nomeação de Exupério Cangussu para Capitão da Guarda Nacional

8 Nomeação de Exupério Cangussu para Coronel da Guarda Nacional

9 Registro de casamento de Inocêncio Fernandes Cangussu e Júlia Dantas Cangussu

10 Mapa da trajetória da Coluna Prestes

11 Certidão de Nascimento de Tertuliano Cangussu

20 Registro de Nascimento de Terezinha Cangussu

26 Ofício da Prefeitura de São Francisco

31 Hipótese de Ioelson Cangussu

Registro de Óbito de Diomar Cangussu

43 Registro de Óbito de Waldemar Cangussu

Registro de Óbito de Júlia Dantas Cangussu

60 Registro de Óbito de Inocêncio Fernandes Cangussu

60 Planta Topográfica da Fazenda Santa Isabel

62 Documento de nomeação para Familiar do Tribunal da Inquisição

64 Dedicatória de foto Inocêncio Cangussu e Júlia Dantas Cangussu

66 Carteira de identidade de Inocêncio Fernandes Cangussu

67 Postagem de Cleber Coqueiro Passos

69

72

73

92

93

PREFÁCIO

MEMÓRIA E HISTÓRIA FAMILIAR

A memória permite ao homem se humanizar, pois é por meio do compartilhamento das lembranças que ele se sente parte de uma coletividade e constrói sua identidade. A memória e a sua preservação é inerente à condição humana. Desde tempos muito longínquos, os seres humanos buscaram guardar suas lembranças: os primitivos desenhavam nas cavernas, os egípcios construíam pirâmides, os romanos mandavam esculpir lápides com dizeres sobre o falecido e erguiam arcos de triunfo para festejar suas vitórias. Em todos os casos, ainda que de formas as mais variadas, trata-se da construção e criação de documentos capazes de favorecer o rememorar dos acontecimentos, entendidos como significativos para se conhecer aquele indivíduo ou aquela coletividade. Graças à criação desses lugares de memória, os indivíduos e as sociedades pretendiam não deixar cair no esquecimento o que se elegeu como importante de ser relembrado.

E se as sociedades humanas tem buscado construir e guardar sua memória por meio de um patrimônio, a nível familiar isso também ocorre.

Não por acaso, nos tempos atuais, as famílias registram em fotografias momentos marcantes de sua existência. Seja em festas ou em dias de comemoração de algum evento, as pessoas fotografam para congelar aqueles instantes felizes, sempre tão fugazes. Guardados em caixinhas especiais ou colecionados em álbuns, os retratos favorecem a recuperação e conservação das lembranças ao remeterem aos momentos ali registrados. A imagem congelada torna possível recompor e reconstruir os laços que uniam os fotografados. Trata-se, enfim, de um ato de carinho e de afeto que edifica a identidade individual e familiar.

A construção da memória familiar também se faz por meio do relato de seus membros. O narrador é aquele que revive acontecimentos passados e que os compartilha com seus ouvintes ou leitores. A narrativa traz para a vida as esperanças e sonhos das gerações passadas, assim como suas lutas, vitórias e fracassos. Ao narrar, os mais velhos rememoram e permitem o conhecimento das experiências dos antepassados. E quem conhece, ama!

As memórias familiares podem ser construídas por meio de documentos acumulados por elas ao longo do tempo. Assim, as certidões de casamento, de nascimento, de aquisição de algum bem material são atos legais, mas permitem recuperar os momentos vividos por aquelas pessoas. Assim, quais foram os acontecimentos que circundaram a realização daquele matrimônio ou o nascimento daquela criança? Quais foram as dificuldades e as esperanças envolvidas na aquisição ou construção de um imóvel? Várias perguntas podem nascer da leitura desses documentos legais. E tais perguntas permitem às gerações mais novas não apenas saber quais são suas origens, como entender os percalços da vida de seus antepassados.

É certo que as memórias familiares estão guardadas ainda em objetos acumulados por elas, desde um sofá encontrado na sala, até o mais simples utensílio doméstico, como uma faca ou um caneco. Por meio deles incontáveis recordações são trazidas para a luz do dia. Quantas histórias podem ser contadas a partir de um simples bule de café ou de uma pequena máquina de costura?

Contudo, ainda que os objetos familiares, guardados com tanto afeto por seus membros, digam respeito às suas próprias lembranças, as famílias estão inseridas em uma sociedade.

Neste sentido, quais as práticas sociais de constituição de novos núcleos familiares existiam em determinadas sociedades? Como as mulheres eram tratadas em uma determinada sociedade? Quais acontecimentos políticos e sociais podem ter influenciado a atitude de determinado membro da família? Quais as práticas econômicas vigoravam em determinado espaço e tempo? Assim, a história individual e familiar encontra-se entrelaçada com a história da sociedade na qual ela está inserida.

O livro que agora temos em mãos, redigido por Eliane Cangussu, permite a seus leitores essas e muitas outras reflexões. Redigido com o entrelaçamento da história familiar com a social, sua leitura permite compreender como uma inexiste sem a outra. Se a primeira traz à luz os acontecimentos familiares, a história social permite compreender o contexto no qual os primeiros ocorreram. A história familiar humaniza a história social, pois a apresenta encarnada em sujeitos que construíram o seu tempo e, simultaneamente, foram constrangidos pelo mundo no qual nasceram e viveram.

Contudo, acima de tudo, o livro é uma prova de amor, pois é também um convite a seus familiares a se conhecerem e a cooperarem na recuperação das memórias familiares e na edificação da história familiar.

Ainda que não sendo uma Cangussu, foi com enorme prazer e alegria que realizei a leitura desse livro.

Laura Nogueira Oliveira
Profa. Dra. em História
CEFET-MG

CURIOSIDADES

SIGNIFICADO DA PALAVRA CANGUSSU

ETIMOLOGIA: da língua indígena Tupi

"canga" ; "acanga" - cabeça
"cangua" - "cabeça redonda"
"açu" "assu"- grande
Cabeça redonda grande

ORIGEM DO NOME DA CIDADE CANGUÇU - RS / BRASIL.

A denominação do nome do município Canguçu deriva da palavra indígena

"Caa-guaçu" - mata grande / mato grosso

Caa-guaçu era uma alusão à milenar mata grande que encobriu primitivamente a encosta da Serra dos Tapes voltada para a Lagoa dos Patos e que daria o nome à ilha de Canguçu, mais tarde chamada de ilha da Feitoria. Há, porém controvérsias, quanto à origem do nome da ilha, pois algumas informações admitem que a denominação se refere à onça.

O ALFABETO TUPI

Uma das maiores dificuldades quando se inicia o estudo do tupi é a grafia das palavras, pois cada autor escreve como está acostumado a escrever no alfabeto da sua língua e adota uma série de sinais gráficos para interpretar os sons que não percebe bem.

O som do (s) é, em tupi meio chiado, não tão sibilado e nunca terá o som de z, mesmo que fique entre duas vogais. No caso, como na língua portuguesa e para facilitar a nossa pronúncia, colocam-se dois ss, como em essá = olho, mas poderia ser esá e o som seria o mesmo, encontra-se eçá em muitos autores.

Podemos observar que o som do (s) é grafado em português, com dois esses, em todas as palavras de som correspondente (s) nos exemplos que se seguem, retirados do Hino Nacional Brasileiro em Tupi-Guarani.

sacemossú berabussú manossáua Turussú ixaissú saarússáua curussa

INTRODUÇÃO

"Cangussu" sempre foi para mim uma história de amor, lealdade e amizade. Cresci ouvindo casos que minha mãe, (tia Nazinha) contava. Com ela, aprendi amar e respeitar meu sobrenome, a partir do exemplo de força, coragem, trabalho e dedicação de uma mãe Cangussu. E assim, passei o Cangussu para meus filhos e também lhes ensinei a dele se orgulhar.

Nossa tia Zilda sempre se interessou muito pelo resgate de nossa ancestralidade, da origem de nossa família. Primeiro ela me emprestou o livro Sinhazinha, romance que relata o amor proibido entre dois jovens de famílias inimigas, sendo uma delas os Cangussu. Depois me disponibilizou a cópia de um livro que tratava da origem da família. De 2009 para cá, tenho ido a Goiânia todos os anos, e tia Zilda e eu conversamos muito e fomos amadurecendo a ideia de redigir um outro livro sobre a história da família. Consegui comprar em um sebo no Rio de Janeiro um exemplar do referido livro: "Uma Comunidade Rural do Brasil Antigo" do historiador Lycurgo Santos Filho. O autor trata de aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX, focando seu estudo em quatro gerações da família Canguçu. Foi a partir dessa leitura, em dois volumes, que me interessei ainda mais por realizar uma pesquisa sobre nossa ancestralidade e por reescrever nossa história.

A obra de Lycurgo inspirou trabalhos acadêmicos de monografia e dissertação. Tomei conhecimento da existência de uma dissertação de Mestrado defendida na Universidade Federal da Bahia, intitulada "Conflito de família e banditismo rural na primeira metade do século XIX : Canguçu e "peitos-largos" contra Castros e Mouras nos sertões da Bahia", em que a autora aborda aspectos da família Canguçu. Baixei seu arquivo imprimi e fiz a leitura. Percorri bibliotecas virtuais da FGV - Fundação Getúlio Vargas e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e do Centro de Cartografia Histórica da UFMG. Cadastrei-me no site My Heritage e lá, registrei a nossa genealogia. É importante registrar que os bate-papos no grupo da Família Cangussu/ Canguçu/ Kanguçu, no Facebook me abriram alguns caminhos, agradeço especialmente à prima Euzy Cangussu, neta de Júlia Cangussu (irmã de vô Inocêncio) e Terêncio pelas informações compartilhadas.

Desde então ando envolvida com leituras e buscas na internet, conversas aqui e ali, mas, ainda não localizei o "elo perdido" entre nosso trisavô e os descendentes relatados nas referências estudadas. Preciso agora de uma pesquisa cartorial e também em igrejas e cemitérios, para fechar a genealogia. O importante entretanto é que o caminho está aberto, e já existem indícios de onde procurar as informações necessárias para completar a pesquisa.

Confesso que me surpreendi com a vasta bibliografia, histórica, documental e literária disponível, além dos grupos e comunidades virtuais encontradas. Meu propósito neste trabalho foi o de transcrever sumariamente e escrever o histórico familiar dos Canguçu/Cangussu, com o foco em nosso ramo da árvore genealógica. Pretendi também apresentar uma contextualização dos momentos históricos vividos por essa família, com um olhar crítico, distante e isento de julgamento.

Para redação do texto escolhi a primeira pessoa do plural. O "nós" aqui representa todos os meus irmãos e os primos da descendência do nosso Avô Inocêncio Fernandes Cangussu.

CAPÍTULO I:
ORIGEM DA FAMÍLIA CANGUÇU/ CANGUSSU

Esta é a história que se passou num intervalo de 150 anos, nos séculos XVIII e XIX, na Fazenda do Campo Seco, que existiu, outrora, nas terras do município de Bom Jesus dos Meiras, hoje denominado Brumado, Bahia.

Um homem de negócios, Miguel Lourenço de Almeida, veio de Lisboa, Portugal, determinado a plantar e criar raízes nas terras baianas do Campo Seco. Em terras doadas pela coroa, construiu uma fazenda onde exercia atividades rurais de criação e lavoura: criação de animais de raça, para produção de carne e couro, plantação de algodão e cana de açúcar, engenho e comércio de subsistência. Tais atividades foram ali desenvolvidas nestes 150 anos de existência da fazenda.

Os pais de Miguel eram portugueses, José Lourenço e Domingas João, "os Lourenços". Miguel, casou-se no Brasil com a jovem menina Ana Francisca da Silva, filha do sertão, barranqueira do Velho Chico e tostada pelo sol. Deu-lhe oito filhos, seis mulheres e dois homens. Prosperou e fez fortuna, mas, sua ojeriza pelos cargos públicos, seus costumes severos e o fato de não ter possuído patentes certamente explicam sua origem nos cristãos novos, judeus convertidos, dos quais falarei mais adiante.

Miguel Lourenço de Almeida morreu, provavelmente, em 1785 aos 77 anos, nascera em 1708. Ana Francisca viveu até 1838.

E a história continua....

Três das filhas de Miguel Lourenço se casaram com três irmãos, Joaquim, José e Antônio Pinheiro Pinto. Eram eles descendentes de portugueses radicados em Caitité, gente de origem da pequena burguesia, provavelmente também cristãos novos. Eram homens instruídos, considerando-se os padrões para a época.

Graças ao casamento, eles puderam penetrar pelo Campo Seco adentro. Joaquim e José se estabeleceram nos quinhões herdados e recebidos por dote, enquanto Antônio Pinheiro Pinto, casado com Bibiana, sucedeu ao sogro, permanecendo na fazenda sede e na chefia da família.

Criador e plantador, intermediador e capitalista, Antônio Pinheiro Pinto foi também comerciante em sua fazenda de Campo Seco. Astuto, dotado de grande tino comercial, ele capitalizou-se por meio da dedicação a diversos ramos de atividades lucrativas. Tornou a região autossuficiente. Teve armazém de atacado e varejo, negociando armarinho, tecidos, ferragens, secos e molhados, artigos de higiene e utilidades domésticas.

Do seu casamento com Bibiana, nasceram dois filhos, Inocêncio José Pinheiro Pinto (futuro Canguçu) e Zeferina Maria de Santo Antônio. Como a mulher não recebia instrução, o pai colocou apenas Inocêncio José na escola do Mestre Tomás José da Costa, professor particular da época, padre secular leigo, incumbido então de lhe ensinar ler, escrever, contar, religião e latim. Garantia assim que o filho recebesse a mesma formação que recebera.

Foi Antônio Pinheiro Pinto quem construiu o Sobrado do Brejo, entre 1808 e 1812, a cem metros da velha casa grande, que passou então a abrigar o armazém e o depósito de mercadorias. Este imponente casarão foi seu maior orgulho e abrigou a família por mais de cem anos. Concentrou um rico acervo documental do qual constavam desde documentos pessoais, livros específicos de registros e escrituras até os livro-caixa das diversas movimentações comerciais e financeiras e que foram anotados por várias gerações sucessivas. Antônio Pinheiro Pinto deixou grande fortuna, decorrente do labor cotidiano, incessante e obstinado, e , das atividades "capitalistas" como a exploração do aluguel do trabalho de seus escravos, e também do juros de financiamento a pessoas descapitalizadas. Ele morreu em 1822. Segundo informações orais, sem comprovação, sua morte foi em decorrência de ferimento com arma branca, uma facada, dada por um de seus escravos. Novamente a grande propriedade rural se dispersa.

Findou-se mais um ciclo do acúmulo de bens e ascensão econômica e social. Os seus descendentes constituíram grande, rico e respeitado clã. Dividiam com as principais famílias a direção política, social e econômica daquele pedaço do Sertão Baiano.

Foto disponível no Portal de Brumado.
http://biografiadebrumado.blogspot.com.br
Dados sobre o Sobrado do Brejo
Disponível em: pt.wikipedia.org
Acesso em 20/03/2017

Estilo dominante:	Colonial
Arquiteto:	Francisco Antônio dos Santos de Alcunha
Início da construção:	1808
Fim da construção:	1812
Proprietário inicial:	Antônio Pinheiro Pinto
Função inicial:	Residência
Proprietário atual:	Magnesita S.A, Município de Brumado
Função atual:	Lembrança histórica
País:	Brasil
Cidade:	Brumado
Localidade:	Antiga Fazenda Serra das Éguas
Estado:	Bahia

Mais de cem anos já se haviam passado desde o nascimento em Lisboa, em 1708, do português Miguel Lourenço de Almeida, que se casou no Brasil, primeira geração, Antônio Pinheiro/ Bibiana, a segunda, e Inocêncio José Pinheiro Pinto (futuro Canguçu), a terceira geração.

Coube a Inocêncio José Pinheiro Pinto, terceiro senhor das terras e da descendência, inaugurar um novo ciclo. Ele se tornou mais rico e proprietário de mais terras que o pai e o avô, pois adquiriu muitas fazendas, expandindo-as também para regiões de Minas Gerais. Revelou-se, contudo, diferente de seus ancestrais no que se refere ao desapego ao chão, pois vivia de fazenda em fazenda. Embora esbanjador, imprevidente e aventureiro, em suas andanças soube aproveitar bem as oportunidades de bons negócios e criar tantas outras.

Repartiu os bens com a mãe e o cunhado e assumiu a administração dos bens da avó, da mãe, das tias e dele próprio. Liquidou os estoques e fechou o armazém. Continuou com as atividades agropecuárias e com as de capitalista. De temperamento aventureiro, teve a vida permeada de episódios romanescos e trágicos. Impetuoso, brigador, turbulento, gastador e namorador. Tal comportamento lhe renderam onze filhos legítimos e pelo menos mais dez, conhecidos, de mães "desconhecidas", leia-se: relações não documentadas no acervo do sobrado.

Nascido em 1795 e casado em 1817, sucedeu o pai aos 27 anos, em 1822. Foi a partir deste ano, do falecimento de seu pai, que Inocêncio acrescentou o "Canguçu" ao seu nome em substituição ao "Pinto", passando a assinar Inocêncio José Pinheiro Canguçu. Sertanejo impulsivo e brigador, ele resolveu adotar o nome nativo que mais lhe agradou. Foi na caatinga onde vagueava a onça pintada **Panthera onca**, variedade Canguçu, que seu nome escolheu e dele se apropriou. Inocêncio José Pinheiro adotou e transmitiu o Canguçu aos seus descendentes.

A HISTÓRIA CONTADA EM VERSO

Surgiu faminta da mata, rugindo como leão;
Comia vaca, bezerro, bode, e, até leitão.
Assustava muita gente, dia e noite sem perdão;
Os fazendeiros encontravam, eram só ossos no chão.

Surgiu um homem valente, prometendo seu couro tirar;
E pra fazer fama e tesouro, um lindo gibão costurar.
Uma cilada foi montada, na beira do ribeirão;
Onde era seu caminho , pra se esconder no grotão.

De repente um estampido, fez o ouvido doer;
E sua brusca caída, fez o chão estremecer.
A promessa foi cumprida e o seu couro foi tirado;
Logo correu a notícia que uma canguçu havia matado.

Daí pra frente só se via, o homem trajando o gibão;
E o povo sempre olhando, com muita admiração.
Chamando de Canguçu, aquele audaz valentão;
Que do nome se apossou, com muita veneração.

Assim se conta essa história, de um sobrenome inventado;
Do homem e da descendência, no cartório acrescentado.
Cangussu daí surgiu, por valentia, garra e satisfação;
Iniciando uma grande família de honestidade, trabalho e gratidão.

Autoria: Antônio Alvimar Rodrigues Cangussu

Em 1830, por motivo desconhecido, sem registros oficiais, Inocêncio José Pinheiro Canguçu afastou-se da casa do sobrado. Ficou algum tempo sem comunicação com a família, e, retornou posteriormente, conservando, porém, o hábito de realizar escassas estadias no sobrado, entre as idas e vindas das diversas fazendas que possuía. Este período coincide com as lutas travadas em função de conflitos familiares e disputas de posse de terras que serão abordadas posteriormente.

Nos registros, consta que ele mantinha residência em uma fazenda que adquirira em Minas Gerais, dali saindo para intercalar breves estadas no Sobrado do Brejo e nas outras fazendas. Essas ausências prolongadas o levaram a transferir ao filho Exupério Canguçu, ainda em vida, a administração da Fazenda Brejo do Campo Seco e também a do sobrado e da família.

Apenas para complementação das referências genealógicas, os onze filhos legítimos de Inocêncio José Pinheiro Canguçu e Prudência Rosa foram: Jesuíno, Exupério, Pedro, Leonino, Zeferino, José, Ermelinda, Adolfo, Lívio, Geraldina e Bibiana. Os outros dez, aqueles então denominados de bastardos, estamos em busca dos nomes, dentre eles, provavelmente está nosso "elo perdido", uma vez que no Sobrado do Brejo, no acervo documental da família nenhum registro foi encontrado dos filhos que Inocêncio José, teve fora do casamento.

Foi na Fazenda da Ilha do Pão, próxima ao Arraial de São Miguel, em MG, região banhada pelo rio de mesmo nome, afluente da margem esquerda do Jequitinhonha, que Inocêncio José Pinheiro Canguçu

residiu por muitos anos e faleceu em setembro de 1861, aos 66 anos. Ele foi sepultado no Arraial de São Miguel, atual município de Jequitinhonha. Nosso avô Inocêncio Cangussu, nasceria em 1890, 29 anos depois da morte de Inocêncio José Pinheiro Canguçu, sendo provavelmente seu bisneto.

O lugarejo de origem do atual município de Jequitinhonha foi fundado em 1811, por ordem da Coroa, para guarnecer o rio Jequitinhonha, que se supunha ser diamantífero. A localização do povoado de São Miguel deveu-se, portanto, a razões estratégicas e de segurança militar, uma vez que ali se encontrava a barra do rio São Miguel, cujo percurso facilitava o acesso às entranhas do sertão.

Inicialmente ali foram construídas duas casas, sendo uma num lugar denominado Roda e outra no centro do povoado. Foram instaladas as primeiras fazendas de criação e as primeiras lavouras, nas quais se empregavam processos rotineiros e instrumentos primitivos de trabalho. Foi numa dessas fazendas, localizada na Ilha do Pão (ilha fluvial), na barra do rio São Miguel que Inocêncio José Pinheiro Canguçu refugiou-se do Sobrado do Brejo e ali constituiu nova família. Ele faleceu nesta localidade, em 1861.

Os primeiros habitantes do povoado Jequitinhonha foram os índios Maxacali ou Pataxó, descendentes dos Tapuia, que viviam em aldeias da região e que foram devastadas pelos portugueses no processo de ocupação da região, a partir de 1811. O povoado recebeu os seguintes nomes, sucessivamente: São Miguel, São Miguel da Sétima Divisão, São Miguel do Jequitinhonha e Jequitinhonha, sendo este último de origem indígena e significa "rio largo cheio de peixes". Este é um dos municípios em cujos arquivos podemos buscar informações sobre os descendentes ainda desconhecidos, filhos de uma família paralela de Inocêncio José Pinheiro Canguçu. E, falando em indígenas, minha mãe, tia Nazinha, dizia que vó Júlia era neta de índia tapuia, laçada no mato. Provavelmente descendente de índia sim, seu biotipo não escondia sua origem, quanto a ter sido "laçada", certamente é folclore, "aliciada", seria um termo mais atual.

A esposa legítima de Inocêncio José, nascida em Bom Jesus dos Meiras, faleceu no Sobrado do Brejo em 1848, treze anos antes do marido. Morreu amargurada com o desenrolar da sanguinolenta luta provocada pelo filho Leonino entre as famílias Canguçu e os Moura e Castro (de Castro Alves), travada entre 1844-47, culminando com a morte de seu neto e de seu filho Leolino, em 1847.

Esta luta foi relatada por Lycurgo e por Afrânio Peixoto no romance "Sinhazinha" Ela também foi tema de uma dissertação de mestrado em História : "Conflito de família e banditismo rural na primeira metade do século XIX : Canguçu e "Peitos-largos" contra Castros e Mouras nos sertões da Bahia, de Luiza Campos de Souza. Esse conflito rendeu muitas outras referências literárias e acadêmicas, incluindo Jorge Amado em sua obra "ABC de Castro Alves" e será por mim relatado mais adiante.

A morte de Inocêncio José Pinheiro Canguçu acarretou nova e grande divisão nos domínios rurais da família cujo latifúndio fragmentou-se em tantos pedaços quantos foram os filhos do terceiro proprietário do antigo Campo Seco. Exupério Canguçu foi o filho que continuou na administração da Fazenda do Campo Seco.

Dos quatro fazendeiros do Brejo do Campo Seco, Exupério Canguçu foi o último e o de maior projeção: "*aquele que lia latim e não errava tiro, moço às direitas* [...]" conforme descrito em "História de Castro Alves", de Pedro Calmon. Nasceu e cresceu na Fazenda do Brejo Seco, foi alfabetizado pelo

vigário de Bom Jesus dos Meiras. Aos quinze anos, seguiu os estudos em Salvador. Interrompeu, contudo, sua carreira em Direito, no Recife, em função da revolta Sabinada(*), que exigiu sua presença em Campo Seco. Mas ele desenvolveu o gosto pela leitura e manteve numerosa biblioteca na fazenda, cerca de trezentos volumes, de literatura nacional, portuguesa, francesa e inglesa. Lia latim e francês e tinha noções básicas de inglês.

(*) Revolta feita por militares, integrantes da classe média e rica da Bahia. Entre 1937-1938, liderada pelo jornalista e médico Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira, queriam mais autonomia política e defendiam a instituição do federalismo republicano para as províncias.

Exupério transformou parte do andar térreo do sobrado em sala de aula mobiliada, e contratou dois professores para lecionar aos filhos, homens e mulheres, diariamente. Um dos seus filhos estudou engenharia na antiga Escola Politécnica do RJ e plantou suas raízes em São Paulo. Exupério elevou o padrão econômico dos moradores do sobrado, em mobiliário, louças, riqueza e luxo.

Ele envolveu-se intensamente com a vida política- administrativa de sua região. Afirma-se que quando o Coronel Exupério Canguçu militou na política, Caitité era uma das mais importantes vilas do sertão baiano. Político influente, ele definia em sua zona, a eleição ou a derrota dos deputados de seu distrito. Usufruiu de grande influência até a proclamação da República. Recebeu os títulos de Capitão (Anexo 1) e Coronel da Guarda Nacional, (Anexo 2). Exerceu a chefia do seu partido, Partido Liberal, foi vereador, presidente da Câmara municipal, intendente (prefeito) e primeiro suplente do Juiz municipal.

Progressista, Exupério também se aventurou no negócio de extração de ferro, em jazida de sua propriedade. Erigiu um forno para essa produção, iniciada em 1868, tornando-se pioneiro dessa indústria na região, num investimento de cem contos de réis, uma fortuna para a época. Findou as atividades da fábrica, por falência, no ano de 1878. A fundição foi um dos fatores que determinaram sua ruína financeira, causando-lhe desequilíbrio nos negócios agravados pela abolição da escravatura.

Com o passar dos tempos, reviravoltas políticas, mudanças de gabinetes, ascensão e declínio dos partidos Liberal e Conservador, verificou- se a gradativa extinção do poder do Coronel Canguçu. Encerrava-se no país a era do predomínio dos senhores rurais, que findou em 1888, com a abolição da escravidão. O "abastado, prático e influente sertanejo faleceu pobre, legando aos filhos terras nuas e desvalorizadas". A região onde se situava a fazenda do Brejo do Campo Seco, o povoado de Bom Jesus dos Meiras, depois passou a denominar Caitité e, atualmente, município de Brumado. Exupério nasceu no sobrado do Brejo em 24 de setembro de 1820 e faleceu em 8 de fevereiro de 1900.

Nos documentos do inventário de sua mãe, datado de 1848, foi possível identificar 11 filhos legítimos e herdeiros do casal: Exupério Pinheiro Canguçu (casado), Leolino Pinheiro Canguçu (falecido e casado), Geraldina Xavier Cotrim (casada), Pedro Alexandre Pinheiro Pinto, de 23 anos, Zeferino, de 21 anos, José Ignácio, de 16 anos, Francisco, de 14 anos, Emiliandra de 12 anos, Adolfo, de 10 anos, Lívio, de 8 anos e Bibiana, de 05 anos. Na partilha de bens, de 1851, Francisco é referenciado como falecido.

Defendo a tese de que o nosso trisavô(ó) teria sido irmão ou irmã de Exupério, filho "bastardo(a)" de Inocêncio José Pinheiro Canguçu, que seria, nesse caso, nosso tetravô e bisavô de nosso avô Inocêncio.

Segundo relatos do historiador Lycurgo, Inocêncio José Pinheiro Canguçu também dividiu parte de seus bens com alguns dos filhos "ilegítimos". Fato é que nossa história, sofre aqui uma interrupção, nada se sabe sobre mulher(es) e filhos fora do casamento. Nos relatos de Lycurgo Santos Filho, é mencionada a existência de "pelo menos mais dez filhos".

Sendo assim, resolvi pesquisar no sentido inverso, partindo da minha geração, a geração dos netos de Inocêncio Fernandes Cangussu e Júlia Dantas Cangussu. Partindo daí, busquei a nossa ascendência. A partir da certidão de casamento deles, de onde obtive os nomes de seus pais, nossos bisavós.

Em buscas no site My Heritage e em conversas no grupo da Família Cangussu/Canguçu/ Kangussu, do Facebook, consegui chegar aos nomes dos avós de Inocêncio Cangussu, nossos bisavós, e dos tios-avôs e avós, irmãos de nosso avô Inocêncio.

E numa verdadeira saga, foram muitas mensagens sem respostas. Sentia em alguns a dificuldade em compartilhar informações, em outros, desconhecimento. No referido grupo do facebook, muitos dizem que Canguçu e Cangussu são a mesma família, outros, admitem ser famílias diferentes. Depois de ler a bibliografia a respeito, hoje, tenho convicção de que se trata de uma única família, a grafia do Canguçu/Cangussu é diferente, mas, a origem familiar é a mesma.

O que justificaria então a grafia diferenciada? Canguçu e Cangussu? Erros cometidos em cartórios? Ou seria registro voluntário de filhos ilegítimos para diferenciá-los? Correção ortográfica? São muitos os questionamentos e as possibilidades de respostas.

Para Ioelson Pinheiro Cangussu, a família Cangussu de Espinosa, é uma, sem vínculo com os Canguçu de Brumado. Para ele, Inocêncio Fernandes Baleeiro, por ter o nome de Inocêncio, igual ao do Inocêncio José, o primeiro Canguçu, teria sido "apelidado" de Cangussu, nome que também adotou, mas, desta vez, grafado com dois esses. Esse nome teria sido transmitido aos seus filhos. Ioelson se fundamenta, também, em depoimentos orais de Dirceu Ribeiro da Cruz, nascido e criado em Espinosa, segundo ele, estudioso da genealogia das famílias tradicionais de Espinosa. (Anexo 8).

Para contestar esta tese, desenvolvo dois raciocínios diferentes, o primeiro, sobre a grafia da palavra indígena no português de Portugal e, o segundo com a linha do tempo das gerações Canguçu/Cangussu.

Em carta do Governador da Bahia e do Imperador Dom Pedro II, para concessão dos títulos de Capitão e Coronel da Guarda Nacional a Exupério, verifiquei que seu nome foi grafado com dois esses: Exupério Pinheiro Cangussu, (Anexos 1 e 2). Tratando-se de um documento oficial do Império, esse fato sugere, que seria essa, a grafia na língua portuguesa culta da época, enquanto que, a grafia acedilhada, remeteria à língua indígena grafada, embora também aceita por alguns autores e linguistas. No intuito de se fazer uma correção ortográfica, com a referência no Português culto de Portugal, os Canguçu podem ter, aleatoriamente, modificado a grafia do sobrenome Canguçu para Cangussu na descendência. Assim, alguns permaneceram Canguçu, e outros se tornaram Cangussu.

Quanto ao segundo raciocínio, o da linha do tempo, considerando que nosso avô, Inocêncio Fernandes Cangussu nasceu em 1890, e, Exupério faleceu em 1900, eles coexistiram durante dez anos. Tomando-se uma média de 25 anos para cada geração, nosso bisavô Tertuliano teria nascido em 1865 e nosso

trisavô Inocêncio Fernandes Baleeiro em 1840. Sendo assim, o primeiro Canguçu ainda estaria vivo, pois, Inocêncio José Pinheiro (Pinto) adotou o nome Canguçu em 1822 e faleceu em 1861, em Minas Gerais, como já foi relatado neste texto. Considero frágil uma tese que defende que dois homens, que coexistiram na mesma época e região, tenham trocado ou adicionado o mesmo sobrenome. Ainda menos provável, porque os Canguçu de Brumado constituíram um clã de prestígio, muito conhecido na região.

Outra declaração, esta entretanto que reforça minha tese, de que os Cangussu e os Canguçu de Brumado são uma única família, foi feita por Cléber Coqueiro Passos, no grupo Só Cangussu, do *extinto Orkut*: "*Vocês deveriam encontrar a Certidão de Óbito de Inocêncio Fernandes Baleeiro Cangussu. Provavelmente a mãe dele era Cangussu, dos Canguçu de Brumado. Era costume entre os Canguçu as mulheres passarem o sobrenome Cangussu*". Cleber também declara essa sua tese no grupo da Família Cangussu/ Canguçu/ Kangussu, no Facebook, (Anexo 17).

É fato que, em nossa família, desde os trisavós, todos os "Cangussu" são grafados com dois esses e o nosso elo desaparece numa nuvem de filhos ilegitimados pelo preconceito e pela força da lei.

Do lado da família Fernandes, nosso tetravô ou tataravô é conhecido, Antônio Fernandes Baleeiro, pai de Inocêncio Fernandes Baleeiro, nosso trisavô. Como o sobrenome da mãe de Antônio Fernandes Baleeiro é também desconhecido, pode ser que o Cangussu tenha vindo da mãe de Inocêncio Baleeiro, e, que, nenhum filho tenha sido registrado com o sobrenome da mãe, como defende o Cléber, o sobrenome seria resgatado por Inocêncio Baleeiro na geração seguinte ao ser repassado aos seus filhos.

Minha tese é menos complicada, e, penso eu, mais obvia, uma vez que defende o Cangussu é de origem matriarcal, como defende o Cléber, entretanto, por origem de Laurinda Cangussu que se casou com Inocêncio Fernandes Baleeiro que, aí sim, poderia ter sido "apelidado" de Cangussu por causa da mulher e, transmitido o Cangussu da mãe para os filhos.

O próprio Ioelson contribui com minha tese, na medida que admite a ausência do Cangussu na ascendência de Inocêncio Baleeiro e que o Cangussu teria sido um apelido adotado. E, o Cléber também, ao admitir a possibilidade da origem matriarcal. São muitos os casos do sobrenome transmitido pelas mães, inclusive, o meu pessoal.

Teríamos então, na minha linha de raciocínio, de baixo para cima, a seguinte origem do nosso ramo genealógico do Cangussu:

1. Tetravô: Inocêncio José Pinheiro Canguçu (o único primeiro Canguçu), ainda faltam os documentos comprobatórios.
2. Trisavós: Laurinda Cangussu Fernandes e Inocêncio Fernandes Baleeiro.
3. Bisavós: Tertuliano Fernandes Cangussu e Sebastiana Angélica Cangussu.
4. Avós: Inocêncio Fernandes Cangussu e Júlia Dantas Cangussu.
5. Pais: Filhos e Filhas de Inocêncio e Júlia.
6. Netos: Nossa geração, netos e netas de Inocêncio e Júlia.

Na hipótese do Cangussu ter origem materna, de Laurinda, nosso elo seria a própria Laurinda, filha direta, ilegítima, de Inocêncio José Pinheiro Canguçu. Esta seria a ligação entre nossa ascendência e os senhores do Sobrado do Brejo. Para dar prosseguimento ao trabalho de esclarecimento das origens de nossa família, iniciei uma pesquisa no cartório do município de Urandi, BA, onde viveram nossos bisavós. Busco registros de nascimento, casamento e óbito, os quais, acredito, ajudarão no esclarecimento da questão.

Outro foco da pesquisa serão os arquivos e cartórios do município de São Miguel, atual Jequitinhonha, onde viveu Inocêncio José Pinheiro Cangussu com uma "segunda família" e onde faleceu. Parece necessário buscar o seu registro de óbito e informações sobre herança deixada para filhos, pois, ainda que não tenham sido registrados pelo pai, houve a doação de terras, o que significa que foram reconhecidos por Inocêncio José Pinheiro Canguçu.

Tais registros podem ser buscados em outras localidades de Minas e da Bahia, onde existiam fazendas de propriedade de Inocêncio José. E, entretanto, seria mais difícil identificar tais propriedades inventariadas, porque suas delimitações são, em geral, estabelecidas considerando acidentes geográficos, atualmente modificados e com denominações diferentes. O centro de estudos cartográficos do Instituto de Geociências da UFMG, mantém uma boa coleção cartográfica, que também pode ser consultada. Como regra geral, temos que investigar inicialmente as linhas mais evidentes.

Assim que conseguir comprovar a hipótese de vínculo, pretendo realizar uma segunda edição, em versão digital, do presente trabalho.

Inocêncio Baleeiro Fernandes e Laurinda Cangussu, nossos trisavós, viveram no Município de Urandi, Bahia. Há evidências, pelos nomes levantados, que o nosso Cangussu veio de Laurinda e o Fernandes de Inocêncio Baleeiro Fernandes, sem o Cangussu. Fato é que todos os filhos do casal, assinavam Fernandes Cangussu. Nenhum filho foi registrado com Baleeiro. Informações do site My Heritage, confirmam que o nome do pai de Inocêncio Baleeiro Fernandes não tem o Cangussu, e a mãe é desconhecida. Ainda em referências do site My Heritage constam o nome de Inocêncio Baleeiro, ora com e ora sem o Cangussu. Existem também as grafias Baleeiro e Balieiro para a mesma pessoa. Segundo apurei, Baleeiro seria o correto.

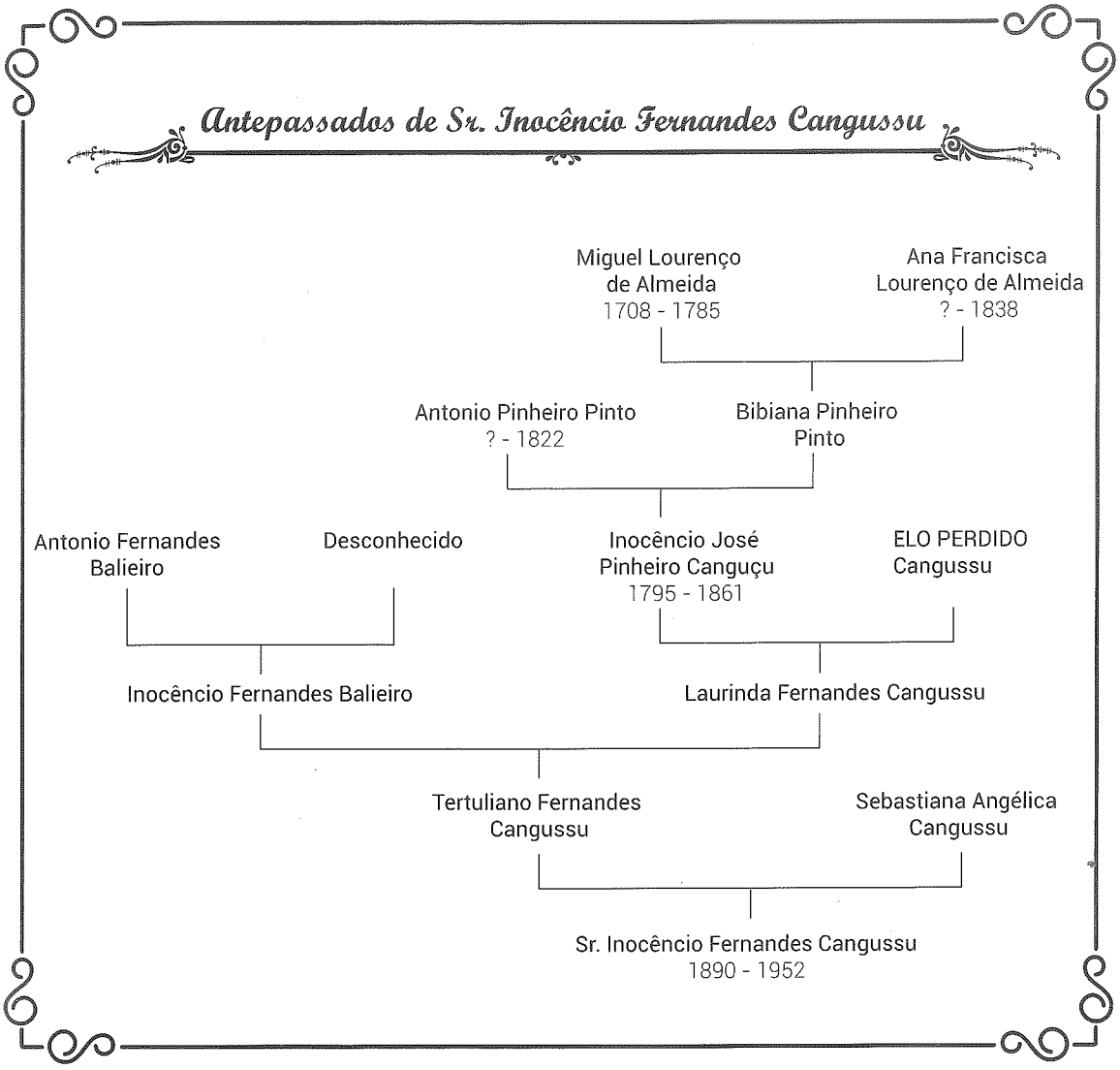
Nosso bisavô Tertuliano era Fernandes Cangussu, segundo o registro de casamento de nossos avós, Inocêncio e Júlia (Anexo 3). Inocêncio, nosso avô, embora tivesse adotado apenas o Cangussu em sua vida prática, também tinha no seu registro o Fernandes no nome. Nessa hipótese, Laurinda, nossa trisavó, seria filha de Inocêncio José Pinheiro Canguçu, e, o elo perdido desse nosso ramo Cangussu teria uma origem matriarcal.

Enfim, Inocêncio José Pinheiro Canguçu, o primeiro, seria nosso tetra avô. Seríamos então a sexta geração de Canguçu / Cangussu.

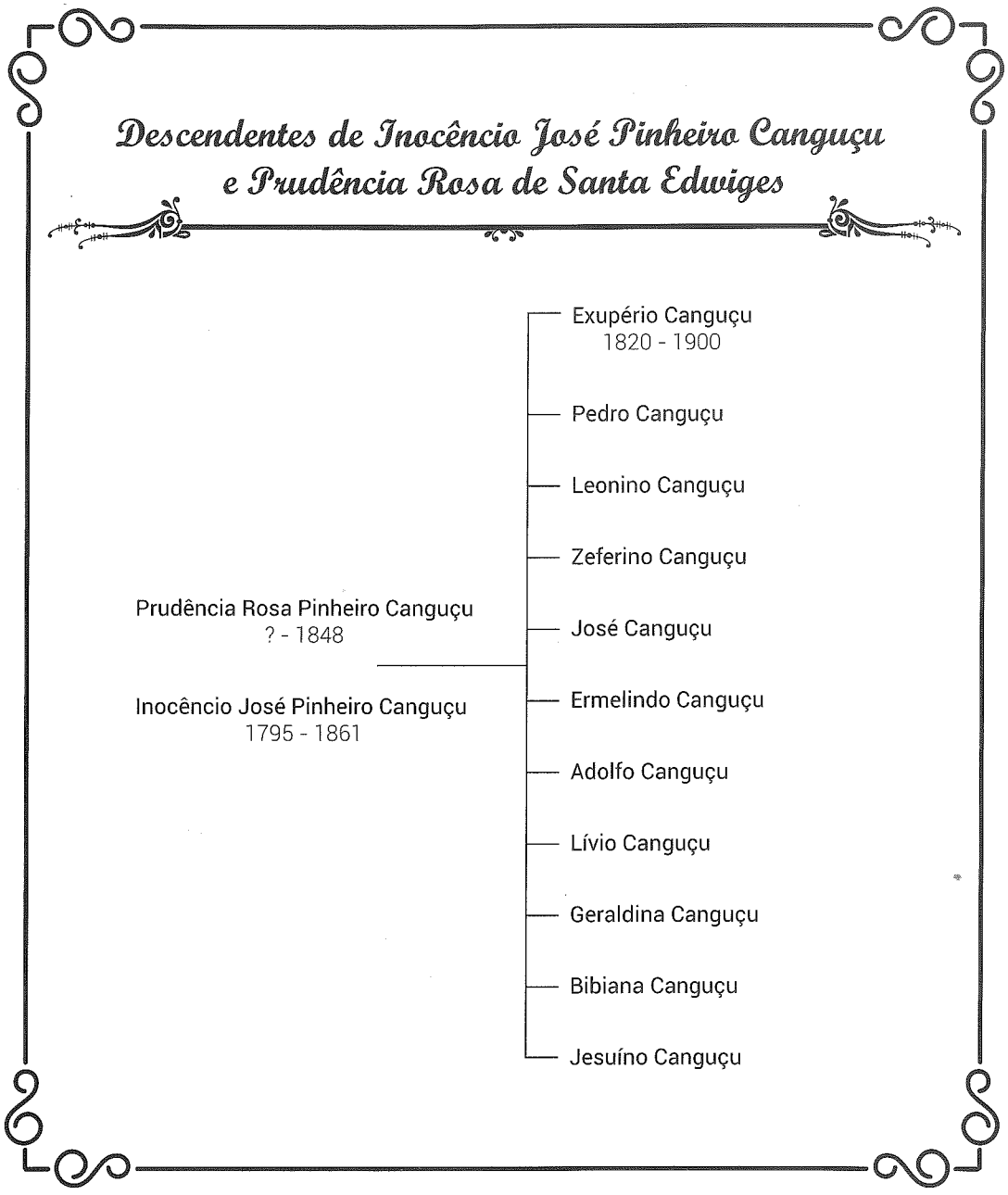
Convido vocês, primos, principalmente aqueles residentes no norte mineiro, para contribuírem com o desenrolar desta pesquisa e a redação de uma descoberta.

CAPÍTULO II:
ASCENDÊNCIA DE INOCÊNCIO FERNANDES CANGUSSU

ÁRVORE GENEALÓGICA I

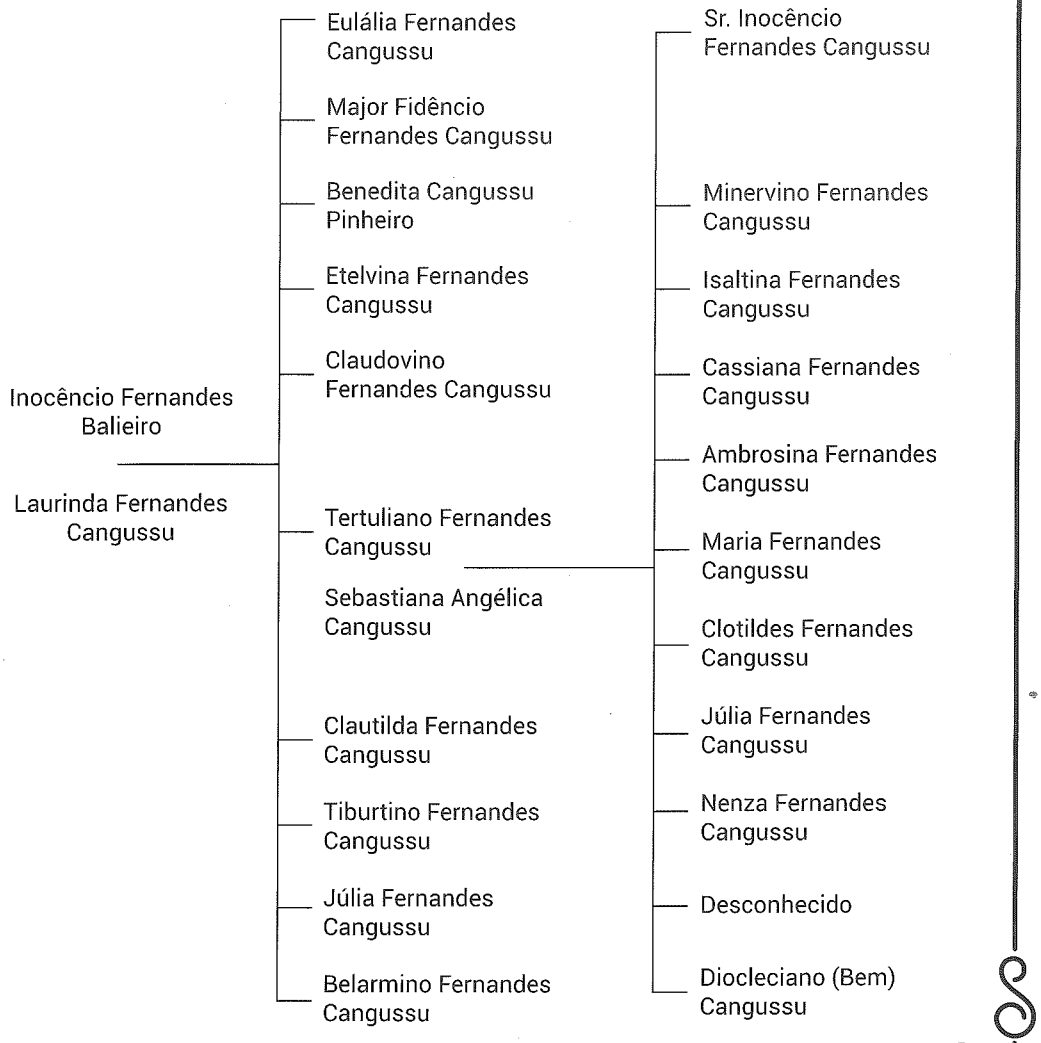


OBS: A primeira família de Inocêncio José Pinheiro Cangussu



OBS: Nossos trisavós, bisavós, tios-bisavós, avós e tios-avós

Descendentes de Inocêncio Fernandes Balieiro e Laurinda Fernandes Cangussu



Segundo informações registradas no site do My Heritage, Antônio Fernandes Baleeiro e sua esposa de nome desconhecido, nossos tetravós pela família Fernandes, tiveram, além de Inocêncio Fernandes Baleeiro, mais doze filhos, não havendo registros do sobrenome Cangussu nesta família listada a seguir:

1. Inocêncio Fernandes Baleeiro
2. Donato,
3. Antônio,
4. Deodato,
5. Ladislau,
6. Aprigio,
7. Zeferina,
8. Galdina,
9. Bernardina,
10. Maria Angélica,
11. Marcelina,
12. Gregória,
13. Custódia.

A primeira geração de Cangussu do nosso ramo familiar remete à família de Inocêncio Fernandes Baleeiro e Laurinda Fernandes Cangussu, nossos trisavós, que viveram no Município de Urandi, Bahia, distante 28 Km de Espinosa - MG, já citado no capítulo anterior. Além de Tertuliano, nossa trisavó Laurinda, teve pelo menos, mais nove filhos conhecidos, todos com o sobrenome Fernandes Cangussu.

1. Tertuliano Fernandes Cangussu casado com Sebastiana Angélica Cangussu
2. Benedita Cangussu Pinheiro, casada com Tiburtino Pinheiro Pinto. Seu neto mais ilustre foi José Cangussu (Zeca), prefeito de Espinosa por 25 anos e Deputado Estadual suplente, durante o governo de Getúlio Vargas;(*)
3. Júlia;
4. Major Fidêncio, patenteado pela Guarda Nacional;

5. Eulália Dias Cangussu casada com José Dias Borborema;
6. Clotildes, casada com Marcelino;
7. Claudovino;
8. Etelvina;
9. Tiburtino Fernandes Cangussu, Prefeito de Urandi em 1931/1932.
10. Belarmino Fernandes Cangussu, Prefeito de Urandi em 1933/1934, casado com Jardilina.

(*) Ioelson Pinheiro Cangussu é bisneto de Benedita e Tiburtino. Filho de Sebastião Pinheiro Cangussu e sobrinho de Zeca Cangussu. Foi o seu pai Sebastião, primo de vô Inocêncio, que recebeu a foto de Inocêncio e Júlia com a dedicatória.

Neste ramo da família houve um casamento consanguíneo entre os filhos dos irmãos Eulália e Tertuliano. Júlio Dias Borborema, filho de Eulália casou-se com Ambrosina, filha de Tertuliano. Primos entre si de primeiro grau. Foi esse o casal que residiu por um tempo na Fazenda Santa Isabel, ele primo e ela irmã de vô Inocêncio.

Tertuliano Fernandes Cangussu casou-se com Sebastiana Angélica Cangussu, nossos bisavós, tiveram dez filhos conhecidos, nosso avô Inocêncio Cangussu e mais nove irmãos, todos Fernandes Cangussu.

1. Inocêncio Fernandes Cangussu;
2. Deocleciano Fernandes Cangussu (Bem) casado com Pergentina;
3. Minervino Fernandes Cangussu casado com Leonídia Cangussu
4. Isaltina;
5. Cassiana;
6. Ambrosina Dias Cangussu casada com Júlio Dias Borborema;
7. Maria;
8. Clotildes
9. Júlia casada com Terêncio;
10. Nenza

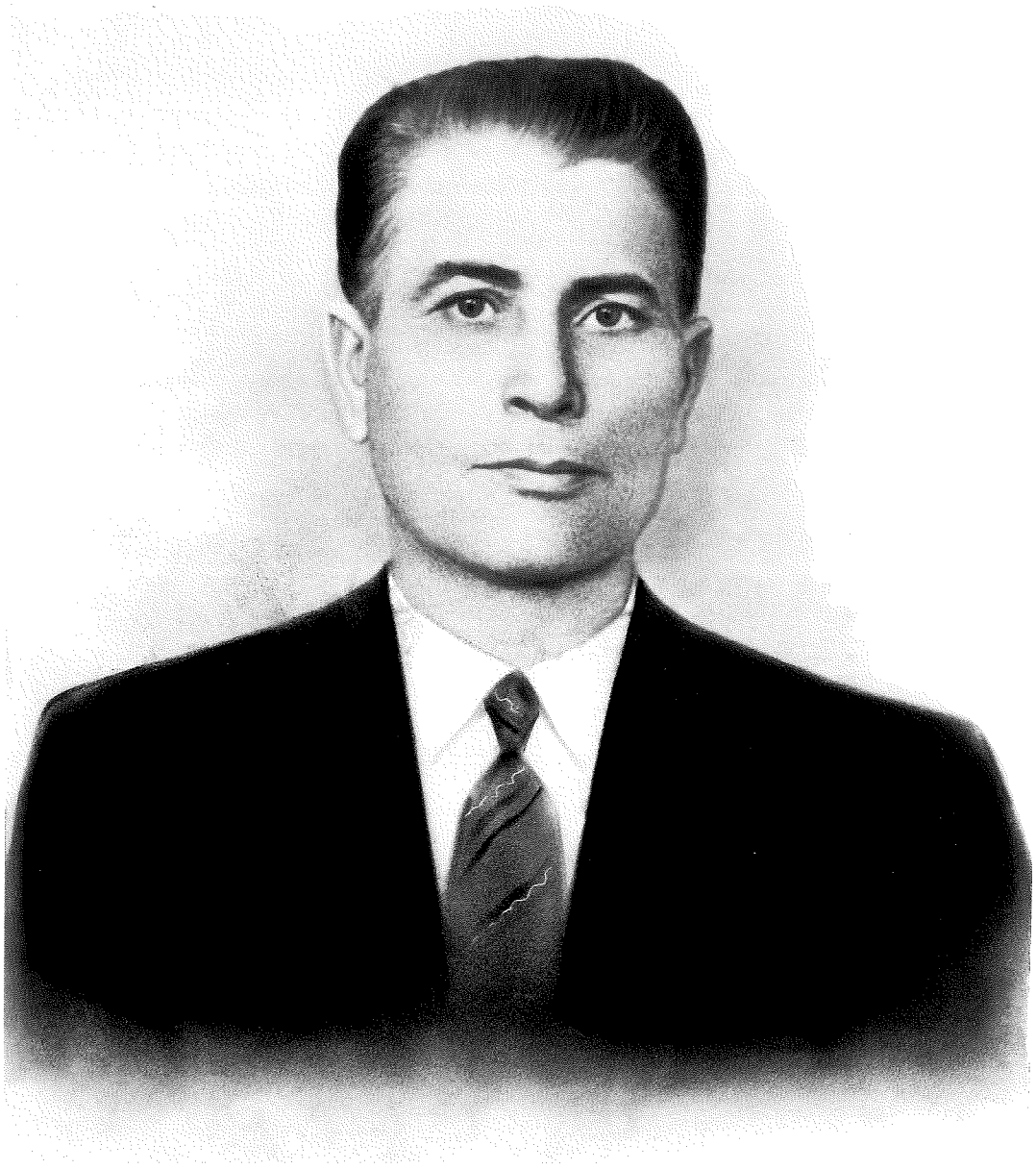
Finalmente, nossos avós Inocêncio Fernandes Cangussu e Júlia Dantas Cangussu tiveram doze filhos, que constituem a geração de nossos pais:

1. Diomar Cangussu
2. Waldemar Cangussu
3. Maria Dantas Cangussu
4. Adelice Dantas Cangussu
5. Nair Dantas Cangussu
6. Nice Dantas Cangussu
7. Ademar Cangussu
8. Amélia Dantas Cangussu
9. Newton Cangussu
10. Tertuliano Cangussu
11. Terezinha Dantas Cangussu
12. Zilda Dantas Cangussu

Precisamos de muita atenção para acompanhar os nomes, pois, alguns deles se repetem em todas as gerações, a exemplo de Inocêncio, Júlia e Tertuliano.

Alguns descendentes permaneceram em terras baianas, Urandi, Jacaraci, Guanambi, Caitité e Brumado, outros em terras mineiras de Espinosa, Rio Pardo de Minas, Porteirinha, Janaúba, Montes Claros, Francisco Sá, São Francisco, Januária, Luislândia e Brasília de Minas, entre outras do norte mineiro. Outro grupo, também Cangussu, na região de Jequitinhonha, no Vale, onde viveu e faleceu Inocêncio José Pinheiro Canguçu com uma segunda família. É importante ressaltar que, também esse núcleo de Jequitinhonha, possui o Cangussu grafado com dois esses.

CAPÍTULO III:
O PATRIARCA INOCÊNCIO FERNANDES CANGUSSU



Inocêncio Fernandes Cangussu
Belo Horizonte
04/01/1943
Foto tirada para emissão da carteira de identidade (Anexo 16)
Cópia retocada a mão.

Vovô Inocêncio Fernandes Cangussu nasceu em 27/04/1890, nos sertões mineiros do município de Espinosa. Não temos seu registro de nascimento e no registro de casamento (Anexo 3), não consta sua naturalidade. Entretanto no registro de nascimento de Terezinha Dantas Cangussu (Anexo 6), consta o pai como natural de Espinosa e a mãe de Água Quente, registrada em Rio Pardo. Segundo nossa prima Iracy vovó Júlia nasceu num povoado de nome Espigão. A dedicatória da foto, datada em 17/03/1928, escrita por Inocêncio Fernandes Cangussu ao primo Sebastião é uma confirmação documental de que, naquela época, viviam em Espigão, (Anexo15). Não se pode afirmar se era denominação de uma fazenda ou de um povoado. De fato, em minha pesquisa, identifiquei no portal do governo federal, no programa de agricultura familiar, a existência de uma comunidade denominada Espigão no atual município de Montezuma, na época denominado Água Quente.

Persiste aqui uma dificuldade, devido à diversidade de referências relativas a localidade Espigão. São muitas referências de Espigão em localidades diferentes. Somente na região de interesse desta pesquisa, identifiquei registros de povoados e comunidades com o nome Espigão em Montes Claros, Espinosa e Montezuma. Considerando as referências documentais: (1) Registro de nascimento de Terezinha Dantas Cangussu onde consta que sua mãe Júlia Dantas Cangussu era natural de Água Quente; (2) Registro de casamento de Inocêncio e Júlia em Rio Pardo e (3) 10 de seus 12 filhos foram registrados em Rio Pardo ou Montezuma, devo admitir que a referência de Espigão, neste contexto, se refere a jurisdição de Rio Pardo ou Montezuma.

Montezuma teve sua origem na "Fazenda da Tábua", no séc XIX, chamado Arraial da Tábua, que, por possuir uma fonte termal com "águas milagrosas", atraiu pessoas de diversos lugares, vindo a constituir um povoado denominado Sant' Ana de Água Quente. Segundo dados do IBGE, tornou-se distrito em 1890, subordinado ao município de Rio Pardo, até 1943. Em 1938, pelo decreto lei estadual N.148, de 17/02/1938, mudou sua denominação para somente Água Quente e em 31/12/1943 sua denominação passou a ser Montezuma e Rio Pardo passou a denominação de Rio Pardo de Minas. Ainda segundo o IBGE, foi elevado à categoria de município em 01/01/1993.

Segundo descrição de Arthur Jardim de Castro Gomes, a capela de Sant' Ana foi iniciada em 1892, ainda na antiga Fazenda da Tábua, por Nicolau Rodrigues de Oliveira. Jardim relata que o primeiro distrito de paz (cartório) de Sant' Ana de Água Quente instalou-se no dia 24/02/1924. Nesta data, tomaram posse dos cargos de juízes de paz para os quais foram eleitos os senhores José Alves Cardoso, José Batista e **Inocêncio Fernandes Cangussu**.

Esta foi a primeira referência direta de nosso avô Inocêncio que encontrei na bibliografia consultada.

As primeiras referências à sua história na região do norte de Minas Gerais, nos atuais municípios de Rio Pardo de Minas e Montezuma, distante 139 km de Espinosa, surgem a partir de 1915.

No registro de casamento civil de vô Inocêncio, realizado em 29 de agosto de 1917, aos 27 anos, com Júlia Alves Dantas, aos 21 anos, ele lavrador e ela de serviços domésticos, consta que ambos eram residentes no Distrito de Rio Pardo. Pode-se acreditar que ele era proprietário de terras em localidade de nome Espigão. Interessante observar que a data de nascimento do primogênito do casal, Diomar Cangussu, é 06/12/1916 (oito meses antes do casamento civil), e o nascimento do segundo filho, Waldemar Cangussu em 08/03/1918 (seis meses depois do casamento). Uma história romanesca ten-

ta explicar o fato de o casamento entre eles ter sido realizado apenas no civil, pois já viviam juntos e possuíam o primeiro filho.

Não se sabe até onde a explicação para estes fatos são reais, imaginárias ou fruto de uma versão romanceada que superpõe o real ao imaginário na mente inocente de uma neta sonhadora. Fato é que Rosimar fez esse relato de sua memória afetiva: "*Vovó Júlia, vestida de noiva, se casando com o noivo escolhido pelos seus pais e Vovô Inocêncio, ajudado por dois capangas, rapta a noiva e fogem para bem longe montados a cavalo*".

São muitas as histórias familiares. Uma delas foi especialmente marcante para mim, do ponto de vista do momento histórico vivido no país. Relatos familiares de minha mãe (tia Nazinha), tia Terezinha e tia Zilda, de outros tios e primos, confirmam que, Vovó Júlia sempre contava que seu filho Ademar, nasceu em uma gruta onde Vovô Inocêncio Cangussu a refugiou, grávida, juntamente com os outros filhos. Este fato se deu em 22 de abril de 1926, devido a uma suposta invasão de "cangaceiros" na fazenda, ainda no atual município de Montezuma. Decidi investigar essa história e minha pesquisa sobre este fato resultou na descoberta de que a fazenda de Inocêncio esteve na rota de ocupação da "Coluna Prestes".

Cabe aqui uma sucinta explicação histórica do movimento do Cangaço no nordeste brasileiro e do conhecido Tenentismo ou Intentona Comunista, a Coluna Prestes:

O Cangaço foi o principal movimento social ocorrido no sertão nordestino durante o fim do século XIX e início do século XX. Os cangaceiros atuaram em cidades dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

Integrados por sertanejos e movidos pela revolta à situação de miséria no Nordeste e descaso do poder público com as classes desfavorecidas, formavam bandos armados que praticavam roubos e sequestros, em favor da manutenção do bando e de alguns favorecimentos aos pobres (cangaço social).

Entretanto, os bandos contratados e pagos, formados por jagunços, capangas e empregados de latifundiários, constituíam milícias particulares diretamente relacionadas à luta pela disputa da terra e interesses próprios dos "coronéis" (cangaço político). Como exemplo, citado na bibliografia estudada, os Canguçu mantinham um bando intitulado de "Peitos-Largos".

Já no (cangaço de banditismo), bandos de cangaceiros armados aterrorizaram as cidades, realizando roubos, extorquindo dinheiro da população e sequestrando figuras importantes, além de saquear fazendas, em favor deles próprios e da manutenção do bando.

Com o fortalecimento desse último tipo de cangaço, as polícias estaduais não conseguiram inibir as ações dos cangaceiros, que eram temidos pela violência e crueldade durante os ataques, tendo sido necessária a participação das tropas federais e das milícias particulares. Lampião, cangaceiro de maior destaque, liderou um bando que atuou no sertão nordestino, confrontando coronéis, policiais e bandos rivais. Perseguido, Lampião acabou sendo assassinado em 1938, na divisa entre os estados da Bahia e de Sergipe. Com a sua morte, o cangaço perdeu força, no entanto, entrou para a história como um movimento de revolta contra o descaso dos órgãos públicos em relação ao sertão nordestino.

Já a "Coluna Prestes" foi um movimento político, de abrangência nacional, liderado por militares, contrários ao governo da República Velha e as elites agrárias. O movimento ocorreu entre os anos de 1925 a 1927 e teve este nome porque um dos líderes foi o militar, Capitão Luís Carlos Prestes.

A principal causa motivadora foi a insatisfação de parte dos militares (tenentismo) com a forma que o Brasil era governado na década de 1920: falta de democracia, fraudes eleitorais, concentração de poder político nas mãos da elite agrária, exploração das camadas mais pobres pelos coronéis (líderes políticos). O objetivo era derrubar o governo do presidente Arthur Bernardes, percorrendo grande parte do território brasileiro (principalmente interior), incentivando a população a se rebelar contra o governo e as elites agrárias; implantar o voto secreto e o ensino fundamental obrigatório no Brasil e acabar com a miséria e a injustiça social.

De fevereiro a julho de 1926, os revolucionários vindos do sul chegaram a Bahia, entraram em Minas Gerais e dalí voltaram ao território baiano. Tendo sido mal recebidos por parte da população, confundidos com cangaceiros, e enfrentando, além das tropas do governo e da polícia estadual, os bandos de jagunços que passaram a combatê-los, travando importante batalha nessa região. Conforme relata Santos, no dia 15 de Abril de 1926, os membros da Coluna Prestes chegaram a Condeúba(BA), depois de atravessar a nado o Rio Gavião. Aí permaneceram até a manhã do dia 17/04/1926. Próximo a essa última localidade os tenentes travaram combate com cerca de 300 jagunços do Batalhão Patriótico do coronel Horácio de Matos. Apesar da força e do empenho dos jagunços em impedir que a tropa avançasse para Minas, a tarefa foi inútil. A capacidade dos tenentes foi maior e em 19 de Abril a Coluna conseguiu chegar a Rio Pardo de Minas. (Anexo 4).

No sertão baiano e no norte mineiro, adjacente, a esperança dos tenentes em conseguir adesão popular não obteve sucesso. A região era dominada por fazendeiros ligados à política oligárquica que trataram de espalhar o medo entre a população das pequenas vilas, disseminando a idéia de que se tratava de um grupo de bandoleiros e jagunços que ofereciam perigo à população. Daí, o estereótipo de "revoltosos". A aproximação da Coluna dos povoados e cidades provocava pânico na população. Foi nesse contexto que, em 22 de abril Júlia Dantas Cangussu deu a luz ao filho Ademar, escondida na gruta.

O que ocorreu naquele momento histórico nos sertões de Minas foi uma superposição de dois movimentos, o do cangaço e a passagem dos "revoltosos" da Coluna Prestes pelo norte mineiro. Houve uma forte reação dos latifundiários, que reuniu bandos particulares de jagunços em reforço às forças estaduais e federais.

Alguns anos depois, nosso avô Inocêncio mudou-se de Montezuma e estabeleceu- se na localidade de Santa Justa Tapera, no atual distrito do Morro, no ano de 1932. Ali adquiriu terras e depois de muito trabalho formou uma fazenda à qual denominou de Fazenda Santa Isabel.

Atualmente a localidade onde está a fazenda, originou o distrito de Santa Isabel, que, juntamente com Morro e mais quatro outros distritos, Lapa do Espírito Santo, Retiro, Santana de São Francisco e São João das Missões, constituem o município de São Francisco. Consta no IBGE, que essa divisão territorial é datada de 2014.

Seus filhos Diomar/Didi, Waldemar, Maria/Lilica, Adelice/Licinha e Nair/Nazinha, que nasceram antes de 1924 tiveram seus registros como nascidos no distrito de Rio Pardo. As tias Nice e Amélia e

os tios Ademar, Newton e Tertuliano (Anexo 5), tiveram registros em Montezuma, antiga Sant' Ana de Água Quente (onde o cartório de paz foi criado em 1924). As duas tias Terezinha e Zilda, nasceram na Fazenda Santa Isabel, na época pertencente ao atual Distrito do Morro, no município de São Francisco. Na descrição de Brasiliano Braz, Inocêncio Cangussu:

"Chegou de longes terras à região de Santa Justa-Tapera, Distrito do Morro, inculta e pouco habitada. Com coragem e obstinação, Inocêncio rasgou estradas de penetração, derrubou matas seculares, cultivou a terra, formou extensas pastagens, dedicou- se ao comércio e à criação de gado de raça. Levou o progresso e a civilização até alí. Dentro de poucos anos os caminhões rolavam dia e noite pelas suas estradas".

Essa foi a segunda referência a Inocêncio Cangussu na bibliografia consultada. É importante ressaltar que, as estradas citadas, foram construídas com seus próprios recursos. Vitimado por uma Cirrose Hepática adquirida em decorrência da malária, agravada pelo uso frequente do quinino (utilizado no tratamento da malária), Inocêncio Cangussu faleceu em 03 de abril de 1952, aos sessenta e dois anos, incompletos, em Montes Claros, tendo sido sepultado no Cemitério do Bonfim daquela localidade. (Anexo 12).

Com a sua morte, a fazenda Santa Isabel passou para sua esposa, Júlia Dantas Cangussu, e, posteriormente foi inventariada e vendida. Possuía 131 alqueires ou 634,04 hectares, (Anexo 13). Em 13 de janeiro de 1977, Inocêncio Cangussu recebeu homenagem póstuma do Município de São Francisco, na gestão do prefeito Oscar Caetano Júnior. A lei municipal N.607/77 conferiu o nome de Inocêncio Cangussu a uma rua da cidade. (Anexo 7).

Jazigo da Família Cangussu - Montes Claros -Cemitério Municipal Bomfim 04/10/2016 - Fotografada por: Eliane Cangussu Wanderley

CAPÍTULO IV
O CLÃ DE INOCÊNCIO CANGUSSU NA MEMÓRIA AFETIVA DAS FILHAS TEREZINHA E ZILDA

Por Zilda Cangussu de Almeida

"Navegar é preciso" dizia Fernando Pessoa, o grande poeta português. O termo "navegar" ganhou novos contornos com as modernas tecnologias. Pretendo usá-lo no sentido figurado de navegar no passado, numa viagem afetiva, no intuito de ajudar a Eliane a historiar a saga da nossa querida família.

Por que é preciso? Para contribuir para que as novas gerações possam entender melhor a si mesmas e as razões de alguns acontecimentos tais como: Porque nasci aqui e não ali? O que originou o meu nome? Afinal os tempos modernos não nos permitem parar para pensar e nem favorecem grandes reflexões. Estamos sempre apressados na busca de nossa subsistência.

Como aliadas, no trabalho de rememoração, só tenho a minha memória e da minha irmã Terezinha, de vez que nem mesmo os irmãos mais velhos já não estão entre nós.

Sei que não vai ser possível falar de tudo, nem de obedecer a rigor cronológico ou técnico. À medida que aflorarem, as lembranças serão registradas sem o compromisso documental, pois são memórias intimistas.

Inocêncio, meu pai era uma pessoa comunicativa, alegre e extrovertida. Gostava de contar anedotas (piadas) e "causos". Quando o fazia, dramatizava. Eu adorava ouvi-lo. Lembro-me também dos momentos nem tão amenos. Quando algo dava errado, ficava bravo com o responsável, repreendia-o, falava alto quase gritando. Essa imagem do homem rigoroso com os filhos e empregados ficou na minha cabeça. Já Terezinha não se lembra disso.No seu entender, ele era um pessoa dócil, sempre tranquila, o que é muito bom. São impressões diferentes.

Nós tínhamos muito respeito por ele, beirando ao medo. Amélia era obediente até no namoro: rapaz reprovado por ele era imediatamente dispensado. Terezinha sendo mais nova, não me lembro de namorado dela. Eu também tenho a lembrança da pessoa suave, carinhosa com os filhos pequenos e netos. Seu primeiro neto recebeu seu nome e era por ele chamado de "meu netinho" e ficou com apelido de Netinho.

No contexto geral, Inocêncio era da paz. Nunca eu soube de intrigas ou rixas com vizinhos, que eram amigos e alguns compadres, a exemplo de Neco Martins, Adão Vieira, Ursulino Miranda e irmãos, Juca Veloso, Sebastião Vieira, Crispim Alegre e os irmãos Vicente e Abraão Vieira e outros tantos no

município. Em Brasília, hoje Brasília de Minas e em São Francisco tinha um grande círculo de amizade entre as lideranças políticas, os comerciantes e os moradores. Nesta última destacam-se os nomes de Brasiliano Bráz, Oscar Caetano Gomes, Américo Ferraz, Dr. Brício Dourado, Dr. Manoel Ferreira, Chiquinho Mendonça, os irmãos Agabo e Sancho Ribas, Joviniano Figueiredo, Tarcísio Generoso, José Botelho e tantos outros. Sua atuação em termos sociais e comerciais se estendia a Lontra, Jacu (hoje Luizlândia) e Montes Claros.

Em São Francisco foi eleito vereador por dois mandatos pelo PSD- Partido Social Democrata, de Juscelino Kubitschek e membro do Conselho Municipal, conforme cita Brasiliano no Bráz no seu livro " São Francisco no Caminho da História".

Meu pai era muito conhecido e respeitado na região. Percebi isso desde quando cheguei em São Francisco, com uns nove anos, para cursar o 3° ano primário. Ao me apresentar como sua filha, as pessoas demonstravam muita receptividade. Eu fui estudar em São Francisco porque a escola rural, onde fui alfabetizada, não ía além do 2° ano e também porque o Sr Brazinho e sua esposa D. Maria Augusta Bráz, gentilmente, nos disponibilizaram sua residência. Naquela época, com ou sem remuneração, era comum os amigos moradores nas cidades receberem crianças rurais para frequentarem a escola, de vez que estas eram raras e precárias no campo. Dessa maneira, Ademar e Newton estudaram, respectivamente, em São Francisco e Brasília de Minas. Terezinha também esteve na casa do Sr. Américo Ferraz em São Francisco e depois em Brasília de Minas. Posteriormente, foi hóspede do Sr. Antônio Pereira Araújo, seu "Totô" e dona Clementina Mendes Pereira, avós do meu cunhado João Mendes.

Santa Isabel foi o nome escolhido para a fazenda que a família ia formar e onde iria viver, quando se mudou de Água Quente (Montezuma). A mudança da fazenda do Espigão para esse rincão norte-mineiro se deu em lombos de burros numa tropa de propriedade da família.

Da primeira casa lembro-me pouco. Era típica de pequenas fazendas da região. No seu interior tinha quatro quartos e um que dava para o exterior; uma grande sala de jantar com muitas janelas; uma sala de estar. Na passagem de uma para a outra, um grande degrau. A cozinha ficava no fundo como um puxadinho. O mobiliário era muito modesto.

O mais interessante era o grande pomar com pés de pinha, romã, mamão, limão, banana, figo e até uma parreira com uvas escuras. Os arbustos São Caetano e Ora-pro-nobis formavam uma cerca viva. Foi nessa casa que eu e Terezinha viemos ao mundo.

Essa casa serviu também de moradia para tia Ambrosina e tio Júlio com seus sete filhos, que vieram da Bahia, a convite do meu pai. Ele, observando que o tio era um exímio artesão no ofício de ferreiro e que na região faltava alguém assim qualificado, anteviu um futuro promissor para a família, o que de fato aconteceu. Dali, por volta de 1950, meu pai os alojou no sítio denominado Ingazeira. De lá eles se mudaram para Jacu, onde a prima Eunides fez carreira no magistério , como professora e diretora escolar da rede estadual. Ela reside lá até hoje. Seus irmãos dispersaram uns para São Francisco, outros para Montes Claros e outros se tornaram prósperos fazendeiros.

Ruínas da construção onde funcionou a loja na Fazenda Santa Isabel, com o pátio em frente.
Fotografada por Carlos Alberto Freire Cangussu
Fevereiro/ 2017

Uma construção, à parte, formando um ângulo reto com a referida casa abrigava a loja. Na fachada se encontravam três portas duplas de madeira. O seu interior constava de dois cômodos na frente e outro no fundo, onde ficavam os artigos farmacêuticos. Os da frente possuíam balcões para o atendimento de fregueses. No primeiro deles ficava a mercearia ou venda propriamente dita de artigos secos e molhados. Os artigos comercializados eram café em grãos, rapadura, pinga, arroz, sal grosso, farinha de mandioca, toucinho, fumo de rolo e outros. Tenho uma observação: meu pai recomendava que fôssemos generosos no peso, pois o freguês valorizava aquele "pouquinho a mais" no prato da balança. Do contrário, diziam que o peso estava "no ouro", era feio fazer isso. No segundo cômodo ficavam as prateleiras com tecidos, armarinhos, calçados, bijuterias, chapéus, etc. Muito cedo, com uns doze anos comecei a ajudar no atendimento da loja. Meu pai nos incentivava dizendo que a "loja é uma escola prática" e que o ajudou muito na vida. Com pouca escolaridade, ele se desenvolveu graças à loja e à leitura de jornais, segundo ele. Assinava jornais de Belo Horizonte, que chegavam com enorme atraso, pelo Correio, via Jacu.

Vista lateral da casa principal da Fazenda Santa Isabel.
Fotografada por Carlos Alberto Freire Cangussu.
Fevereiro/ 2017

Anos depois, em 1943, foi feita uma nova casa. Lembro-me um pouco daquela construção. Os adobes foram feitos no próprio local. Pedreiros e carpinteiros trabalhavam sob orientação de um português. A casa, vista de frente, parecia pequena, mas lateralmente era bem grande, com muitas janelas e um porão, como se fosse um sobrado. Ladeava-a uma calçada de cimento, com alguns degraus distantes e irregulares. Na frente, a calçada era plana, sem degraus. Ali havia uma porta e uma janela de cada lado, tudo em madeira. Penso que foram feitas no local, de vez que na fazenda havia uma rústica serraria. O piso interior era uma parte de cimento, outra de tábuas corridas, bem rústicas. Esse assoalho era suspenso para nivelar com o primeiro piso. As crianças adoravam correr e pular na sala de jantar e ouvir a louça tilintar dentro de um armário guarda comida. A divisão interna constava de sala de visita grande, com uma porta na frente e outra na lateral que saia para a calçada que chegava à loja; um corredor; sala grande de jantar; seis quartos. A cozinha comunicava com a sala através de um alpendre. Era a parte mais bonita, pois dali descortinava um belo jardim com muitas plantas floridas, cultivadas por minha mãe. Sem se dar conta, ela era ecologista.

Por oportuno, vou tentar discorrer um pouco sobre a figura emblemática que foi minha mãe. De personalidade forte, guerreira, destemida e obstinada, era uma pessoa "sui generis", principalmente

pela sua franqueza rude. Era de uma generosidade ímpar com as pessoas carentes. Muitas pessoas da família a julgavam ranzinza, de difícil convivência; outros a admiravam. Quando era criança me lembro do Anísio comentando e achando graça das peculiaridades dela. Generoso, meu cunhado a estimava muito, até a chamava de madrinha. Ela e o Everton tiveram uma ótima convivência quando ela morou conosco. Dessa época só tenho boas lembranças. No entanto, enquanto criança e adolescente eu a percebia de um modo crítico, principalmente porque não entendia o fato de ela ser diferente das outras mulheres. Sua independência ia de encontro às exigências da sociedade machista da época.

Hoje em minhas reflexões, vejo que ela carregava em si várias mulheres. Vejo a camponesa de baixa escolaridade, trabalhadora de ritmo acelerado na formação da fazenda, não só administrando a casa, como cozinhando para turmas de peões da lavoura; fazendo requeijão e queijo para vender; preparando quinzenalmente as quitandas para suprir a família; vejo a jardineira/paisagista, que gostava de cultivar plantas frutíferas e ornamentais, bem como horta caseira; vejo a mulher teatral ao falar alto, gesticular e dramatizar de um jeito muito engraçado; vejo a mulher austera, impaciente e rígida ao lidar com os filhos, netos e empregados, que não deixava de ser generosa e solícita quando necessitávamos de cuidados. Lá, no passado, vejo a mulher indígena, quando deu a luz a um filho numa gruta. Esse fato ela contava sem alarde ou reclamações. O que lamento é que nós, os filhos, não soubemos indagar mais, colher detalhes desse acontecimento tão instigante.

A fazenda se situava na região seca, só possuía uma nascente de água salobra, com acesso em declive. O transporte desta água até a casa era feito em uma carroça puxada por carneiros. Como pode uma sede de fazenda tão seca ter um pomar cheio de frutas e um jardim tão colorido? Penso que foi o amor pela natureza que o casal cultivava e o dinamismo incomum de minha mãe. Ela com sua força de trabalho, aproveitava águas servidas no lavatório, bem como a das chuvas que era coletada num tanque. Esta durava um bom período. Na época não havia dengue e nem outras doenças transmitidas por mosquitos, talvez porque a natureza se encontrava em perfeita harmonia, embora se viam larvas saltitantes no fundo do tanque.

Lembro-me de que, sendo a água imprópria para lavar roupa, usávamos a água da fazenda vizinha, localizada a cerca de três quilômetros de distância. Era uma grande "vereda" na propriedade do Sr. Ursulino de Matos Miranda, constituída de várias fontes que borbulhavam água doce brotando da terra, num grande areal, formando inúmeros "poços" e que cobria toda a extensão de terra arenosa como uma piscina rasa natural. Minhas irmãs mais velhas iam, sempre em dupla, levando a roupa em balaios sobre um burrico. Lavavam e voltavam de lá com a roupa já seca. Na minha época já existia "criada" para esse serviço e eu às vezes ia junto com ela, a pé. Ela levava a roupa numa bacia equilibrada em sua cabeça com ajuda de uma "rodilha de pano". Eu ficava lá brincando e admirando a beleza do buritizal. Gostava também da "matula" tropeira que comíamos.

Voltando as lembranças da casa, não posso deixar de lado a bela vista do horizonte que se apreciava da porta da cozinha. Com tantas dificuldades enfrentadas pelo atraso da região, a fazenda era um local agradável: muito trânsito de pessoas a tornava movimentada. A gente não se entediava. Quando surgiu o rádio à bateria, meu pai adquiriu um. Todos os dias ele ouvia o Repórter Esso e, frequentemente as transmissões de futebol. Por vezes, nós mulheres, ouvíamos programas musicais e rádionovelas.

Em abril de 1950, para comemorar os 60 anos de idade do meu pai, houve uma grande festa, onde compareceram cerca de 400 pessoas, vindas de regiões próximas e cidades vizinhas, inclusive de Montes Claros. Eu me lembro de que, para ajudar na organização dessa festa, veio uma senhora de Lontra. Ela trabalhou desde a confecção de roupa de cama até a finalização do festejo. O padre, um estrangeiro de sotaque carregado celebrou a missa campal, realizou também batizados e casamentos coletivos. Veio da paróquia de Brasília de Minas e se hospedou conosco.

Um acordeonista de Montes Claros animou a festa, tocando músicas de Luiz Gonzaga e, num momento mais romântico, a canção La Vie en Rose. Foi a primeira vez que ouvi aquela música e adorei. Nessa ocasião, Nazinha morava em Varzelândia, e estava meio brigada com Anísio, então decidiu ir sem ele para a festa. Para sua surpresa, Anísio lá chegou de caminhão, foi uma alegria e reconciliação. Nove meses depois nasceria Anísia.

Alguns pequenos comerciantes vizinhos armaram quiosque de guloseimas. Durante toda a festa foram servidos alguns tipos de comida para o público e os mais íntimos se serviram de nosso almoço na sala de jantar. Os políticos fizeram discurso destacando os feitos do aniversariante, foi até chamado de "bandeirante do século 20". Hoje fico imaginando quanto o povo era ordeiro e educado, pois naquela festa não havia polícia, nem qualquer tipo de segurança particular e tudo aconteceu normalmente.

Em certa época junina houve uma comemoração na fazenda, organizada por Ademar. A fogueira era enorme, uns dois metros de altura, em pirâmide; o mastro muito alto, linheiro, em cuja ponta foi levantada a estampa de São João; muitos fogos típicos e rojões. O casamento na roça foi encenado, em volta da fogueira, não com a noiva vestida de branco, mas na "Delegacia de Polícia" e por isso muito cômico, e ainda mais que foi abrilhantado por um cordelista e não faltou o som da sanfona. Não havia como hoje, comida típica, mas as quitandas triviais que minha mãe sempre fazia: biscoito de queijo; peta; brevidade e bolos de mandioca; usavam-se muito as especiarias, cravo, erva-doce, canela, tudo assado em forno de barro.

O Natal na fazenda tinha um significado cristão muito mais intenso que hoje. Nós enquanto crianças, não conhecíamos o Papai Noel, nem a cultura de troca de presentes. Amélia armava na sala um presépio, todos os anos, que era visitado e apreciado pelos vizinhos e fregueses da loja. De fato, era bonito. No dia de Santa Luzia (13 de dezembro) ela plantava sementes de arroz em caixas rasas. Na época do Natal essas sementeiras eram colocadas no presépio já com as plantinhas crescidas e bem verdes fazendo um belo efeito. Os foliões de Reis vinham tocar e cantar, quando convidados pela família.

No entanto, a data mais importante não era o Natal e sim a Semana Santa, mais precisamente a Sexta Feira da Paixão. Os filhos compareciam e se reuniam para o almoço, com toda solenidade que a fé exigia. A mesa era bem grande, uns quatro metros de comprimento. Rezávamos a Via Sacra, às vezes íamos até o cemitério rezar ante o cruzeiro.

O contraponto de tanta vida no cerrado foi o surgimento do cemitério. Ele veio meio por acaso, sem planejamento. Alguém sem lugar para enterrar seu morto pediu autorização e meu pai escolheu um local à beira da estrada que seguia para o Mangaí. Após esse enterro, vieram outros e outros e assim surgiu. Quando estava bem consolidado, ao largo, sem muro, sem nada que o identificasse, minha irmã Amélia ainda em casa dos pais, resolveu fazer uma campanha entre os parentes dos sepultados.

Era uma arrecadação, para colocar um cruzeiro no local. Foi feita uma grande cruz de aroeira por um carpinteiro. Depois foi cercado com arame farpado. Não sei como se encontra hoje, de vez que ele não era controlado pelo poder público, o que era comum na região. São coisas de um Brasil atrasado, em seus rincões.

Embora situada em região da seca, a Santa Isabel possuía solo fértil. Meu pai não utilizava nenhum tipo de adubo. Era semear, esperar a chuva (abundante na época) e colher grandes safras. A composição do solo era heterogênea e a cobertura vegetal de transição, mata atlântica, cerrado e capoeira. Atualmente com regiões já semidesérticas.

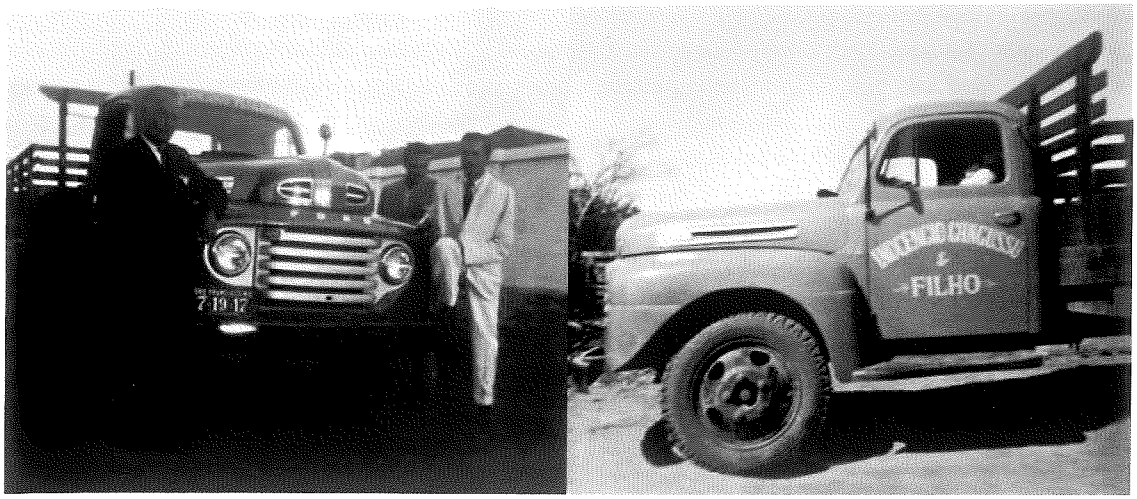
Posicionando-se de frente a casa, à margem esquerda havia uma mata virgem muito linda, só depois vim a saber que era a mata Atlântica chegando até os sertões de Minas e que se estendia até o rio Mangaí (na época era rio perene, hoje é intermitente). Quando eu e o mano Tertuliano nos dirigíamos à escola rural passávamos sob essa maravilhosa floresta onde víamos pássaros e muitos macaquinhos guariba e outros animais. Até onças pintadas e pardas habitavam a área. Uma vez uma delas foi até o curral e pegou um bezerro.

À frente da casa, do outro lado da estrada é que ficava o cerradão. Aí é que estava a verdadeira riqueza. Encontravam-se ali pequizeiros, tinguiseiros, gabirobas, araçás, umbuzeiros de frutos deliciosos, mangabeiras, cagaiteiras, araticum e outras ricas espécies. As pastagens ficavam ao fundo. Eram vastas, de capim colonião e vermelho.

O curral foi construído com aroeira aparelhada. Começava na frente da casa e se estendia para o lado esquerdo e era bem bonito. Havia ali uma construção fechada com cerca e telhado de barro, onde se localizavam os cochos de sal para o gado. Este, na sua maioria era gado zebu, de cor clara, porte grande e chifres pequenos. Havia também gado mestiço de zebu com curraleiro. Os novilhos machos eram comercializados, transportados em boiadas terrestres. Os cavalos, burros e jumentos eram de serviços rotineiros da fazenda. Havia também carneiros e bodes. Os suínos, de criação própria, eram posteriormente vendidos em Montes Claros. O transporte era feito em caminhão dirigido por motorista empregado da fazenda.

O primeiro caminhão foi comprado de um comerciante de Brasília, cujo nome não me lembro. Veio junto com o estoque final de tecidos de sua loja: eram tecidos finos, como seda e outros. O caminhão era parecido com um jipe, todo em madeira e com portas tipo cortina sobe e desce. Não demorou, meu pai o trocou por um zero quilômetro. Foram os primeiros da região e fizeram grande sucesso entre os camponeses. Muitos nunca tinham visto um veículo.

Além do serviço de cargas, esse veículo atendia a família como meio de transporte. Naquela época não havia linha de ônibus oficializada. Para viajar era necessário fazer um trecho a cavalo e outro em carona de caminhão ou alugar carro de praça, que eram raros. Posteriormente surgiram as jardineiras fazendo a linha dos povoados e cidades até Montes Claros, num serviço autônomo e informal. Daí, o caminhão veio ser uma grande solução. Em tempos de seca gastavam-se dois dias para se chegar em Montes Claros. Quando chovia as estradas ficavam intransitáveis. Caminhão atolava, quebrava, era muito sofrimento. A estrada construída por Inocêncio passou a ser indispensável e trouxe muito progresso. O segundo caminhão, ainda seminovo foi substituído por outro zero quilômetro.



No início da década de 50, meu pai conseguiu, talvez em regime de comodato com a prefeitura de São Francisco, o maquinário para abrir um poço artesiano. Dois operadores ficaram hospedados na fazenda por um longo tempo, até a água aflorar trazendo muito alegria e marcando época. A doença do meu pai não permitiu que ele usufruísse dos benefícios e do progresso que a água encanada traria à sua propriedade.

Além das atividades comerciais na loja, ele era comprador de mamona e algodão, sendo este último também cultivado em suas terras. Esses produtos eram transportados em seu próprio caminhão até as indústrias de Irmãos Pereira e também a Indústria de Óleo Mariflor, ambas em Montes Claros.

Os estoques da loja eram repostos por mercadorias que, quando vindas de São Paulo, chegavam a Belo Horizonte por vias férreas. Dalí, o transporte seguia até Pirapora e, de lá até São Francisco, no barco a "Vapor". Daí em diante, por tropas ou carros de boi até o destino. Esses últimos foram substituídos pelo caminhão, em tempos mais modernos.

Algumas vezes ouvi meus pais se lamentarem do fato de nunca terem conseguido reunir os doze filhos, por um momento sequer. Por duas vezes registraram em fotos onze deles, mas todos juntos, só no dia do seu falecimento.

Convivi pouco com os irmãos mais velhos. Lembro-me das visitas que fazíamos às suas fazendas à margem do rio Mangaí. Essas terras eram do meu pai que fez doação aos filhos Didi, Lilica, Licinha, Nice e Amélia como dote de casamento. Também doou a cada um dez cabeças de gado, como ele mesmo dizia "para começar um patrimônio". A parte da Nazinha foi negociada. Ela recebeu o dote em dinheiro, que Anísio usou para montar uma loja de tecidos e armarinho em Campo Belo que hoje se chama Campo Azul, onde foram morar. Posteriormente foi morar em Lontra, já com os dois primeiros filhos, onde nasceu Edna e depois eles mudaram para Varzelândia.

As fazendas eram contíguas: a de Lilica / Lindolfo se chamava Lajedo; a de Licinha / Porfírio existe até hoje, onde moram os sobrinhos Netinho e Isaurino; a de Nice / João meu pai reembolsou o João

e transferiu a propriedade para Amélia/Generoso . Nice e João se mudaram para Logradouro, onde adquiriram terras. Lilica e Lindolfo também venderam a fazenda recebida no dote e se mudaram para os arredores de Jacú. A de Didi, foi também vendida para Generoso e anexada à fazenda. Até hoje permanece com Jairo. Segundo Brasiliano Braz, embora sem cargo político, João Mendes Pereira era quem exercia o poder de liderança em Logradouro.

Didi, meu irmão mais velho, eu me lembro bem dele nas lidas com o gado, às vezes usava roupas de vaqueiro, tudo de couro. Ele era muito cordial, trabalhador e tranquilo. Casou-se com Clementina Mendes e adotaram o sobrinho Domício. Desfeito seu casamento, passou a viver com Ana e após a venda de sua fazenda, com o recurso comprou um sítio próximo a cidade de São Francisco, denominado de Juncal. Mudou-se e buscou Domício, seu filho de coração, que estava temporariamente com Nice. Ana ainda vive neste sítio e Domício constituiu família em Brasília de Minas. Didi faleceu em 28 de agosto de 1995, vítima de AVC. (Anexo 9)

Waldemar se ausentou, muito cedo de casa, em busca de estudo. Foi para São Paulo, onde moravam três irmãs e um irmão de minha mãe. Formou-se em Ciências Contábeis. Quando retornou à Santa Isabel, para rever a família, me encontrou já pelos seis anos de idade. Era carinhoso, calado, muito inteligente. Adotou a religião espírita, e por influência do amigo Chico Xavier, fundou revista nessa linha, da qual ele mesmo era o redator e editor. Contabilista graduado, foi professor de contabilidade no Senac. Ainda em São Paulo fundou uma pequena indústria de cosméticos que não vingou. Regressou de São Paulo e se aproximou da família, morando ora em Belo Horizonte, ora em Montes Claros. Apaixonado por aviação, aprendeu a pilotar, tirou brevê de piloto e adquiriu um bimotor para uso particular. Casou-se com Normanda em agosto de 1955, teve um filho, o Roosevelt. Depois da separação passou a viver em Montes Claros. Infelizmente, em decorrência de doença mental que se agravou, tendo sido interrompido o seu pagamento de pensão (atual INSS), veio a Belo Horizonte, em 1971, no intuito de recebê-la. Chegando no posto, como estava indignado, discutiu e ameaçou a atendente com arma. Foi preso no DOPS de Belo Horizonte, supostamente como preso político. Foi transferido para a Penitenciária de Neves e, posteriormente para o Manicômio Judiciário de Barbacena, onde veio a falecer em 1981. (Anexo 10).

Os mais novos, Ademar, Newton e Tertuliano, foram estudar em escola para rapazes, no denominado Colégio São João, em Januária. Era um internato dirigido por Frei João Montalvão, o único no Norte de Minas. Meu pai se orgulhava de ser o primeiro fazendeiro naqueles grotões a se preocupar em dar instrução mais avançada aos filhos. Na época terminar o ginásio era uma grande conquista.

Ademar foi para Montes Claros e montou uma joalheria. Lá conheceu Maria do Rosário (Filhinha) e se casou, posteriormente vendeu a joalheria e voltou para a fazenda. Logo depois meu pai se mudou para Montes Claros e o deixou na administração da Santa Isabel. Após a morte do pai, com sua parte da herança, adquiriu terras e formou sua própria fazenda que denominou de Lapa do Espírito Santo. Doou terras para a formação do povoado, atual distrito de mesmo nome. Esse sonho talvez tenha se iniciado no Colégio São João, dirigido pelo já citado Frei João Montalvão, cuja família formou um povoado em sua propriedade que deu origem ao município de Montalvânia.

Newton prosseguiu os estudos em Viçosa, fazendo o curso de Agronomia. Depois, aprovado em concurso do Banco do Brasil foi lotado em Manhumirim. Conheceu Terezinha, se casaram e foram morar em Teófilo Otoni e em Carlos Chagas. Nesta cidade sofreu grave acidente e, licenciado, foi se tratar no Rio de Janeiro, tendo trabalhado lá por algum tempo. Lá nasceu o Rubens e Rosana. Transferido para o estado de São Paulo morou em Bebedouro, Orlândia e Ribeirão Preto, entretanto, sua lotação no Banco continuou sendo Orlândia, onde foi Fiscal Agrícola até se aposentar. Faleceu em Campinas e foi sepultado no mesmo jazigo da filha Rosana, em Ribeirão Preto.

Tertuliano foi estudar em Belo Horizonte onde iniciou o científico (ensino médio) para se preparar para o vestibular de medicina, sonho que foi interrompido com o falecimento do nosso pai. Voltou para Montes Claros e concluiu o científico no Colégio Diocesano, e, posteriormente, fez o curso técnico em contabilidade. Casou- se com Helena e fez carreira como contabilista em Montes Claros, onde trabalhou na FORD, Ramos & Cia, na MACIFE e na Indústria Matarazzo em Engenheiro Dolabela. Posteriormente fez Ciências Contábeis, já morando em Belo Horizonte. Ingressou como contador na Caixa Econômica Estadual, onde trabalhou até se aposentar. Helena chegou a BH já com os quatro meninos, o Carlos era bebê de colo. Como já era diretora escolar nomeada, foi lotada no gabinete da Secretaria de Educação de MG, durante cinco anos. Graduou-se em Pedagogia e fez especialização em Administração Escolar, e, posteriormente, assumiu a direção de escola por 16 anos. Ambos foram profissionais bem sucedidos e talhados para o que escolheram.

Depois da mudança da família para Montes Claros, eu e Terezinha fomos matriculadas no colégio Imaculada Conceição. Como surgiu a possibilidade no ensino público, fomos aprovadas em teste de seleção e transferimos para a escola que hoje é denominada "Escola Normal Estadual Professor Plínio Ribeiro".

Como foi relatado, na infância convivi pouco com meus irmãos mais velhos pelos motivos de diferença de idade, as irmãs por terem casado muito jovens e os irmãos terem saído para estudar fora. Meu relacionamento maior foi com Amélia, Tertuliano e Terezinha, mas todos foram carinhosos com os irmãos menores. Claro que, entre irmãos, sempre tem briguinhas.

Lilica era super tranquila, meiga e como toda mineira boa dona de casa. Licinha era gentil, calma e zelosa nas tarefas do lar. Nazinha era o braço direito do meu pai, como prenúncio da grande mulher de negócios que foi. Nice era cordata, paciente e excelente artesã de costura, bordado, tapeçaria e sua característica principal era trabalho, trabalho e trabalho. Gostava de cuidar de horta caseira.

Ademar, muito empreendedor, gênio forte, era o Cangussu mais autêntico. Newton era tranquilo, estudioso e pouco rural. Amélia era cordial, a calma em pessoa. Ajudava meu pai na loja e se cuidava muito. Lembro-me de suas unhas sempre esmaltadas, o cabelo com "permanente" (era uma técnica de enrolar os cabelos em cachinhos, feita em salão de cabeleireiro), chamava atenção pela sua beleza.

Terto foi meu companheiro de acesso à escola municipal rural e também colega de sala de aula. Essa era multisseriada (todos os níveis na mesma sala). Íamos montados em uma mulinha, ele a conduzia e eu, na garupa. Depois que foi para Januária, eu passei a ir à escola a pé com a Maria, criada da fazenda.

Terezinha desde muito nova saía muito da fazenda para prosseguir os estudos. Estudou o curso de Economia Rural Doméstica na Universidade Rural do RJ, trabalhou na EMATER- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, antiga ACAR- Associação de Crédito e Assistência Rural, em Lavras, depois voltou a Montes Claros onde concluiu o curso normal. Lecionou na rede particular e foi aprovada em concurso público para lecionar em Belo Horizonte. Mudou-se em 1964 com nossa mãe e, em Belo Horizonte, abriu caminho para a ida de Nazinha e, posteriormente, de Tertuliano. Continuou seus estudos na UFMG, graduou-se bacharel-licenciada em Pedagogia. Também graduou-se em Administração Escolar no Instituto Mineiro de Educação. Mais tarde, em Brasília assumiu por concurso os cargos de Professora e Inspetora Escolar. Minha mãe a acompanhou residindo com ela em Belo Horizonte e Brasília-DF. Depois de seu casamento, já em 1973, mamãe veio morar comigo até 1979, quando retornei a Goiânia, por transferência do meu marido Everton. Ela pretendia ficar uma temporada com Amélia e depois voltar para Brasília quando regressássemos em 1981. Porém, uma pneumonia muito forte nos surpreendeu e a levou a óbito, em julho daquele ano (Anexo 11).

São Francisco era região de malária endêmica. Meu pai contraiu essa doença, provavelmente várias vezes, e no ano de 1951, sua saúde estava muito abalada. Decidiu, então, mudar-se para Montes Claros. Comprou na rua João Pinheiro uma casa recém construída. Mudamos em fevereiro de 1952. Daí para frente sua saúde só fragilizava. Esteve internado na Santa Casa, sob os cuidados do médico João Valle Maurício, que era cardiologista, embora seu problema fosse cirrose hepática. Laços de amizade era o que mais os unia.

Os seus últimos dias foram dramáticos. O médico ia em casa, pessoalmente, fazer umas punções de um líquido amarelado de cheiro forte que dava pra encher um balde. Como tratamento, ele recebia na veia um plasma sanguíneo, que era importado do Estados Unidos. Ele resistiu até o começo de abril. Após sua morte, a família estremeceu. Casamentos, aparentemente estáveis, acabaram. Anísio saiu de casa deixando Nazinha na maternidade, no carnaval de 1953. Eu fui acompanhante de minha irmã, ajudando-a a cuidar da recém-nascida Eliane. Outra separação foi a de Didi. Sua esposa Clementina mudou-se para Lontra. O Didi, posteriormente uniu-se à Ana, com quem viveu até os últimos dias.

Gosto muito de preservar a história familiar, tanto que as primeiras roupinhas que minha filha usou, também foram usadas por minha neta ao sair da maternidade. Senti-me honrada pelo convite da autora e sobrinha Eliane para apresentar e representar o passado mais recente.

Eliane, num trabalho exaustivo e inédito resgatou, com muito empenho, competência e dedicação, um conteúdo que até então estava disperso e oculto. Mais difícil, porque é como juntar cacos de um tempo visto de fora; eu registrei aqui um passado sentido e vivido internamente.

Agora falarei da minha própria trajetória. Quando meu pai faleceu, eu tinha dezesseis anos e começara o curso ginasial, o que corresponde, hoje, a 6ª série do ensino fundamental. Após concluir o curso ginasial, em Montes Claros, fui agraciada junto com minha irmã Terezinha, em 1956, com uma bolsa de estudos na Universidade Rural do Brasil (hoje UFRRJ) para o curso de Economia Rural Doméstica – esse curso de nível médio e técnico visava o incentivo ao desenvolvimento das pequenas propriedades rurais, como parte do programa de extensão rural.

Na universidade conheci o Everton, goiano que cursava Engenharia Agronômica. Namoramos por dois anos, concluímos nossos cursos em 1957 e, em menos de dois anos estávamos casados. Foi uma convivência feliz por 54 anos, interrompida com o seu falecimento em 14 de maio de 2011. Em razão de seu trabalho, moramos em alguns lugares, inclusive em Brasília, mas o ponto central foi sempre Goiânia, como base residencial e afetiva. Nesta cidade iniciei o curso de Pedagogia, que conclui em Brasília, onde fiz também o curso de Educação Artística, na Universidade de Brasília – UnB.

Nos órgãos federais INCRA e MEC exerci o cargo de Técnico em Assuntos Educacionais. Aposentada, na Universidade Federal de Goiás (UFG), continuo morando em Goiânia, cidade que muito aprecio.

Esta minha narrativa registrou, principalmente, um período de uns dez anos, mostrando não só fatos triviais, como também momentos de maior valor emocional, que foram importantes. Se não o fossem não teriam sido memorizados. As recordações aqui narradas foram não só vivenciadas e guardadas pela minha mente, como também vieram do "ouvir os mais velhos contarem" por uma ou mais vezes.

Procurei ser fiel e verdadeira, como requer a história e fazer das lembranças um retrato do passado.

CAPÍTULO V
A DESCENDÊNCIA DE INOCÊNCIO CANGUSSU: ÁRVORES GENEALÓGICAS

Descendentes de Sr. Inocêncio Fernandes Cangussu e Júlia Dantas Cangussu

Sr. Inocêncio Fernandes Cangussu 1890 - 1952	Sr. Diomar Cangussu 1916 - 1995	Sra. Ana Brasilina de Souza 1929
	Sr. Waldemar Cangussu 1918 - 1981	Sra. Normanda de Souza 1939
	Sra. Maria Matos Cangussu 1920 - 2010	Sr. Lindolfo Francisco Matos 1921 - 1954
	Sra. Adelice Rodrigues Cangussu 1921 - 2011	Sr. Porfirio Rodrigues de Souza 1904 - 1964
	Sra. Nair Cangussu Wanderley 1923 - 1993	Sr. Anisio wanderley 1923 - 1995
	Sra. Nice Mendes Cangussu 1924 - 1971	Sr. João Mendes Pereira 1920 - 2002
Sra. Julia Dantas Cangussu 1896 - 1981	Sr. Ademar Cangussu 1926 - 1982	Sra. Maria do Rosario Cangussu 1929
	Sra. Amélia Soares Cangussu 1927 - 2014	Sr. Generoso Soares de Carvalho 1926 - 1998
	Sr. Newton Cangussu 1929 - 2001	Sra. Terezinha Almeida Cangussu 1934
	Sr. Tertuliano Cangussu 1931 - 2004	Sra. Helena Freire Cangussu 1934
	Sra. Terezinha Veloso Cangussu 1933	Sr. Adilson Veloso 1949 - 2006
	Sra. Zilda Cangussu de Almeida 1936	Sr. Everton de Almeida 1927 - 2011

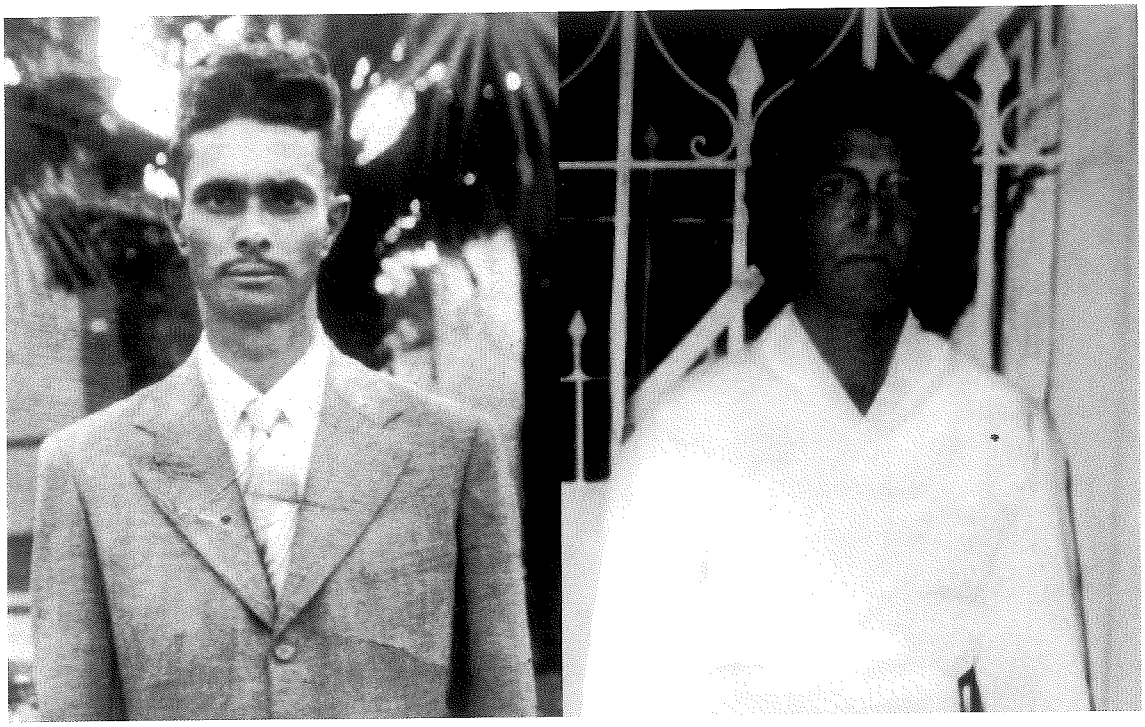
Da esquerda para a direita: Júlia Dantas Cangussu, Diomar, Waldemar, Lilica, Licinha, Nazinha, Nice, Ademar, Amélia, Newton, Tertuliano, Terezinha e Zilda.
Montes Claros
Data: 03/04/1952
Foto da viúva com os doze filhos após o sepultamento de inocêncio Fernandes Cangussu

Descendentes de Sr. Diomar Cangussu

Sr. Diomar Cangussu
1916 - 1995

Sra. Ana Brasilina de Souza
1929

Domício Cangussu
1944



Descendentes de Sr. Waldemar Cangussu

Sr. Waldemar Cangussu
1918 - 1981

Sra. Normanda De Souza
1939

Roosevelt Cangussu
1956

Waldemar e Normanda - Belo Horizonte - Agosto de 1955

Descendentes de Sra. Maria Matos Cangussu

Sra. Maria Matos Cangussu
1920 - 2010

Sr. Lindolfo Francisco Matos
1921 - 1954

- Julita Cangussu Fascella
  1938 - 2013
  - Maria de Lourdes Cangussu Melo
    1942
- José Ismar Matos Cangussu
  1944 - 1980
  - Oldemar Matos Cangussu
    1945
- Maria Edila Cangussu Santos
  1947
  - Paulo Matos Cangussu
    1950
- Carlos Matos Cangussu
  1953

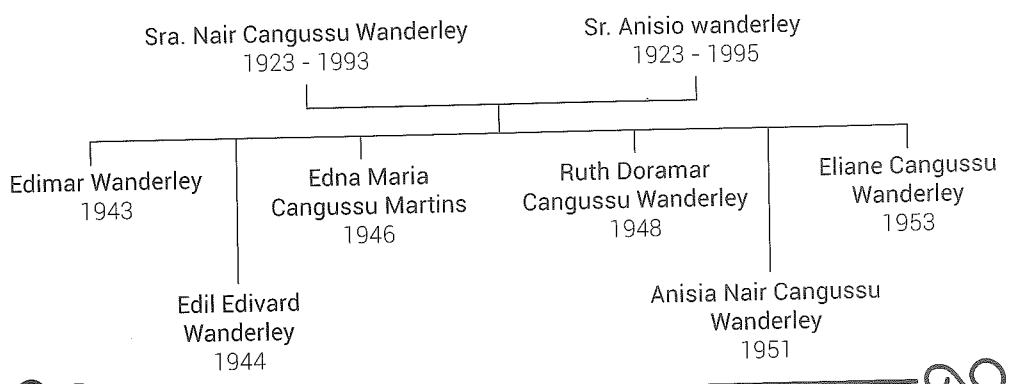
Descendentes de Sra. Adelice Rodrigues Cangussu

Sra. Adelice Rodrigues Cangussu
1921 - 2011

Sr. Porfirio Rodrigues de Souza
1904 - 1964

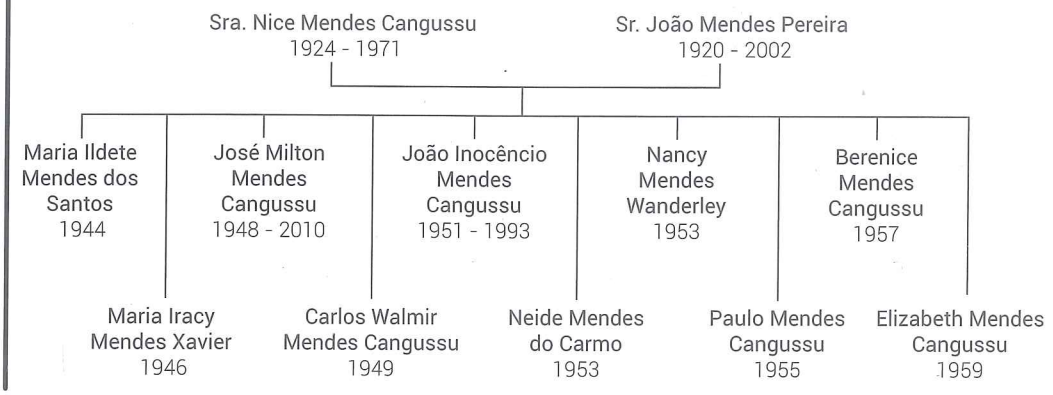
- Inocêncio Rodrigues Cangussu — 1939
- Isaurino Rodrigues Cangussu — 1940
- Adalgisa Rodrigues Cangussu — 1943
- Edite Cangussu Narciso — 1945
- Zilma Rodrigues Cangussu — 1947
- Maria Celia Cangussu Caetano — 1951
- Helenice Rodrigues Cangussu — 1954
- Antonio Alvimar Rodrigues Cangussu — 1956
- Edneia Claret Rodrigues Cangussu — 1960

Descendentes de Sra. Nair Cangussu Wanderley



Nair e Anísio - Brasília de Minas - 01/02/1943

Descendentes de Sra. Nice Mendes Cangussu



Nice e João - Brasília de Minas - 26/09/1942

Descendentes de Sr. Ademar Cangussu

Sr. Ademar Cangussu
1926 - 1982

Sra. Maria do Rosario Cangussu
1929

- Ademar Cangussu Junior — 1952 - 1975
- Rosimar Cangussu — 1954
- Alvimar Henrique Cangussu — 1956
- Rosane Cangussu Almeida — 1960
- Rosilene Cangussu Boucinha — 1961

Ademar e Maria do Rosário - Nova Lima/MG - 26/09/1951

Descendentes de Sra. Amélia Soares Cangussu

Sra. Amélia Soares Cangussu
1927 - 2014

Sr. Generoso Soares de Carvalho
1926 - 1998

- Jairo Soares Cangussu — 1951
- Geraldo Jackson Soares Cangussu — 1953 - 2012
- Terezilda Soares Cangussu — 1957
- Joyce Soares Cangussu — S/D
- Luís Fernando Soares Cangussu — 1963 - 1988
- Rildo Soares Cangussu — 1966

Amélia e Generoso - São Francisco - Fevereiro/1951

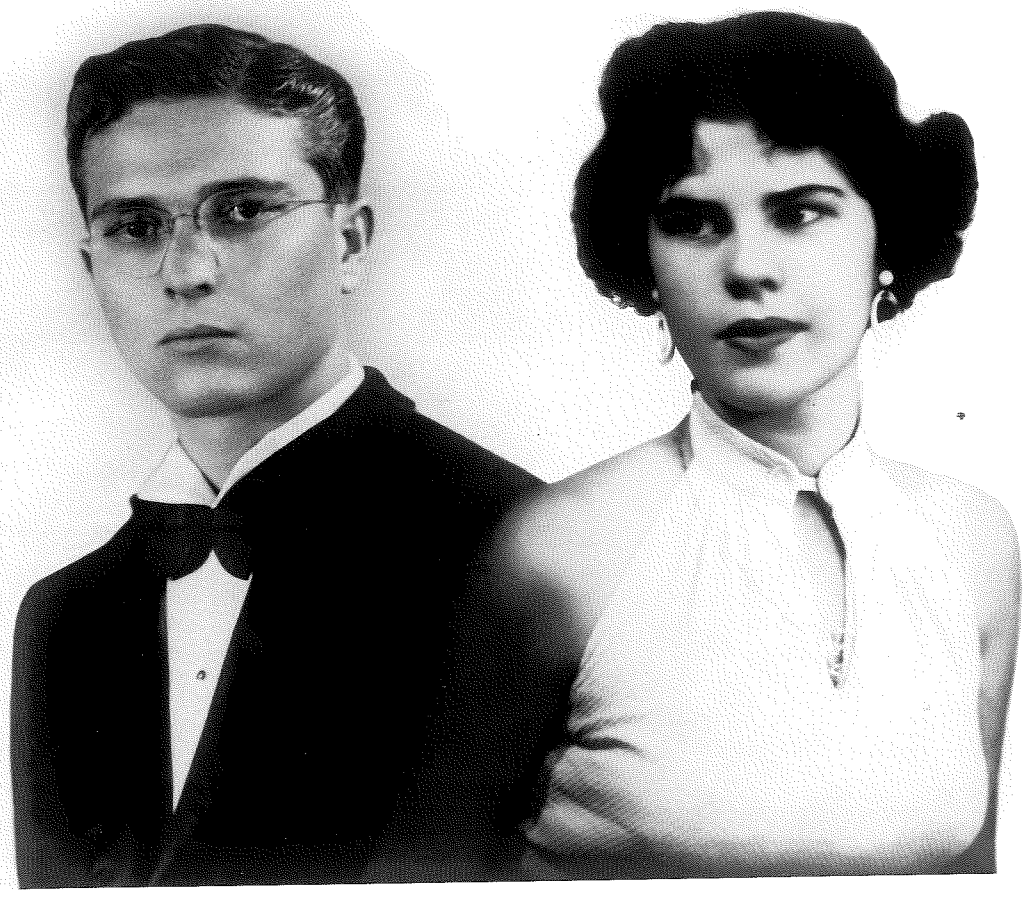
Descendentes de Sr. Newton Cangussu

Sr. Newton Cangussu
1929 - 2001

Sra. Terezinha Almeida Cangussu
1934

Rubens de Almeida Cangussu
1961

Rosana de Almeida Cangussu
1965 - 1984



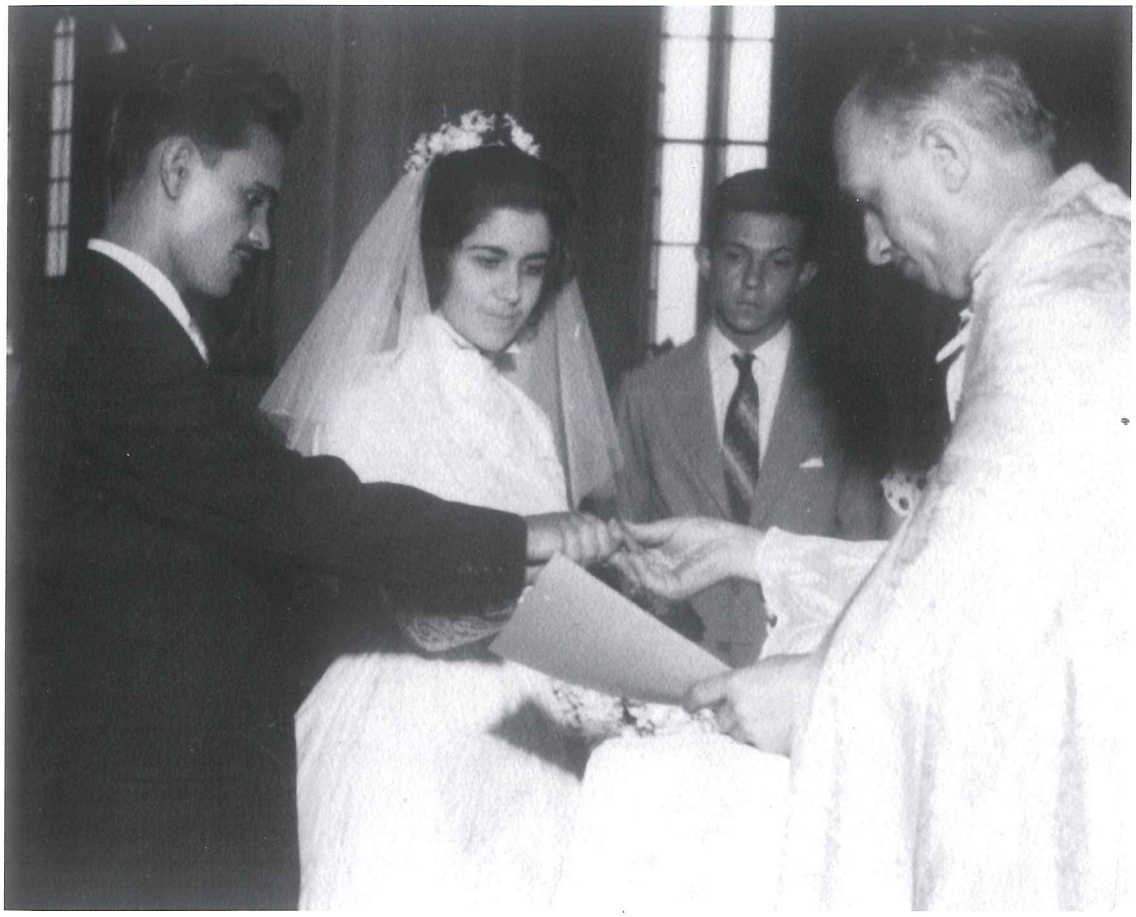
Descendentes de Sr. Tertuliano Cangussu

Sr. Tertuliano Cangussu
1931 - 2004

Sra. Helena Freire Cangussu
1934

- Paulo Roberto Freire Cangussu — 1958
- Luiz Otávio Freire Cangussu — 1961
- Newton Sérgio Freire Cangussu — 1963
- Carlos Alberto Freire Cangussu — 1966

Tertuliano e Helena - Montes Claros - 08/02/1958



Descendentes de Sra. Terezinha Dantas Cangussu

Sra. Terezinha Veloso Cangussu
1933

Sr. Adilson Veloso
1949 - 2006

Augusto Cezar Veloso
1976

Terezinha e Adilson - Brasília DF - 30/09/1972

Descendentes de Sra. Zilda Cangussu de Almeida

Sra. Zilda Cangussu de Almeida
1936

Sr. Everton de Almeida
1927 - 2011

- Everton de Almeida Junior
  1965 - 1976
- Juliana Dantas de Almeida
  1976
- Luiz Ricardo de Almeida
  1977

Zilda e Everton - Montes Claros - 30/05/1959

FILHOS, GENROS E NORAS DE INOCÊNCIO CANGUSSU E JÚLIA DANTAS CANGUSSU

REGISTROS

NOME	NASCIMENTO	ÓBITO	NATURALIDADE
Diomar Cangussu	06/12/1916	28/08/1995	Rio Pardo/MG
Ana Brasilina de Souza	17/05/1929		Brasília de Minas
Waldemar Cangussu	08/03/1918	11/02/1981	Rio Pardo/MG
Normanda de Souza	05/09/1939		Belo Horizonte
Maria Matos Cangussu	29/02/1920	01/02/2010	Rio Pardo/MG
Lindolfo Francisco Matos	29/12/1921	04/10/1954	Brasília de Minas/MG
Adelice Rodrigues Cangussu	28/08/1921	19/04/2011	Rio Pardo/MG
Porfírio Rodrigues de Souza	05/02/1904	24/05/1964	Brasília de Minas/MG
Nair Cangussu Wanderley	01/02/1923	30/08/1993	Rio Pardo/MG
Anízio Wanderley	22/05/1923	07/04/1995	Januária/MG
Nice Mendes Cangussu	03/09/1924	17/06/1971	Rio Pardo/MG
João Mendes Pereira	27/09/1920	04/06/2002	Brasília de Minas/MG
Ademar Cangussu	22/04/1926	30/06/1982	Rio Pardo/MG
Maria do Rosário Cangussu	14/06/1929		Bocaiúva/MG
Amélia Soares Cangussu	16/11/1927	20/01/2014	Rio Pardo/MG
Generoso Soares de Carvalho	17/06/1926	12/07/1998	Urandi/BA
Newton Cangussu	16/08/1929	09/02/2001	Rio Pardo/MG
Terezinha Almeida Cangussu	16/12/1934		Manhumirim/MG
Tertuliano Cangussu	20/07/1931	23/06/2004	Montezuma/MG
Helena Freire Cangussu	29/07/1934		Juramento/MG
Terezinha Veloso Cangussu	29/08/1933		São Francisco/MG
Adilson Veloso	01/04/1949	06/12/2006	Montes Claros/MG
Zilda Cangussu de Almeida	06/02/1936		São Francisco/MG
Everton de Almeida	07/11/1927	14/05/2011	Jaraguá/GO

REGISTROS

NOME	NASCIMENTO	ÓBITO
Domício Cangussu	15/04/1944	
Roosevelt Cangussu	14/04/1956	
Julita Cangussu Facella	14/12/1938	03/11/2013
Maria de Lourdes Cangussu Melo	11/05/1942	
José Ismar Matos Cangussu	10/03/1944	19/06/1980
Oldemar Matos Cangussu	28/07/1945	
Maria Édila Cangussu Santos	04/02/1947	
Paulo Matos Cangussu	06/06/1950	
Carlos Matos Cangussu	03/11/1953	
Inocêncio Rodrigues Cangussu	10/11/1939	
Isaurino rodrigues Cangussu	29/11/1940	
Adalgisa Rodrigues Cangussu	20/03/1943	
Edite Cangussu Narciso	12/09/1945	
Zilma Rodrigues Cangussu	01/04/1947	
Maria Célia Cangussu Caetano	30/07/1951	
Helenice Rodrigues Cangussu	23/04/1954	
Antônio Alvimar R. Cangussu	03/11/1956	
Ednéia Claret Rodrigues Cangussu	27/10/1960	
Maria Ildete Mendes dos Santos	02/01/1944	
Maria Iracy Mendes Xavier	01/04/1946	
José Milton Mendes Cangussu	12/02/1948	11/02/2010
Carlos Walmir Mendes Cangussu	01/09/1949	
João Inocêncio Mendes Cangussu	25/07/1951	17/08/1993
Neide Mendes do Carmo	21/05/1953	
Nancy Mendes Wanderley	22/05/1953	
Paulo Mendes Cangussu	10/03/1955	

REGISTROS (CONTINUAÇÃO)

NOME	NASCIMENTO	ÓBITO
Berenice Mendes Cangussu	01/01/1957	
Elizabeth Mendes Cangussu	04/01/1959	
Edimar Wanderley	06/12/1943	
Edil Edivard Wanderley	22/12/1944	
Ruth Doramar Cangussu Wanderley	30/07/1948	
Anísia Nair Cangussu Wanderley	28/01/1951	
Eliane Cangussu Wanderley	04/02/1953	
Ademar Cangussu Júnior	08/12/1952	19/10/1975
Rosimar Cangussu	12/01/1954	
Alvimar Henrique Cangussu	15/07/1956	
Rosane Cangussu Almeida	27/07/1960	
Roselene Cangussu	02/07/1961	
Jairo Soares Cangussu	01/12/1951	
Geraldo Jackson Soares Cangussu	17/10/1953	29/02/2012
Joyce Soares Cangussu	S/D	S/D
Terezilda Soares Cangussu	16/07/1957	
Luís Fernando Soares Cangussu	20/07/1963	11/10/1988
Rildo Soares Cangussu	20/12/1966	
Rubens de almeida Cangussu	03/11/1961	
Rosana de Almeida Cangussu	12/10/1965	
Paulo Roberto Freire Cangussu	01/12/1958	
Luiz Otávio Freire Cangussu	08/03/1961	
Newton Sérgio Freire Cangussu	11/09/1963	
Carlos Alberto Freire Cangussu	01/04/1966	
Augusto Cézar Veloso	25/04/1976	
Everton de Almeida Júnior	21/11/1965	06/04/1976
Juliana Dantas de Almeida	23/07/1976	
Luiz Ricardo de Almeida	20/11/1977	

CAPÍTULO VI
CONTRAPONTOS
O CONTEXTO HISTÓRICO DA ORIGEM FAMILIAR

Neste capítulo, antes de finalizar toda essa história, pensei ser oportuno e pertinente, fazer uma reflexão sobre o momento histórico em que viveram nossos ancestrais. Muitas vezes tendemos a emitir juízos de valor sobre este ou aquele fato. E, entretanto, sem um conhecimento do contexto vivido, isso não faz sentido. Pensando nisso, organizei pequenos pontos de reflexão sobre o processo de colonização, as milícias particulares, o papel da mulher, a justiça com as próprias mãos, as atividades econômicas, o preconceito e a questão ambiental.

1. O CONFLITO ENTRE OS CANGUÇU, OS CASTRO E OS MOURA

"Os novos escravocratas

Em defesa de seus lares,
Para serem garantidos
Nos seus devidos lugares,
Compravam a peso de ouro
Patentes de militares.

Nesse tempo qualquer homem
Que fosse proprietário,
Comprava uma patente
E não era necessário,
Que a polícia interviesse
Alí no seu donatário".

Extraído do Cordel O Herói João Canguçu
De Apolônio A.Santos

O conflito entre as três famílias sertanejas da Bahia – Castros, Mouras e Canguçu – deu-se na região de Caitité e Rio de Contas, entre 1844 e 1851. Ele teve seu auge quando Leolino Pinheiro Canguçu, filho de Inocêncio José Pinheiro Canguçu, reteve em sua fazenda a jovem Pórcia Carolina da Silva Castro, tia do poeta Castro Alves, no sobrado dos Canguçu, em Bom Jesus dos Meiras (atual Brumado), no ano de 1844.

Tudo começou quando os Castros decidiram hospedar-se na fazenda do Capitão Inocêncio José Pinheiro Canguçu. De Cajueiro, com destino a Cabaceiras, fugindo da seca, a família teria parado para repousar na fazenda do capitão, quando Leolino Canguçu, filho de Inocêncio José Pinheiro Canguçu, teria se apaixonado perdidamente por Pórcia, sendo por ela correspondido. Assim, Leolino decide pela sua retenção na fazenda, consentida por Pórcia, e, com ela passa a viver. A família Castro não aceitou a união, uma vez que Leolino já era casado.

Os Castro então se tornam inimigos dos Canguçu, se unem aos Moura e aos Medrado, e, em dezembro de 1844, invadem o Sobrado do Brejo e recapturam Pórcia. A partir daí, a luta entre parentes agregados, de uma e outra família, tem continuidade, tornando o amor entre os protagonistas uma aventura. Leolino elaborou um plano de vingança e, no ano de 1845/46, invadiu a casa dos Moura e apunhalou Manuel Justiniano. Certo da morte de Manoel, Leolino seguiu para a fazenda do irmão do apunhalado, assassinando-o a tiro de clavinote (carabina). Manuel entretanto, sobreviveu, e iniciou uma perseguição a Leolino, extensiva ao seu irmão Exupério.

Leolino foge para Minas Gerais e, em 1847, foi encontrado pelos jagunços de Manuel, em Grão Mogol sendo morto com uma "descarga de tiros". Em agosto do mesmo ano Exupério sofre um atentado em uma de suas propriedades, na Casa do Condado, onde houve tiroteio. Porém, o bando invasor fugiu, deixando um morto e levando um ferido. Exupério não foi atingido. Neste episódio, segundo Lycurgo, Exupério estava acompanhado de um irmão "bastardo" que lhe prestava segurança.

Porém, não foi o cordel nem o teatro, mas sim a literarura de ficção a primeira a retratar o conflito entre essas parentelas. Passado quase um século dos acontecimentos, autores brasileiros escreveram romances apaixonados sobre o suposto amor proibido entre Pórcia e Leolino e as consequentes lutas de família. Baseados na oralidade e em escassos documentos, os romances reconstruíram e resignificaram, cada um ao seu modo, a trajetória do conflito.

Escrito em 1929, no romance "Sinhazinha", Afrânio Peixoto ficcionou uma história de amor que se passava na fazenda de João Batista Pinheiro. O romance entre os personagens Clemência (Pórcia), a sinhazinha, e Juliano (Leolino) foi construído em um contexto de promessas e vinganças oriundas do conflito real entre Mouras, Castro e Canguçu.

Em "Sinhazinha", a vingança privada é uma característica da rivalidade familiar da época. A entrega da Sinhazinha de volta aos Mouras (sua família) é algo aceitável pelos demais personagens, exceto por Juliano – o protagonista apaixonado por ela. Existiria um código de conduta a ser seguido e a entrega de Sinhazinha fazia parte dessa tradição. Nas palavras de Peixoto "a vingança é apenas adiada porque o ódio não cansa e espera o seu dia".

Em o "ABC de Castro Alves", escrito por Jorge Amado, em 1941, Leolino Canguçu é retratado como um mártir que lutou e morreu para alcançar sua liberdade amorosa. Já o Capitão Inocêncio José Pinheiro Canguçu é retratado como homem bravio que lutou pela independência do país. Sobre forte influência do pensamento socialista e vinculado ao Partido Comunista, é possível perceber que as interpretações de Jorge Amado o levam a superdimensionar uma rebeldia sertaneja contra a ordem instituída. Nota-se também no autor a influência da concepção regionalista, marca característica de parte do movimento modernista brasileiro com a valorização de personagens e histórias regionais.

2. O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DO BRASIL NO CONTEXTO FAMILIAR

"Acontece que um dia
Um cabra se aborreceu,
E disse ao Coronel
O senhor é um " judeu",
Vou embora e vou querer
Todo o dinheiro que é meu".

Extraído do Cordel O Herói João Canguçu
De Apolônio A.Santos

No período moderno, Portugal foi o primeiro país a reconhecer os direitos dos judeus e também foi onde a propaganda ideológica antijudaica penetrou mais tarde. Isso foi fundamental para os judeus espanhóis que não se convertiam ao Cristianismo, partissem para Portugal em busca de possíveis condições de sobrevivência.

D. Manuel I, rei de Portugal, pressionado pela Espanha, concorda em expulsar os judeus. Entretanto, considerando que estes concentravam em suas mãos parte importante do poder econômico do reino, concede-lhes a permissão de permanência usando o artifício de convertê- los ao catolicismo, por meio de um decreto outorgado em 31 de março de 1496 (séc XV). Os judeus "conversos", graças a lei (evidente que permaneceram na fé judaica) tornaram-se imediatamente cidadãos cristãos imbuídos dos mesmos direitos dos outros, ainda que denominados de cristãos novos. Contudo, entre a burguesia, cristã-velha, tendo o cristão-novo como principal concorrente econômico, e ainda alimentada pela diferença de padrões culturais, acentuou- se em Portugal a rejeição e o preconceito ao povo Judeu.

D. Manuel resolve então "arrendar" o Brasil a homens com poder econômico, que poderiam arriscar seu próprio dinheiro para colonizar e explorar a terra. Esta foi a primeira concessão feita a um consórcio de cristãos-novos. Muitos judeus emigraram ao Brasil Colônia para escapar da Inquisição Portuguesa. Os judeus, como o próprio significado do termo revela, são um povo peregrino. Eles são uma etnia que, perseguida, se espalhou por todo o mundo e não foi diferente no Brasil Colônia.

A colonização era uma aventura, um verdadeiro combate pois além das obrigações contratuais, havia os perigos naturais que a nova terra oferecia e os colonos tinham que enfrentar também as populações indígenas. Logo, cristãos-novos e cristãos-velhos, que na Europa se odiavam, por falarem ambos o português e por compartilharem os problemas e os interesses, na Colônia, praticamente se irmanam na conquista do solo brasileiro.

Entretanto, apesar dos encaminhamentos já estabelecidos, no reinado de D João III , sob pressão da Espanha, estabeleceu-se o Tribunal da Inquisição em Portugal. Na colônia, houve então perseguição e muitas condenações. Segundo Lycurgo, no Brasil colônia era generalizado o ódio das classes pobres pelos judeus, afortunados e detentores de cargos fiscais e agentes do rei na cobrança de tributos, como pode-se inferir a partir da leitura do verso do cordel acima citado.

O Tribunal da Inquisição compunha-se de membros eclesiásticos e civis, estes, intitulados de Familiar do Santo Ofício, escolhidos entre pessoas de boa família com antepassados fidalgos e cristãos velhos. Lycurgo, entretanto, comenta que os dados mostram terem sido os cristãos novos os que mais possuíam tal honraria. Questiona ainda se nosso ancestral, pequeno burguês, Miguel Lourenço de Almeida, que em 1744 recebeu a nomeação para Familiar do Tribunal da Inquisição (Anexo14), não seria também um cristão novo disfarçado.

Ora, se na colônia, estabeleceu-se o Tribunal, se seus membros eram pertencentes das "boas famílias", leia-se, ricos e detentores de poder, por cargos e títulos; Então é esperado que membros desse tribunal pudessem ser realmente cristãos novos, tal fato pode ter acentuado o citado ódio generalizado por "judeus", aumentando no Brasil Colônia esse preconceito.

No contexto familiar, para entender o processo de ocupação de Caitité e Rio de Contas é necessário retornarmos ao período colonial da Bahia. O sistema de sesmarias, que remonta ao período moderno de Portugal, foi transferido para a América, durante o período de colonização. Tratava-se da doação de terras, para exploração, a particulares. Eram distribuídas pelos capitães donatários das capitanias hereditárias, o que permitiu a formação dos grandes latifúndios.

Foram as primeiras entradas baianas de pesquisa mineral, na busca de ouro e diamante, para a Coroa Portuguesa, no século XVI, que atingiram o Norte de Minas. Alguns historiadores afirmam que a primeira expedição a penetrar na região norte-mineira foi a de Espinosa e Navarro. Partindo de Porto Seguro em 13 de julho de 1553, foi se dispersando, deixando componentes em pontos escolhendo as melhores terras, povoando a região, catequizando e dizimando os povos indígenas.

Além da distribuição de sesmarias (latifúndios), a ocupação do território esteve relacionada também à exploração de bandeirantes, sertanistas e fazendeiros de múltiplas origens na região, sobretudo a partir do século XVII.

As ocupações das regiões de Caitité e Rio de Contas se deram por razões diversas. A Coroa Portuguesa objetivou, em princípio, submeter a população indígena, localizadas nas regiões mais afastadas do litoral e mais arredias e resistentes à colonização. Contudo, no século XVIII, a criação de gado e a busca por pedrarias também serviram de estímulo para a ocupação de parte da região, principalmente da Chapada Diamantina. A extração de ouro chegou a ser proibida nos sertões da Bahia por temor de ataques estrangeiros e porque o deslocamento de escravos para as zonas mineradoras poderia prejudicar outros cultivos que eram importantes para o reino.

A ocupação, que serviria também para proteger o território sertanejo, foi incentivada pela Coroa Portuguesa, que estimulava a edificação de novas vilas, mas repassava para os colonos as responsabilidades dos custos efetivos para a construção das câmaras e cadeias. Portanto, as construções das primeiras vilas nesta região se desenvolveram com a ajuda de particulares. Nesse mesmo processo foram estabelecidas diversas conexões entre as vilas, a exemplo das estradas construídas por Inocêncio Cangussu, nosso avô.

Um bom exemplo dessa prática foi a fundação de Bom Jesus dos Meiras, relacionada à presença de familiares nas localidades. No século XVIII, a família Canguçu estabeleceu moradia numa fazenda

denominada Brejo do Campo Seco, sendo o seu fundador e ascendente direto dos Canguçu, Miguel Lourenço de Almeida. Além dele, Francisco de Souza Meira ocupou uma fazenda denominada Bom Jesus. A junção das duas glebas deu origem ao arraial que ficou conhecido como Bom Jesus dos Meiras, cuja denominação foi oficializada apenas em 1869. Em 1877, seria desmembrada de Caitité, constituindo uma vila com distrito sede.

A ideia de isolamento dos sertões baianos está sendo revista pelos novos trabalhos historiográficos, principalmente os que se referem à escravidão e ao período colonial na região. Os rios tiveram uma importância fundamental naquela ocupação, no desenvolvimento da economia e no contato entre os sertões baianos com o litoral, como o Recôncavo e como outras províncias.

Em sua tese de doutorado, Isnara Pereira Ivo, discorre sobre as conexões que existiam entre os sertões baianos e os sertões do norte de Minas Gerais. Foi nesse território que os Canguçu/ Cangussu fixaram suas raízes. A cultura resultante dessa integração se diferencia das culturas baiana e mineira, sendo pois, peculiares. Segundo a Socióloga Tânia Pereira, se a nossa divisão territorial fosse embasada na cultura do povo, esta região constituiria um estado a parte.

Tratando dessa conexão de Rio de Contas com Minas Gerais, a autora delineia algumas rotas hidrográficas e terrestres que interligavam as fronteiras, especialmente no século XVIII: *O norte de Minas Gerais estava conectado com os sertões da Bahia desde os primeiros anos da colonização e, a partir do século XVIII, estes contatos foram intensificados com as buscas de riquezas minerais.*

3. ATIVIDADES ECONÔMICAS NOS DOMÍNIOS DOS CANGUÇU / CANGUSSU

"O senhor vivia aqui
Oprimindo os sofredores,
Propondo seus obstáculos
Com planos exploradores,
Roubando suor e sangue
Dos pobres trabalhadores".

Alí os trabalhadores
Não viam nunca um tostão,
Tudo quanto precisavam
Compravam no barracão,
Desde o calçado a roupa,
E toda alimentação".

Extraído do Cordel O Herói João Canguçu
De Apolônio A.Santos

Antônio Pinheiro Pinto, o pai do primeiro Canguçu, foi um grande comerciante. Soube fazer fortuna como criador, fazendeiro, negociante, intermediário, também às custas de seus negros, escravos do

Campo Seco, que eram alugados a fazendeiros e proprietários da região. Lycurgo demonstra que no acervo documental do Sobrado do Brejo, no "Livro dos Escravos", há registros de compra, venda e aluguel entre outras atividades econômicas que envolviam os escravos.

Aqueles proprietários da fazenda do Campo Seco possuíam grande número de escravos, mestres em vários ofícios: ferreiros, serralheiros, carpinteiros, alambiqueiros, vaqueiros, pedreiros e até alfaiate, para autonomia e manutenção da fazenda. Todos eles eram registrados nos cadernos de pagamento. Alguns escravos exerciam atividades remuneradas, em proveito próprio, e, até mesmo para comprarem sua própria alforria.

Também no Campo Seco, como no resto do país, os escravos arcaram com duros trabalhos e sofreriam duros castigos. Pinheiro Pinto exigia de seus escravos os juros do capital empatado, ou produção ou punição. Em função disso, não foram poucas as despesas com "capitães do mato", feitores de condição livre, assalariados , geralmente brancos.

Segundo as descrições de Lycurgo, não foi nem bom, nem mau para com seus escravos. Foi um senhor de escravos que exigia de seu investimento o retorno que desejava. Entretanto, segundo versão de seus descendentes, o contraponto foi ter sido esfaqueado por um negro, tendo o fazendeiro morrido em consequência dos ferimentos.

Inocêncio José Pinheiro Canguçu, seu filho e herdeiro, também possuía muitos escravos, quando assumiu a fazenda, em 1822. A lei Áurea, em 1888, contribuiu muito para o empobrecimento dos Canguçu.

Além da escravidão, outra importante força de trabalho estabelecida na região era a dos meeiros. Mediante contratos informais, trabalhavam durante um tempo para os grandes fazendeiros ou eram seus agregados permanentes. Em troca da subsistência familiar, os meeiros pagavam com produção.

Pinheiro Pinto e seus descendentes, mantinham armazéns que, além da venda dos alimentos e artigos básicos de subsistência, fornecidos aos meeiros, agregados e sertanejos circunvizinhos, era ponto de parada de tropeiros e vaqueiros. Nos armazéns, também se vendiam os artigos produzidos na própria fazenda, tendo a aguardente como uma das iguarias. A base da alimentação do sertanejo, no início do século XIX, era a farinha de mandioca, a rapadura e a carne seca, que faziam parte da alimentação dos habitantes do sobrado e eram vendidos no armazém para a população local da vila. Esses armazéns são descritos no cordel acima como "barracão" e essa foi também minha impressão ao ver a fotografia da Fazenda Santa Isabel.

Além do engenho, da pecuária, das atividades de subsistência e comércio local, uma das atividades mais lucrativas desempenhadas pelas famílias em Bom Jesus dos Meiras era o cultivo do algodão. Na Vila de Caitité se estabeleciam as principais relações de comercialização que se operavam na região, de onde se transportava o algodão para o Recôncavo e depois para Salvador. O algodão seguia no lombo de animais de carregamento destinado à exportação.

O algodão produzido no Brasil no final do período colonial tinha como objetivo a exportação, principalmente quando D. Maria I esteve no poder em Portugal e proibiu-se a instalação de manufaturas de tecidos no Brasil. A produção de algodão em Bom Jesus, termo da vila de Caitité, teve importância

até o século XIX, contribuindo para o crescimento econômico da região e para o enriquecimento das famílias ali estabelecidas. A fazenda Santa Isabel tinha o algodão como principal fonte de renda, como descrito nas lembranças de nossa tia Zilda.

4. CANGUSSU - A MARCA DO PRECONCEITO

A história dos Cangussu mostra que eles, assim como tantas outras famílias tradicionalmente constituídas, sob o jugo da igreja e da lei, contribuíram, no passado, para perpetuar preconceitos enraizados em nossa sociedade.

Essa pesquisa familiar me chamou atenção, em especial para um deles: a invisibilidade e a negação dos filhos ilegítimos. Óbvio que essas crianças eram fruto de tantos outros preconceitos: de raça, do domínio socioeconômico e de submissão da mulher. Mas, esta minha abordagem se restringirá a uma breve reflexão sobre os "filhos bastardos". Talvez para desnudar o tamanho da minha indignação.

Do lado paterno, tenho ascendência bastarda. Meu pai, Anísio, e seus quatro irmãos, filhos de minha avó Amélia Wanderley, não eram registrados com o sobrenome do pai, embora existisse uma declaração de paternidade voluntária.

É difícil imaginar, mas, eram duas famílias paralelas, uma oficializada pelo casamento e outra subjugada pela luxúria de meu avô Maximiliano Martins Pereira. Uma rica, com projeção política e social, outra discriminada. Nossa convivência só não foi pior pelo fato das duas avós matriarcas serem primas entre si, e, a mais velha, vovó Quita Pereira, se sentir corresponsável pela mais nova, vovó Amélia Wanderley. Acho que vovó Quita pouco podia fazer, mas, me lembro de seu acolhimento e carinho. Não considero este o espaço para os relatos dessa convivência, entretanto, é possível imaginar as marcas dessa realidade na cabeça de qualquer criança.

Quando estudei a obra do historiador Lycurgo, que descreve a origem dos Canguçu, pensei que tendo tantas informações mais antigas e bem documentadas, não seria difícil seguir o "fio da meada". Qual o que! A história se repete, e, quantas e quantas vezes precisará se repetir até que nossa sociedade se humanize.

Deparei-me com o primeiro Canguçu, Inocêncio José Pinheiro Canguçu, que além dos filhos legítimos deixou "pelo menos mais dez filhos ilegítimos". Não demorei para concluir que a origem do nosso ramo cangussu é "bastarda".

A história se repete, e, me deparo novamente com uma ascendência de cinco a seis gerações passadas, perdida na invisibilidade social de filhos ilegítimos.

Antes de 1988, admitia-se no Brasil, juridicamente, o reconhecimento voluntário relativo aos filhos naturais, aqueles cujos pais não apresentassem impedimento legal ao casamento. Entretanto, a igreja continuou a exigir o matrimônio dos pais para legitimação dos filhos, como condição para serem ba-

tizados, ou seja, de aceitação da Igreja. Quanto aos filhos adulterinos, aqueles concebidos fora do casamento, ou "bastardos", esse reconhecimento voluntário, com registro do sobrenome, só poderia ser feito após o final do vínculo conjugal. Penso que nosso Cangussu pode ter-se originado daí, como diferenciação entre legítimos e legitimados. Lendo comentários no grupo Canguçu/ Cangussu/ Kangussu no facebook me deparo com esse que transcrevo: " *Estes dois .... Canguçu e ..... Canguçu, ...Filhos de Inocêncio Pinheiro Canguçu.* ***Sementinhas legítimas da família Canguçu, Brumado-Ba***".

Certo é que essa verdadeira exclusão social, sem que tais filhos pudessem ter uma sobrevivência digna, constituiu não só uma destituição material, mas, também moral e afetiva.

Além de levarem consigo a condição da ilegitimidade, como um verdadeiro estigma de preconceito e dor, podemos observar que, dentre outros fatores, a desigualdade social foi que relegou, muitos destes filhos, ao abandono e à perda de laços a partir de uma legião de famílias geridas por mulheres, realidade que ainda não está superada no Brasil. Nossa prima Eusy comenta no grupo que o biotipo indígena de rosto largo, predomina ainda entre muitos descendentes Cangussu, são decorrentes das uniões com índias, belas, limpas e libertas que atraíam tais senhores, e, naturalmente, criavam sua prole sem a presença do pai.

Entretanto, nada há na lei ou na genética, que seja capaz de obrigar alguém, biologicamente ligado a outrem, a dedicar-lhe amor e cuidados próprios e pertinentes à cria. Penso que nada há mesmo que obrigue um pai, que antes sonegou ao filho seu reconhecimento espontâneo, a amá-lo após a declaração judicial do vínculo biológico-parental, derivada do reconhecimento compulsório. Assim, como nada há que determine ao filho uma conduta de amor e respeito por quem antes o tinha rejeitado.

Fato é que, modernamente, prepondera a noção de "paternidade responsável", exatamente assim acolhida pela Constituição vigente no Brasil. Ao dizer que toda pessoa, ao nascer, deva ser filho de alguém, daí decorrendo a obrigatória relação jurídica do parentesco, da qual serão inegavelmente extraídos os direitos do filho e os deveres do pai.

5. O PRINCIPAL LEGADO DE INOCÊNCIO FERNANDES CANGUSSU

"A Educação é o caminho mais curto para alcançarmos o comando da nossa própria vida".

Cresci ouvindo de minha mãe (tia Nazinha) me dizer: "[...] estude e forme, porque eu sou a mãe e o diploma será o pai que você não teve", Ela, também dizia que: [...] "o que está na sua cabeça, ninguém lhe tira". E assim pensando, todo esforço e exigências foram feitas por ela para que os seus filhos estudassem. Ela dizia que não estudou, mas que seu pai , Inocêncio, sempre deu muita importância aos estudos. Hoje, analisando o contexto da mulher daquela época, chego a conclusão de que ela só conseguiu atingir esta meta tão ousada por dois fatores preponderantes: ter sido abandonada pelo marido, enfrentado esse preconceito e ter assumido, sozinha, a tarefa de educar e determinar o rumo do futuro de seus seis filhos, com coragem e determinação.

Nosso avô Inocêncio, nasceu em 1890, e, em 1936 já tinha seus doze filhos, 5 homens e 7 mulheres. Faleceu em 1952, deixando duas filhas ainda menores de idade. As primeiras cinco filhas, as mais velhas, nascidas até 1927, não estudaram além do curso de alfabetização, liam, escreviam e faziam contas. Isso era o "suficiente" para as mulheres naquela época e, para os pais, o casamento com um homem honrado e trabalhador seria o melhor para elas. E o pátrio poder se transferia para os maridos, que determinariam o rumo de suas vidas. Já os filhos homens, exceto o primogênito, tiveram a oportunidade de estudar, sendo que um deles concluiu o ensino médio e três o ensino superior. Também as duas filhas mulheres mais jovens, concluíram o ensino superior, uma delas, depois de casada. Assim Inocêncio atingiu uma meta impensável para sua época: estudou 50% dos filhos.

Em que medida esse contexto social da época influenciou nessa história? E na nossa história? Teria sido determinante em nossas vidas o casamento ou o diploma de nossos pais? Inocêncio teria sido um visionário que vislumbrou na formação dos filhos um caminho para uma vida melhor?

O que se pode observar em nossa geração, é que entre aqueles cujos pai ou mãe, ou ambos estudaram, esse índice aproxima de 100%. Temos entre os nossos primos uma diversidade de formações acadêmicas, médico, engenheiros, advogados, professores em diferentes áreas, para citar algumas.

Farei aqui uma breve exposição dessa época para que possamos refletir, principalmente, sobre diferenças estabelecidas dentro do nosso grupo familiar, possivelmente decorrentes dessa realidade e, também das dificuldades que foram impostas às nossas ancestrais mães/ mulheres.

A economia colonial brasileira foi fundamentada na grande propriedade rural e na mão-de-obra escrava e deu pouca atenção ao ensino formal para os homens e nenhuma para as mulheres.

O isolamento, a estratificação social e as relações familiares patriarcais, favoreceram uma estrutura de poder fundada na autoridade sem limites dos homens, donos de terras. A tradição cultural, trazida de Portugal para a colônia brasileira, considerava a mulher um ser inferior, que não tinha necessidade de aprender a ler e a escrever e a de educação escolar, monopolizada pela Igreja Católica, reforçava o espírito medieval. A obra educativa da Companhia de Jesus (Jesuítas) contribuiu significativamente para o fortalecimento da predominância masculina entre o público escolar.

Ainda que no período colonial a legislação estabelecesse o ensino primário deveria ser de responsabilidade do Estado e extensivo às meninas. As salas de aula deveriam ser regidas por professoras, mas não havia estrutura e, devido à falta de professoras qualificadas, não se conseguia despertar maior interesse dos pais que , além de tudo, não consideravam o ensino como fundamental para suas filhas. Assim, embora existissem algumas escolas, elas atingiam um número insignificante de mulheres.

Em 1889, a jovem República brasileira foi dirigida por Floriano Peixoto. Após três anos de governo enfrentando as oposições, a presidência passa à Prudente de Morais, tendo início a chamada "República das Oligarquias" que perdurou por 36 anos, de 1894 a 1930. Desde o nascimento da República, as mulheres foram excluídas de todo e qualquer direito político. A primeira Constituição da República (1891) não lhes concedia o direito de votar e nem de serem votadas. Essa situação persistiria até as primeiras décadas do século XX, 1932. As mulheres, portanto, eram tratadas como cidadãs de segunda categoria, por aquele regime político que deveria existir para ser de todos.

O primeiro Código Civil brasileiro, foi aprovado em 1916 e reafirmou muitas das discriminações contra a mulher, conforme se pode deduzir, a partir do seguinte trecho analítico:

"Com o casamento, a mulher perdia sua capacidade civil plena. Cabia ao marido a autorização para que ela pudesse trabalhar, realizar transações financeiras e fixar residência. Além disso, o Código Civil punia severamente a mulher vista como "desonesta", considerava a não virgindade da mulher como motivo de anulação do casamento. No caso de filha solteira suspeita de "desonestidade", isto é, de manter relações sexuais sem casamento, permitia que fosse deserdada".

(Lígia Quartim de Moraes)

As mulheres casadas, ou sob o pátrio poder, eram consideradas incapazes juridicamente, como as crianças, os portadores de deficiência mental, os mendigos e os índios. É preciso sempre lembrar essas situações degradantes que viveram as mulheres durante séculos e a luta persistente que travaram para, finalmente, conseguirem se firmar como cidadãs. É claro que muito ainda falta a ser conquistado, mas olhando para trás vemos o quanto já se caminhou. Na minha visão esse processo depende muito das próprias mães ao determinarem uma educação igualitária aos seus filhos, com o exemplo e sem distinção de gênero.

6. REFLEXÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL: OS CANGUÇU, AMIGOS DA ONÇA?

"Canguçu criador, do nome se apropria,
Agregando ao sujeito, a fama de valentia,
Mas, da onça Canguçu, a criatura,
Tirou as condições de uma vida futura."

Eliane Cangussu

Como bióloga, juro que tentei, mas não consegui deixar de abordar nesta pesquisa familiar a origem da devastação ambiental no Brasil, que, de certa forma, se mistura com a origem dos Canguçu e com o início do processo de extinção da onça pintada. Procurando referências na literatura, li o texto "A Dupla da devastação (A Ferro e Fogo II)", que transcrevo neste trabalho, para subsidiar uma breve reflexão do processo, descrito por José Augusto Pádua - Doutor em Ciências Políticas e professor adjunto da UFRJ- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO.

A DUPLA DA DEVASTAÇÃO (A FERRO E FOGO II)

(Referente a obra A Ferro e Fogo de Dean,Warren)

Do nosso passado colonial e pós-colonial, das raízes rurais de nossa formação social, herdamos uma dupla perversa que até hoje, em suas novas encarnações, é responsável por grande parte da devastação dos biomas brasileiros. Essa verdadeira dupla do cão, como se diz no interior de Minas, pode ser identificada por duas palavras: monoculturas e bois.

Em "Nordeste", seu livro mais ecológico, de 1937, assim descreveu Gilberto Freyre a entrada da monocultura na Mata Atlântica colonial, através das plantações de cana de açúcar - "entrou aqui como um conquistador em terra inimiga, matando as árvores, secando o mato, afugentando e destruindo os animais e até os índios, querendo para si toda a força da terra". O canavial "desvirginou todo esse mato grosso do modo mais cru: pela queimada. A fogo é que se foram se abrindo no mato virgem os claros por onde se estendeu o canavial civilizador mas ao mesmo tempo devastador".

O grande tamanho das propriedades estava ligado ao sistema de exploração. Com o abandono do arado e da consorciação entre lavoura e criação – banindo-se a pecuária para as áreas mais interioranas, domínio de biomas como a Caatinga e o Cerrado - a queimada em grande escala tornou-se o eixo da conquista do solo da floresta tropical. Como a fertilidade produzida pelas cinzas da mata durava apenas alguns anos, forçando a abertura contínua das áreas florestais no interior da propriedade, que não demorava a atingir seus limites, ocorria o fenômeno de "donatários com sesmarias de mil ou mais hectares (mais de 200 alqueires) e depois de poucos anos requererem uma nova sesmaria como 'remédio para a minha pobreza', argumentando que suas terras estavam cansadas".

Inaugurou-se então "uma forma peculiar, extrativa, de capitalismo, na qual o estoque de capital é totalmente in natura, preexistente à ocupação neo-européia, e rapidamente dissipado". Um círculo vicioso onde destruíram matas e terrenos para depois exigir novas áreas de mata a serem destruídas com o argumento de que os terrenos antes explorados estavam destruídos.

O colonizador respondeu a essas benesses com um violento ataque aos ecossistemas florestais. A fórmula transmitida em 1711 pelo jesuíta João Antônio Andreoni, no seu "Cultura e Opulência do Brasil", publicado com o pseudônimo de André João Antonil, sintetizou de maneira perfeita o paradigma predatório da agricultura colonial, que fincou raízes profundas e persistentes no país: "feita a escolha da melhor terra para a cana, roça-se , queima-se, limpa-se, tirando-lhe tudo o que podia servir de obstáculo" . A Mata Atlântica em relação à cana, assim como hoje o Cerrado em relação à soja, não é mais do que um obstáculo que precisa ser queimado e limpado para o avanço da monocultura.

Ademais do desflorestamento direto para plantar a cana, o impacto da indústria do açúcar se expandiu em várias outras direções. Para cada quilo de açúcar produzido, por exemplo, cerca de quinze quilos de lenha, retirados de Mata Atlântica primária, eram queimados nas grandes fornalhas que garantiam calor para os enormes caldeirões onde o caldo da cana era cristalizado. Para purgar o açúcar nas moendas, por outro lado, utilizava-se cinza de madeira, em grande parte retirada dos então vastos

manguezais nordestinos. O conjunto da infraestrutura estava calcado ou na madeira ou em produtos cuja produção requeria o uso de lenha em fornalhas, como tijolos, telhas e cal. O efeito agregado de todos estes processos, como se sabe, deu origem ao movimento histórico de destruição de uma Mata Atlântica que hoje não conta com mais do que 7% de sua cobertura original.

Para além do domínio da Mata Atlântica, no entanto, uma outra espécie exótica, desta vez animal, seria responsável pelo segundo pólo da dupla da devastação. O gado bovino, que foi introduzido no Brasil em 1532, trazidos de Cabo Verde pela expedição de Martim Afonso de Souza. Desde as grandes extinções pleistocênicas, há mais de 10.000 anos atrás, cujas causas não podem ser discutidas aqui, nenhum mamífero da dimensão do boi pastava neste território. Sem pragas, parasitas, competidores ou predadores locais – **ao menos até que as onças lograram apreender o sabor de sua carne** – os rebanhos reproduziram-se com inusitada facilidade. Apesar do interior da floresta não ser propício à sua existência, quase todas as áreas mais abertas, natural ou socialmente construídas, transformaram-se em pastos potenciais.

A partir do final do século XVI, com o domínio da Mata Atlântica sendo cada vez mais reservado para as monoculturas, o gado bovino, com exceção dos bois utilizados como força de trabalho nos engenhos, foi sendo banido para os sertões interioranos, para as Caatingas e Cerrados, tendo como principal canal de penetração o rio São Francisco. Nestes vastos espaços constituiu-se um enorme estoque vivo para a produção de carne, que serviu também para consolidar a expulsão de grupos indígenas e a conquista européia do território.

No capítulo 5 do livro "A Ferro e Fogo", Dean, o autor, descreveu o legado ecológico perverso da pecuária extensiva colonial. Os pastos naturais, com uma ou duas gerações de pastoreio, ficaram profundamente degradados. Sem ser tangido, o gado tendia a sobre-explorar os campos mais palatáveis, que definhavam em plantas raquíticas e doentes. O uso extensivo do fogo como única técnica de "renovação" dos pastos, se é que isso pode ser chamado de técnica, provocou uma forte destruição de pequenos animais e plantas, quebrando cadeias alimentares e facilitando a erosão dos solos (inclusive pela redução de sua permeabilidade). As queimadas secavam os terrenos destruindo as bactérias que participam da fixação do nitrogênio nas raízes, favorecendo a difusão de gramíneas sem valor nutritivo, como o capim sapé, e de legiões de formigas e carrapatos. O esgotamento dos pastos naturais provocou a busca de novas terras para o pastoreio, promovendo a abertura de novas fronteiras de desflorestamento nas áreas mais densamente arborizadas da Caatinga e do Cerrado.

A destruição da vegetação natural para abrir ou "renovar" pastos foi, nos sertões, o equivalente interiorano da devastação florestal provocada pelas monoculturas litorâneas. Os dois processos, ao longo de nossa história, seguiram mais ou menos em paralelo. Com o andar do tempo, no entanto, ocorreu uma crescente aproximação dos dois pólos da dupla da devastação, configurando cada vez mais um movimento único de destruição. Na região litorânea, na medida em que terrenos previamente ocupados com Mata Atlântica foram sendo degradados pela monocultura, tornando-se impróprios para a agricultura, a introdução extensiva de gado acabou se tornando a única alternativa econômica. Essa seqüência ajudou a impedir a regeneração da floresta, consolidando a triste paisagem desnudada, ressecada, pisoteada e erodida que hoje domina grande parte das terras antes ocupadas pelos 93% da cobertura original da Mata Atlântica que foram perdidos nos últimos séculos.

Referência: WWW.OECO.ORG.BR

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficam aqui as minhas reflexões sobre os pontos e os contrapontos do estudo de uma sociedade patriarcal, tendo como referencial as sucessivas gerações de nossa família: os Cangussu. Nunca havia pensado que questões acerca da nossa estrutura familiar fossem render tantas histórias surpreendentes e abrir um leque de possibilidades para uma discussão com viés sociológico e antropológico. Infelizmente, não me atrevo a fazê-la.

Procurei transcrever nesta obra os dados pesquisados, investigar tantos outros, escrever relatos orais, e, como uma colcha de retalhos, reconstruir a nossa história. Inicialmente, pensei em um projeto de livro com um capítulo que pudesse reunir um depoimento de cada uma das descendências. Sendo assim, poderíamos desfrutar de algumas páginas a mais e conhecer um pouco mais da vida familiar de cada um de nossos tios. Reconheço, entretanto, o pouco tempo e as dificuldades inerentes ao propósito original.

Como pesquisadora, tracei uma linha básica e discuti isso com nossa tia Zilda: precisamos de documentos, eles serão a credibilidade de nossa obra; precisamos também de isenção, fatos são fatos, devem ser descritos com veracidade, sem melindres. Justificativas fazem parte das análises, não das descrições. Relatos e opiniões devem ser referenciados e suposições definidas claramente como hipóteses, passíveis de veracidade, mediante investigação documentada.

Considero que este trabalho esteja em construção e acredito que em breve conseguiremos os documentos que nos permitirão "definir nosso elo perdido". Também, aguardo a colaboração dos primos com relatos que possam ser adicionados à nossa história.

Foi por isso que optei por uma tiragem limitada, desta edição comemorativa do nosso segundo encontro de primos. Espero também que possam me notificar qualquer erro, crítica ou sugestão.

É importante ressaltar que tivemos um primeiro encontro, em 3 de outubro de 2016, graças ao esforço de nossa prima Nancy, já que seis primos de Belo Horizonte estariam em Montes Claros naquela data. Foi um encontro muito alegre e afetivo. Dele resultou o grupo do whatsapp, a programação de um segundo encontro em 2017 e também a minha motivação para escrever essa pesquisa já iniciada e poder compartilhá-la com todos vocês.

Fica aqui meu agradecimento especial a nossa querida Tia Zilda, pelo seu empenho e, principalmente, por dividir conosco suas "memórias afetivas" que, escritas com carinho e dedicação, fizeram dela uma escritora primorosa numa verdadeira manifestação de seu amor pela família.

A intenção inicial de escrever a história familiar, minha e da tia Zilda, remete, principalmente, às novas gerações, nossos filhos e netos. Vivendo em uma realidade quase sempre distanciada dos parentes e num mundo de rápidas transformações, dificilmente poderiam resgatar tantas informações da origem familiar. Espero que a leitura possa render boas e divertidas conversas no seio familiar de cada um de nós.

ANEXOS

ANEXO 1:

Cópia da carta da nomeação de Exupério Pinheiro Cangussu para Capitão da Guarda Nacional em 1856, concedida pelo então Governador da Bahia, João Lins Vieira Cansansão de Sinibú.
REF: SANTOS Filho, Lycurgo.página 138.
Data

Observação: Exupério Cangussu (escrito com dois esses).

"João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú Comendador da Ordem de Christo Official da Roza e Presidente da Prova. da Ba.

Faço saber aos que esta Carta Patente virem, que attendendo ao merecimento do Cidadão Exupério Pinhro. Cangussú resolvi nomeal-o em virtude do artigo 48 da Lei n.º 602 de 19 de Setembro de 1850, para o Posto de Capitam da 6a. Companhia do Batalhão 78 da Guarda Nacional do Municipio de Caitité, que servirá com todas as honras, privilegios, e isenções, que direitamente lhe competirem. Pelo que mando ao Commandante Superior, ou ao mais graduado Chefe do referido Municipio, que lhe faça dar posse, depois de prestar o devido juramento; aos Officiaes seus superiores que o tenhão e reconheção por tal, e a todos aquelles que lhe forem subordinados que obedeção, e guardem suas ordens no que tocar ao Serviço Nacional, tão fielmente como devem, e são obrigados. Em firmeza do que lhe mandei passar esta Carta Patente, que sendo por mim assinada, e sellada com o Sello das Armas do Imperio, se cumprirá inteiramente, como nella se contem, registrando-se na Secretaria do Governo, e na do Commando Superior respectivo. Pagou de novo direito, em virtude do artigo 57 da Lei citada, a quantia de cincoenta mil reis como constou do conhecimento em forma; e de emolumentos da Secretaria a quantia de doze mil reis.

Dada no Palacio do Governo da Bahia em dezoito de Outubro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos cincoenta e seis, trigesimo quinto da Independencia e do Império. Luiz... [ilegivel] a fez escrever

(Selo e armas da Província da Bahia)

João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú

ANEXO 2:

Cópia da carta de nomeação de Exupério Pinheiro Cangussu ao posto de Coronel Comandante Superior da Guarda Nacional, 1857.
REF: SANTOS Filho, Lycurgo.página 140.
Data

Observação: Exupério Cangussu (escrito com dois esses)

"Dom Pedro por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Faço saber aos que esta Minha Carta Patente virem, que attendendo ao merecimento e mais partes que concorrem na pessoa de Exupério Pinheiro Cangussú Hei por bem Nomeal-o para o posto de Coronel Commandante Superior da Guarda Nacional do Municipio de Caitité da Provincia da Bahia, e como tal gozará de todas as honras, privilegios, liberdades, isenções e franquezas que direitamente lhe pertencerem. Pelo que Mando á Authoridade competente que lhe dê posse depois de prestar o devido juramento, e o deixe servir e exercer o dito Posto; aos Officiaes superiores que o tenhão e reconheção por tal, honrem e estimem e a todos os seus subalternos que lhe obedeção e guardem suas ordens, no que tocar ao serviço Nacional e Imperial, tão fielmente como devem e são obrigados.

Em firmeza do que lhe Mandei passar a presente Carta, por Mim assinada e sellada com o sello grande das Armas do Império.

Dada no Palacio do Rio de Janeiro em desoito de Dezembro de mil oitocentos e cincoenta e sete; trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Imperador P.
Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos
(Sêlo com as Armas do Império)

Carta pela qual Vossa Magestade Imperial Ha por bem nomear a Exupério Pinheiro Cangussú, para Coronel Commandante Superior da Guarda Nacional do Municipio de Caetité da Provincia da Bahia, na forma acima declarada.

Para Vossa Magestade Imperial Ver".

Essa Carta Patente foi referendada por Francisco Diogo Pereira Vasconcelos (15), então Ministro da Justiça do Gabinete presio pelo marquês de Olinda.

Registro de casamento de Inocêncio Fernandes Cangussu e Júlia Dantas Cangussu

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

3º OFÍCIO M. CLAROS - MG
A presente cópia fotostática confere com o seu original. Dou fé.
M. Claros, 23 de 02 de 1981
Camilo Prates Sobrinho TABELIÃO
Afonso Prates Borba SUBSTITUTO
Márcio Ellis F. Chamone AUTORIZADO
Carlos Humberto C. Silva JURAMENTADO

Cartório de Paz e Registro Civil da Comarca de Rio Pardo de Minas
O OFICIAL
Carmo Mesquita

LIVRO Nº 04.X.X.X.X. DE REGISTRO DE CASAMENTOS

FOLHAS 04.X.X.X.X.

TERMO 04.X.X.X.X.

CERTIFICO *que do mencionado livro de registro de casamentos deste cartório, termo e folhas citados, consta o assento do matrimônio de* Inocencio Fernandes Cangussú e d. Julia Alves Dantas.X.X.X.X.XX.X.X. .X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.

realizado aos 29.X.X. *de* agosto.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X. *de 19* 17.X.*nesta cidade.*

ELE, ~~nascido em~~ com vinte e sete (27) anos de idade.X.X.X.X.X.X.X.X.X.

no dia.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X. *de* .X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.

de mil novecentos e .X.X.X.X.X.X.X.X.X X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X(19.X.X.X)

profissão lavrador.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.*domiciliado e residente* neste distrito.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.

filho de Tertoliano Fernandes Cangussú..X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.

e de D.ª Sebastiana Angelica Cangussú.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.

ELA, ~~nascida em~~ com vinte e um (21) anos de idade.X.X.X.X.X.X.X.X.X.

no dia.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.*de* .X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.

de mil novecentos e .X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X(19.X.X.X)

profissão serviços domésticos .X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X. *domiciliada e residente* neste distrito.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.

filha de Paulo Pereira Dantas.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.

e de D.ª Maria Alves Dantas.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.

ELA *passou chamar-se* .X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.

Regime do casamento comunhão.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.*de bens.*

Testemunhas: Pedro Chaves, Ozorio Batista, Alvino Alexandrino Borges. e João Pereira da Fonseca.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.

OBSERVAÇÕES: Casamento realizado aos vinte e nove (29) dias do mes de agosto de mil novecentos e dezesete (1.917).X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X. .X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.

O referido é verdade e dou fé.

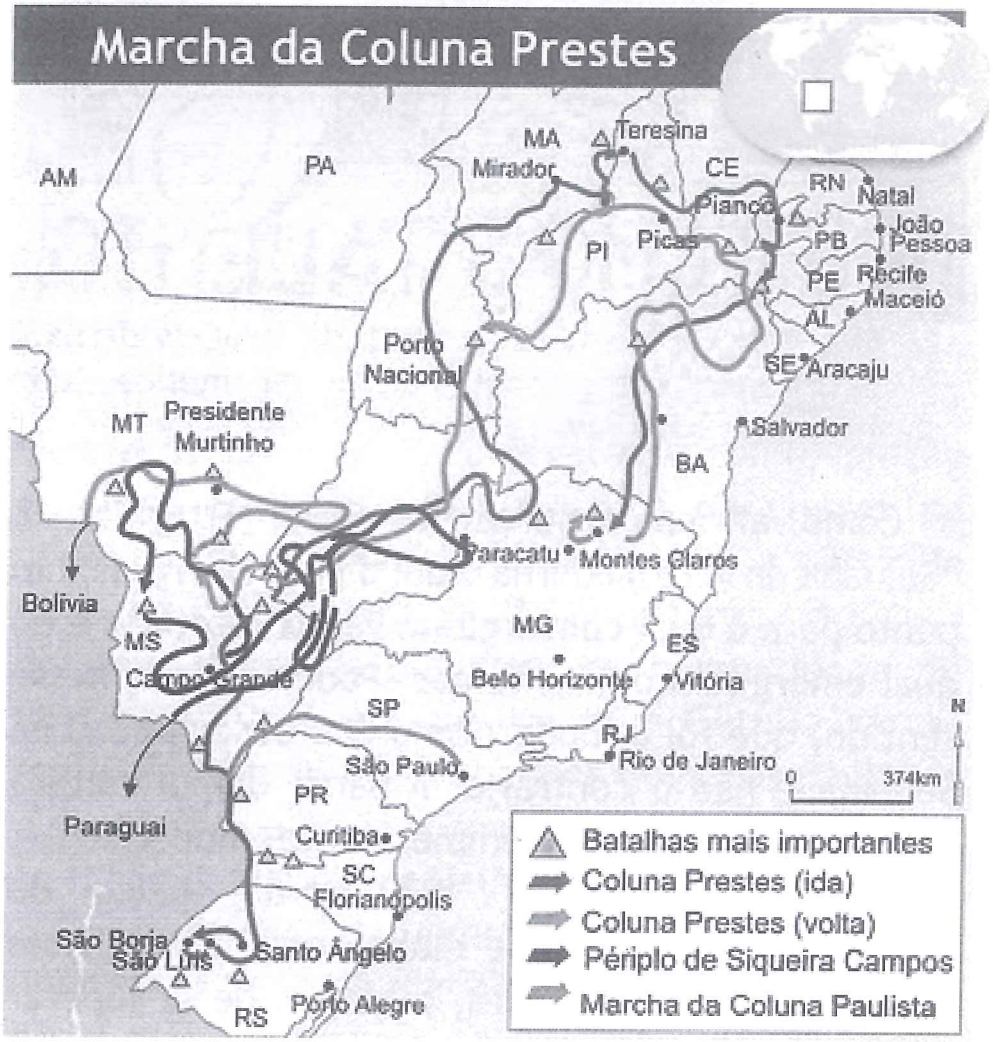
Rio Pardo de Minas MG, 08 *de* março.X.X.X.X.X.X.X. *de 19* 76

OFICIAL DO REGISTRO CIVIL

Julia Dantas Cangussu
Data do nascimento: 15.09.1896

ANEXO 4

Mapa da trajetória da Coluna Prestes. Mostrando a manobra de volta, conhecida como Laço Húngaro, depois da batalha travada no norte de Minas Gerais, no distrito de Rio Pardo.



Referência: http://guajeruonline.blogspot.com.br

ANEXO 5:

Certidão de Nascimento de Tertuliano Cangussu

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

ESTADO DE M. Gerais.

Manoel José da Mata.

ESCRIVÃO DO JUZO DE PAZ E OFICIAL DO REGISTRO CIVIL

Distrito de Montezuma.

Municipio de Rio Pardo de Minas

Comarca de Rio Pardo de Minas.

CARTORIO DE PAZ — DE — MONTEZUMA. MINAS

Certidão de Nascimento

CERTIFICO que, sob o N.o ——, a fls. 23 v — do livro N.o 1 (um.) de registro de nascimento, encontra-se assento de Tertuliano Cangussú nascido aos 20 de Julho de 1937, ás —— horas e — minutos, neste municipio de Rio Pardo de Minas — do sexo masculino, de côr morena, filho legitimo de Inocêncio Cangussú e de Dona Júlia Dantas Cangussú sendo avós paternos Tertuliano Fernandes Cangussú e Dona Sebastiana Angélica Cangussú, (ambos falecidos.) e maternos Paulo Pereira Dantas, (já falecido.) e Dona Maria Alves Dantas tendo sido declarante o Sr. Inocêncio Cangussú e testemunhas Vital Braga e Trindade Gonçalves.

Observações Registro feito em 12 de dezembro de 1937 pelo Escrivão Manoel Ovidio Martins Ribeiro, de acôrdo com a lei.

O referido é verdade e dou fé.

Montezuma de Maio de 1955.

D. B. e S.

M. J. Mata.

O OFICIAL,

Manoel José da Mata.

FIRMA no TAB. VAMPRE Anchieta, 34 S. Paulo

FIRMA no TAB. VAMPRE Anchieta, 34 S. Paulo

RECONHECER NO TABELIONATO VEIGA Rua S. Bento, 41 - S. Paulo

ANEXO 6:

Registro de nascimento de Terezinha Dantas Cangussu

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
2º. OFÍCIO
OFICIAL: DR. CECIVALDO GONÇALVES BENTES
RUA GOIÁS 285 — TELEFONE 22-8863 — BELO HORIZONTE

NOVO ENDEREÇO
RUA CURITIBA, 649 - SALA 203
ED. [illegible] - CEP 30.190

CERTIDÃO

CARTÓRIO
2º OF. DE REGISTRO TÍTULOS E DOCUMENTOS

CECIVALDO GONÇALVES BENTES, Oficial do Segundo Ofício do Registro de Títulos e Documentos desta Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, etc.,

CERTIFICA, a pedido verbal de parte interessada que, revendo em seu Cartório os Livros de Registro de Títulos e Documentos, no de nº B-5, sob o nº de ordem 4618, protocolado sob o nº 29.814, nele datado de 26 de janeiro de 1965, encontrou o registro do teor seguinte: " "Certidão de nascimento, manuscrita, apresentada por Terezinha Cangussú, protocolada sob o nº 29.814: "Manuel Clemente da Sá, Oficial do Registro Civil da ' Cidade de São Francisco, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, etc. Certifico que, no livro nº 5, folhas 13 verso do registro de nascimento deste cartorio, consta o assentamento do nascimento de Terezinha Cangussú, do sexo feminino, cor branca, nasceu no distrito do Morro, deste Município, no dia vinte nove (29) de Agosto de mil novecentos e trinta e tres (1933), filha legítima de Inocencio Cangussú e sua mulher D. Julia Dantas, residentes no mesmo distrito e natural de Espinosa e Agua Quente, Estado de Minas Gerais, avós paternos, Tertuliano Cangussú e Sebastiana Cangussú, ' maternos Paulo Pereira Dantas e D. Maria Alves Dantas, todos brasileiros, que do livro reporto, dou fé. São Francisco, 2 de janeiro de 1958. O Oficial, (a) Manuel Clemente de Sá. (Sôbre @ 6,50 ' de selos federais, inclusive Educação e Saúde)" "Manoel Clemente' de Sá - Escrivão de Paz e Oficial do Registro Civil-Imóvel e Hipotecas - Comarca de São Francisco - Minas Gerais." "Reconheço verdadeiras a firma e letra supra exarada de Manoel Clemente de Sá - Of. Reg. Civil, dou fé. São Francisco, 2 de janeiro de 1958. Em '

ANEXO 7:

Ofício endereçado a Ademar Cangussu

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

São Francisco, 13 de janeiro de 1977

Ilmo Sr.
Ademar Cangussu
CIDADE

Prezado Senhor,

É esta para levar ao conhecimento de V. Sa. que sancionei a lei nº 607/77, dando a denominação de Inocêncio Cangussu a uma rua desta cidade. Peço a V. Sa. participar o fato aos demais familiares do homenageado.

Cordiais saudações,

OSCAR CAETANO JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO 8

Texto do Anexo referido no email de Ioelson Pinheiro Cangussu (Pita) que defende outra hipótese para a origem dos Cangussu.

Origem da Família Cangussu

Os Cangussu ou Canguçu diferente do que todo mundo pensa, não são uma única família.

Primeiro, os Canguçu são de Brumado/Caitité. Segundo:o sobrenome original é Pinheiro Pinto, de origem portuguesa, como está bem historiado no livro "Uma Comunidade Rural do Brasil Antigo".

O primeiro Canguçu foi o Inocêncio Pinheiro Pinto (vide plan A11,12 e 13) da árvore genealógica, que passou a ser chamado de Inocêncio Pinheiro Canguçu.

Já, os Cangussu são de Espinosa/Urandi. O sobrenome original é Fernandes Balieiro

O primeiro Cangussu foi o Inocêncio Fernandes Balieiro (vide plan A0 e A1 da árvore genealógica), que passou a ser chamado de Inocêncio Fernandes Cangussu.

O seu membro mais famoso, foi o José Cangussu (Zeca) de Espinosa, prefeito por quatro mandatos e Deputado Estadual. Ele também é autor do livro de poesias "Relicário".

Então, porque duas famílias com o mesmo sobrenome Cangussu e Canguçu?

Hipótese que precisa ser estudada, é de que a coincidência de nome entre Inocêncio Canguçu (mais velho) e Inocêncio Cangussu, e pela fama do Inocêncio Canguçu e os filhos Exupério e Leolino, as pessoas passaram a chamar o Inocêncio Fernandes Balieiro (este de Espinosa) de "Cangussu" (variação de Canguçu) e posteriormente, teria sido incorporado oficialmente aos seus descendentes.

Que outro motivo teria para ser chamados de Cangussu?

E de onde vem o Pinheiro de alguns Cangussu de Espinosa?

A explicação é a seguinte: uma Cangussu – Benedita (Dita), fillha de Inocêncio Fernandes Balieiro, casou-se com Tiburtino Pinheiro Pinto. Ainda não se tem a confirmação, mas ele talvez seja a ligação com os Pinheiro Pinto (Canguçu) de Brumado. Então, se confirmada esta hipótese, o que é muito provável, pela coincidência do sobrenome e proximidade de Espinosa e Brumado. Os únicos Cangussu que seriam também Canguçu,são os descendentes de Tiburtino e Dita e seriam Pinheiro Cangussu, diferente dos Pinheiro Canguçu de Brumado.

Também esta hipótese é bem plausível e precisa ser melhor estudada.

A pessoa indicada para nos ajudar nesta empreitada, se chama Dirceu Ribeiro da Cruz, nascido e morador em Espinosa, ferrenho estudioso da genealogia das famílias tradicionais de Espinosa e pessoa muito desprendida.

Temos de encontrar algum parente de Espinosa que possa obter essa informação com ele, ou até, pedir a ajuda dele para pesquisar estas duas questões. Outra possibilidade, seria pesquisar em alguma biblioteca sobre história de Espinosa, para encontrar respostas para estas dúvidas.

Espero ter sido claro. Se você é muito interessado no assunto, poderá obter a solução para o problema. Mas como as hipóteses apresentadas me parecem muito realistas, trabalho como se elas fossem verdadeiras, até prova em contrário.

De: Eliane <[redacted]>
Enviado: segunda-feira, 28 de novembro de 2016 16:46
Para: joelson@hotmail.com
Assunto: Árvore Cangussu

Oi Joelson, boa tarde.

Sou prima do Jackson, sobrinha de Zilda e estou escrevendo a história do nosso ramo familiar. Pelo que pude deduzir de sua árvore, vc considera o Inocêncio Baleeiro como o primeiro Cangussu? Você tem referências de que ele adotou o Cangussu? O pai dele não tinha, não é? Neste caso você não admite vínculo com o Inocêncio José Pinheiro Canguçu?
Minha hipótese é outra li muitas bibliografias, principalmente Lycurgo. A carta do Imperador Pedro que nomeia Exupério para Coronel da Guarda Nacional grafa seu nome como Exupério Cangussu, com dois esses.
Minha tese defende que nossa descendência vem de Laurinda, ela devia ser Cangussu, Inocêncio José teve pelo menos 10 filhos ilegítimos e, constituiu segunda família em minas, atual município de Jequitinhonha, onde faleceu. Ele pode ter diferenciado os filhos bastardos com Cangussu, ??? Estou tentando uma pesquisa cartorial.
ito
Qual é a sua opinião?

Obrigada por compartilhar seu trabalho.

Abraço,

Eliane.

De: **ioelson pinheiro cangussu** ioelson@hotmail.com
Assunto: Re: Árvore Cangussu
Data: 1 de dezembro de 2016 15:34
Para: **Institucional** elianecangussu@gmail.com

Boa tarde Eliane,

Vc tem contato do JACKSON? Perdi o contato dele. O caminho para dissipar esta nossa dúvida é mesmo o cartório de Espinosa.
Tem que se buscar uma certidão de nascimento, casamento ou óbito da Laurinda, esposa do Inocêncio Fernandes Balieiro (Cangussu)

Acho difícil que o Inocêncio tenha adotado o sobrenome da esposa, mesmo no dia de hoje isto não acontece. Tb. o Sr. Dirceu, já falecido,
que fez a pesquisa no cartório de Espinosa teria cometido um engano ao indicar o Inocêncio como a origem dos Cangussu.

Ainda, uma filha de Inocêncio casou-se com Tiburtnio Pinheiro Pinto, possivelmente parente do Inocêncio Pinheiro Pinto (Canguçu) de Brumado.
Por ter o mesmo nome do sogro o Tiburtino poderia tê-lo apelidado de Cangussu.
Escrevi um texto sobre o assunto. Vide o anexo.

Um primo nosso, o Iran fez uma monografia sobre a Família Canguçu/Cangussu, mas não tive acesso ao documento e ele talvez não tenha desvendado esta questão. Seria a oportunidade de tê-la desfeito.

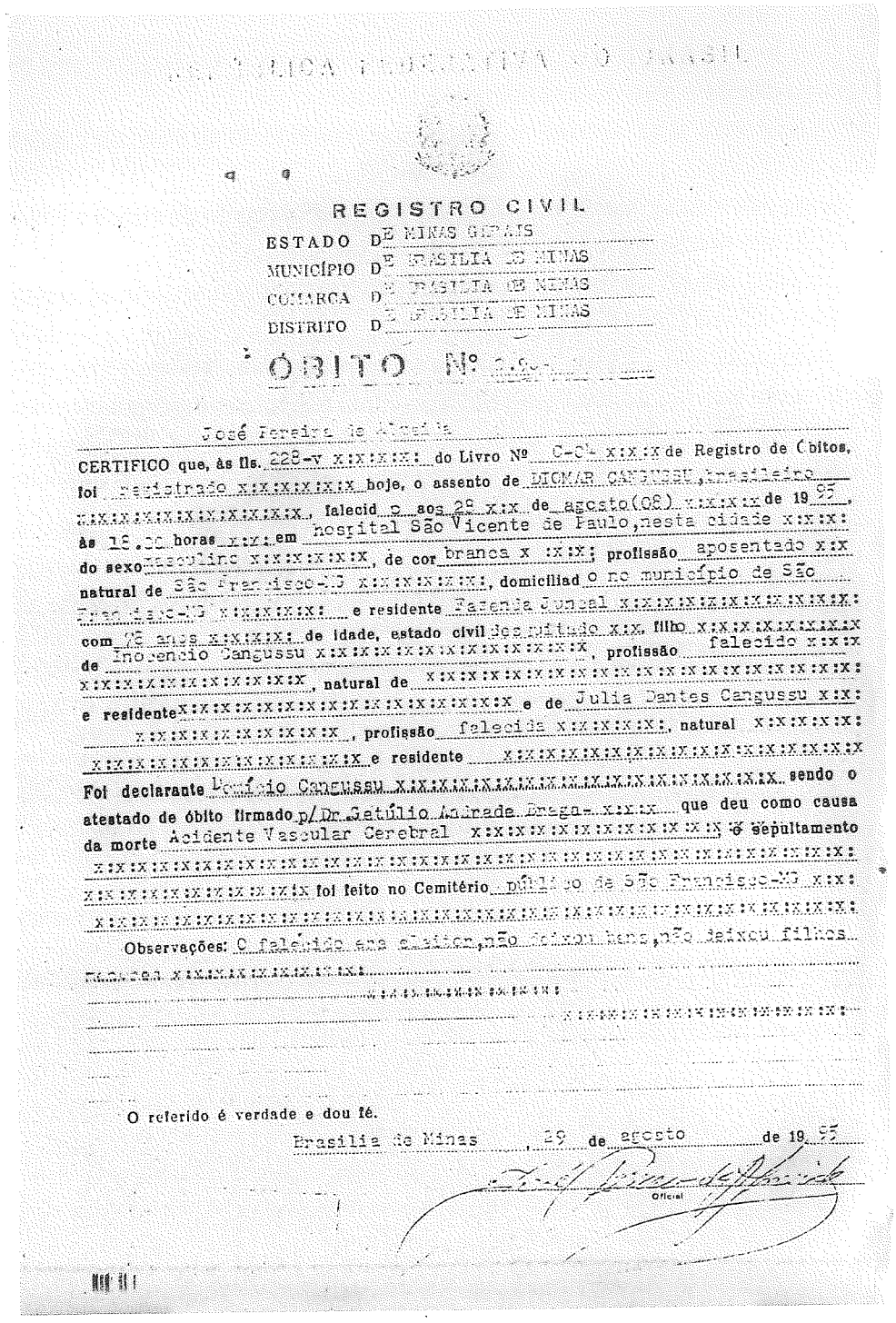
Espero ter ajudado.

Abraços, Ioelson

(Pita)

ANEXO 9

Registro do óbito de Diomar Cangussu



REGISTRO CIVIL

ESTADO DE MINAS GERAIS

MUNICÍPIO DE BRASILIA DE MINAS

COMARCA DE BRASILIA DE MINAS

DISTRITO DE BRASILIA DE MINAS

ÓBITO Nº [illegible]

José Pereira de Almeida

CERTIFICO que, às fls. 228-v do Livro Nº C-3º de Registro de Óbitos, foi registrado hoje, o assento de DIOMAR CANGUSSU, brasileiro, falecido aos 28 de agosto (08) de 1995, às 19.30 horas em hospital São Vicente de Paulo, nesta cidade do sexo masculino, de cor branca; profissão aposentado, natural de São Francisco-MG, domiciliado no município de São Francisco-MG e residente Fazenda Junçal, com 78 anos de idade, estado civil desquitado, filho de Inocencio Cangussu, profissão falecido, e residente falecido, natural de [illegible], e de Julia Dantes Cangussu, profissão falecida, natural [illegible] e residente [illegible]. Foi declarante Domício Cangussu, sendo o atestado de óbito firmado p/ Dr. Getúlio Andrade Braga, que deu como causa da morte Acidente Vascular Cerebral. O sepultamento foi feito no Cemitério público de São Francisco-MG.

Observações: O falecido era solteiro, não teve bens, não deixou filhos menores.

O referido é verdade e dou fé.

Brasilia de Minas, 29 de agosto de 1995

Oficial

ANEXO 10

Registro de óbito de Waldemar Cangussu

República Federativa do Brasil

ESTADO DE MINAS GERAIS

1º. SUB-DISTRITO DE BARBACENA

SÔNIA PEREIRA DA SILVA
OFICIAL DO REGISTRO CIVIL

Certidão de Registro de Óbito

CERTIFICA que, do livro nº. 58 do Registro de Óbitos, consta à folha 112 v., sob o nº. 5196, o de Waldemar Cangussú do sexo masculino, de côr branca natural de Rio Pardo, neste Estado, idade 62 anos, profissão contador, estado civil desquitado, filho de Inocêncio Cangussú e de Julia Dantas Cangussú

Faleceu às 0,1 horas do dia horas do mês de onze de fevereiro de mil novecentos e oitenta e um em consequência de traumatismo craneo encefalico, fratura de craneo conforme atestou o Dr. Clóvis de Oliveira

O cadáver foi sepultado no cemitério de Santo Antônio, nesta cidade

O referido é verdade e dou fé.

Observações: O falecido deixa bens

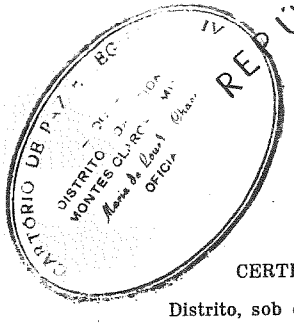
CARTÓRIO REGISTRO CIVIL
Heloisa Maria de Abreu Campos
BARBACENA — MINAS GERAIS

Barbacena, 25 de fevereiro de 1981

Heloisa Maria de Abreu Campos
Sônia Pereira da Silva - Escrivã suat.

ANEXO11:

Certidão de Óbito de Júlia Dantas Cangussu



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CARTÓRIO DE PAZ E EG... IV
DISTRITO ... MONTES CLAROS ...
Maria de Lourdes Chaves
OFICIAL

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIDADE DE MONTES CLAROS

REGISTRO CIVIL

CERTIFICO que do livro Nº 36 C de registro Civil de óbitos deste Distrito, sob o N.º 7520 a folhas 205 V consta o seguinte: Que no dia vinte e nove de julho de mil novecentos oitenta e um 1981

às 14 hs./ 20 ms Rua Gregorio Veloso

nesta cidade

Faleceu Julia Alves Dantas

do sexo feminino cor com

85 anos de idade nas: Rio Paraíso de Minas

estado civil viuva

filho de Paulo Pereira Dantas

e de Maria Alves Dantas

O registro foi a 03 de Agosto de 1981

Foi declarante Vantuil da Silva Ferreira

sendo o atestado médico firmado por Dr. Fernando Antonio Colares, que deu como causa da morte insuf. cardiaca congestiva, insuf. vascular cerebral

O sepultamento foi feito no cemitério desta cidade

O referido é verdade e ao próprio livro me reporto e dou fé.

Montes Claros, 03 de Agosto de 1981

[illegible]
OFICIAL DO REGISTRO CIVIL

ANEXO 12:

Certidão de Óbito de Inocêncio Fernandes Cangussu

CARTÓRIO DE PAZ E REGISTRO CIVIL
DO DISTRITO DA CIDADE
MONTES CLAROS - MINAS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIDADE DE MONTES CLAROS

REGISTRO CIVIL

CERTIFICO que do livro Nº 10 C de registro Civil de óbitos deste Distrito, sob o N.º 7.538 a folhas 304 consta o seguinte: Que no dia Treis — de Abril de mil novecentos e cinquenta e dois - (03-04-52) às 20 hs./ 50 ms — — — — nesta cidade — — — Faleceu Inocencio Cangussu — do sexo masculino cor branca com 62 anos — de idade — estado civil casada filho de Tertuliano Fernandes Cangussu e de Sebastião Angelica Cangussu —

O registro foi a 04 de Abril de 1952

Foi declarante Leonel Beirão de Jesus sendo o atestado médico firmado por Dr. João Vale Mauricio — que deu como causa da morte Toxemia devido a cirrose hepatica, malária

O sepultamento foi feito no cemitério municipal desta cidade, o falecido deixa viuva D. Julia Dantas Cangussu e 12 filhos dez maiores e 2 menores e bens neste municipio e S. Francisco MG de valor ignorado.

O referido é verdade e ao próprio livro me reporto e dou fé.

Montes Claros, 23 de fevereiro de 1981

Lúcio de Figueiredo Chaves Oliveira
OFICIAL DO REGISTRO CIVIL

3º. OFÍCIO
M. CLAROS - MG

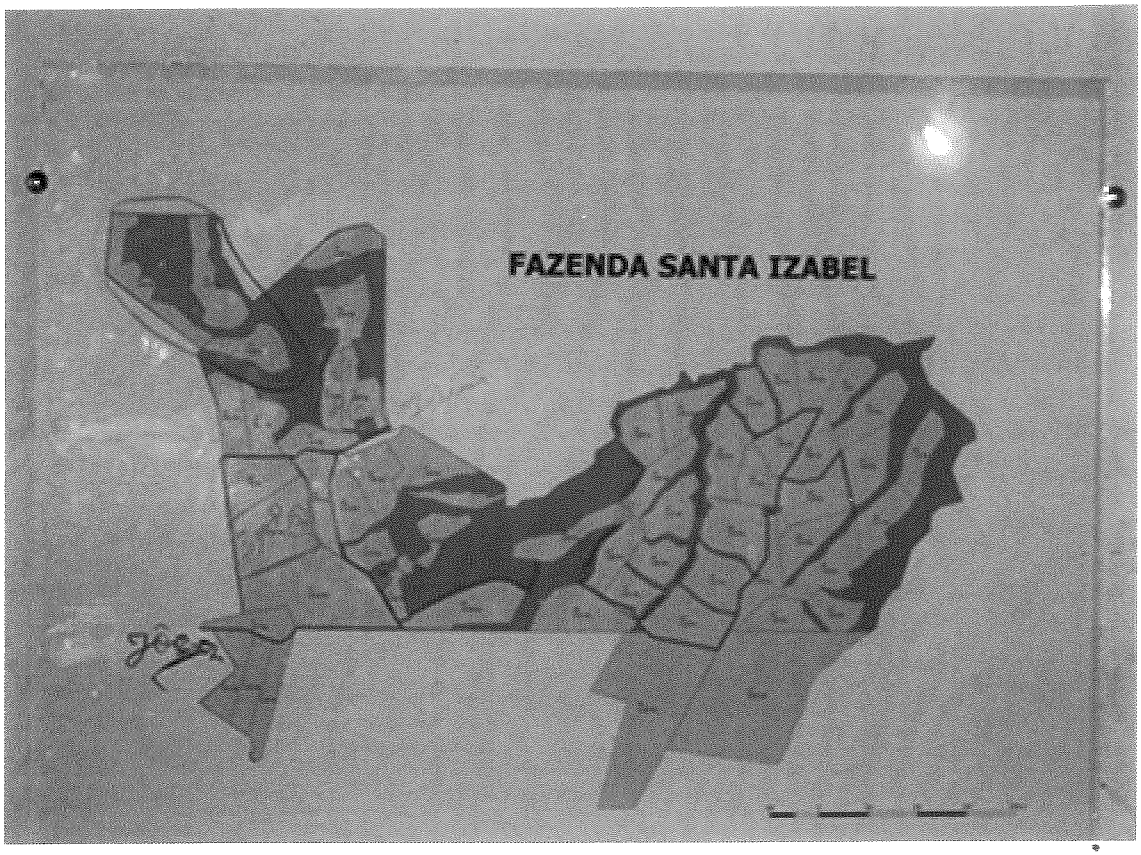
A presente cópia fotostática confere com o seu original. Dou fé.
M. Claros, 23 de 09 de 1981

Camilo Prates Sobrinho TABELIÃO
Afonso Prates Borba SUBSTITUTO
Márcio Ellis F. Chamone AUTORIZADO
Carlos Humberto C. Silva JURAMENTADO

ANEXO 13

Planta Topográfica da Fazenda Santa Isabel

Obs: Feita com redução de 30 alqueires, vendidos pelo comprador



de costume escrever-se, diz a Provisão:

"Nuno da Cunha Presbytero Cardeal da Sta. Iga. de Roma do Tito. de Sta. Anaftafia. Inqor. gal. neftes Rnos. e Snriõs de Portugal, do Confo. de Efto. de El Rey meu Sor. &a. Fazemos faber.

a quantos a presente virem, q' pela boa informação q' temos da geração, vida, e costumes de Miguel Lourenço de Almeida homem de negocio, solteiro, filho de Joseph Lourenço, natural do lugar de Camarõens, freguezia de S. Pedro do Almargem do Bispo, e morador nesta cidade de Lisboa; E confiando delle q' fará com toda a diligencia, consideração, verdade e segredo tudo o q' por Nos lhe for mandado, e pelos Inquisidores comettido. Havemos por bem de o crear, e fazer Familiar do officio da Inquisição desta Cidade de Lisboa, para q' daqui em diante sirva o tal cargo afsim como o servem os mais Familiares da dita Inquisição, e com elle goze de todos os privilegios, isenções, e liberdades, q' por Direito, Provisões, e Alvaraz dos Reys destes Rnos. são concedidos aos Familiares do Santo officio. Notificamolo afsim aos Inquisidores para q' o admitão ao dito cargo, e lho deixem servir conforme seu regimento dando-lhe primeiro juramento de q' se fará afsento por elle afsignado no Livro da creação dos Familiares, e Officiaes da mesma Inquisição na forma do estilo della: Et Authoritate Apoftolica, manda-mos a todas as justiças afsim Ecclesiasticas, como Seculares destez Rnos. e mais pefsoas a q' o conhecimento difso pertencer hajão, e tenhão ao dito Miguel Lourenço de Almeida por Familiar do Santo officio, e lhe guardem, cumprão, e fação guardar, e cumprir inteiramente esta nofsa Provisão, e todos os ditos privilegios como nelles se contem sob as penas, e censuras em Direito, e nos mesmos privilegios declaradas, e de se proceder contra os culpados como pefsoas q' offendem aos Ministros do Santo officio da Inquisição. Dada em Lisboa sob nofso signal, e sello do Santo officio aos vinte dias do mez de Fevereiro de

(2) Copiado da "fôlha dois do processo de habilitação do Santo Ofício", maço onze, n.º 191 da respectiva coleção, no Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo, Lisboa. Certidão passada pelo diretor do Arquivo, em 23/1/1952.

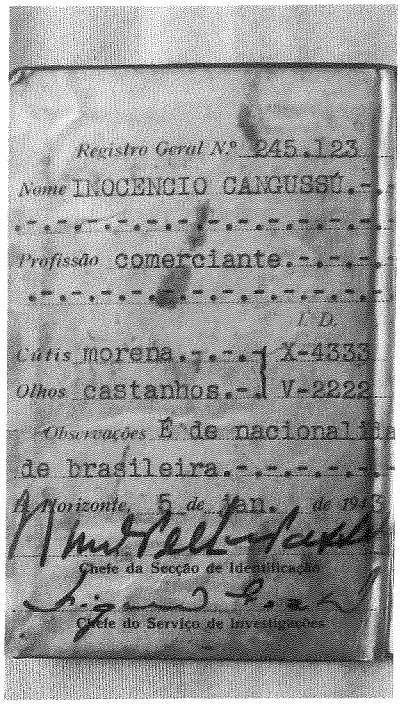
ANEXO 15

Dedicatória de foto Inocêncio Cangussu e Júlia Dantas Cangussu
Publicada no grupo público Família Cangussu/ Kangussu/ Canguçu/ Facebook
Data da postagem: 20/05/2013
Por: Ílio Pablo Cangussu Lidório

Inocêncio Cangussú, Esposa offerecem sua photographia ao seu primo ... Sebastião Cangussú e Esposa em prol de Amizade Espigão, 17/3/1928

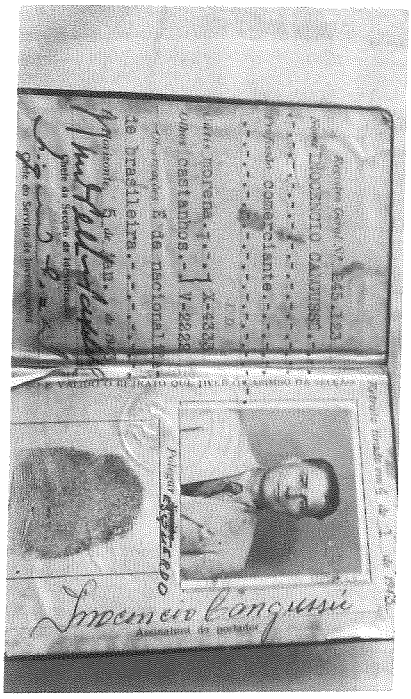
ANEXO 16

Carteira de identidade de Inocêncio Fernandes Cangussu


Registro Geral N.º 245.123
Nome INOCENCIO CANGUSSÚ.-
Profissão comerciante.-
I. D.
Cútis morena.- X-4333
Olhos castanhos.- V-2222
Observações É de nacionalidade brasileira.-
Belo Horizonte, 5 de jan. de 1943
Chefe da Secção de Identificação
Chefe do Serviço de Investigações

Retrato tirado em 4 de 1 de 1943
Polegar direito ESQUERDO
Assinatura do portador

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
CARTÊIRA DE IDENTIDADE
MINAS GERAIS



ANEXO 17

Postagem de Cleber Coqueiro Passos
Publicada no grupo Família Cangussu/ Kangussu/ Canguçu/ Facebook
Data da postagem: 26/11/201
Conteúdo:
Elo entre o Cangussu de Espinosa e Brumado.

Desconfio que a esposa de Inocêncio Baleeiro, Laurinda tenha sido uma das filhas não oficiais de Inocêncio Pinheiro Cangussu.

http://www.myheritage.com.br/person-1000219_166667921_166667921/laurinda-cangussu

Teríamos que conseguir o casamento de Inocêncio com Laurinda para descobrir quem eram os pais dela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. SANTOS Filho, Lycurgo. Uma comunidade Rural do Brasil Antigo: Aspectos da Vida Patriarcal no Sertão da Bahia nos séculos XVIII E XIX
Companhia Editora Nacional S/A, São Paulo - 1956.

2. SOUZA, Luiza Campos de. Conflito de família e banditismo rural na primeira metade do século xix: Canguçu e "peitos-largos" contra castros e mouras nos sertões da Bahia / Luiza campos de Souza– 2014.131f.
Orientador: Prof. Dr. Dilton Oliveira de Araújo
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2014.

3. SANTOS, Gildásio Alves. COELHO, Isabel de Fátima. CARVALHO, Joandina Maria de. A Coluna Prestes e sua Passagem pelo Município de Condeúba. Vitória da Conquista, UESB 1997.

4. BRÁS, Brasiliano.

5. GOMES, Arthur Jardim de Castro.

6. PEIXOTO, Afrânio. Sinhazinha. Romance. Editora: Ediouro, 1929.

7. Site MyHeritage

8. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Biblioteca virtual

9. FGV- Fundação Getúlio Vargas. Site.

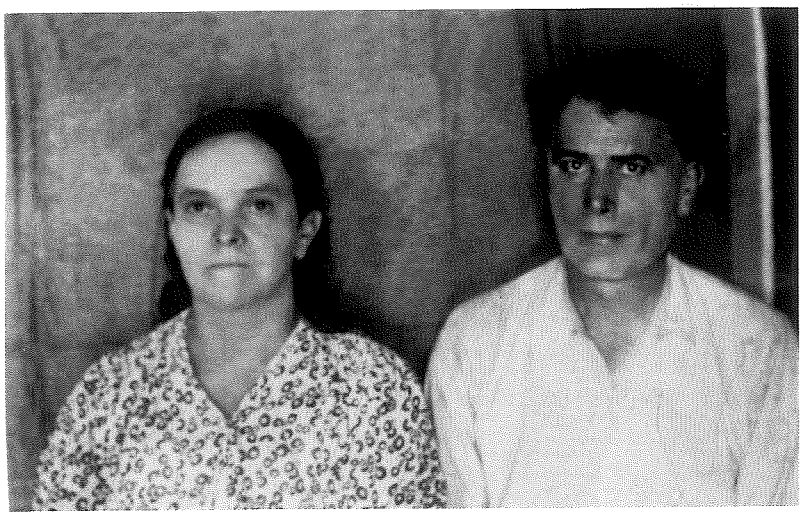
10. http://guajeruonline.blogspot.com.br/2010/12/historia-da-passagem-da-coluna-prestes.html

11. Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka
procuradora federal em São Paulo (SP), doutora em Direito pela USP, professora doutora de Direito Civil da USP, diretora da Região Sudeste do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFam).

12. Lingua Tupi : http://brazil1500.tripod.com/wodlingos/id31.html

ÁLBUM DE FAMÍLIA

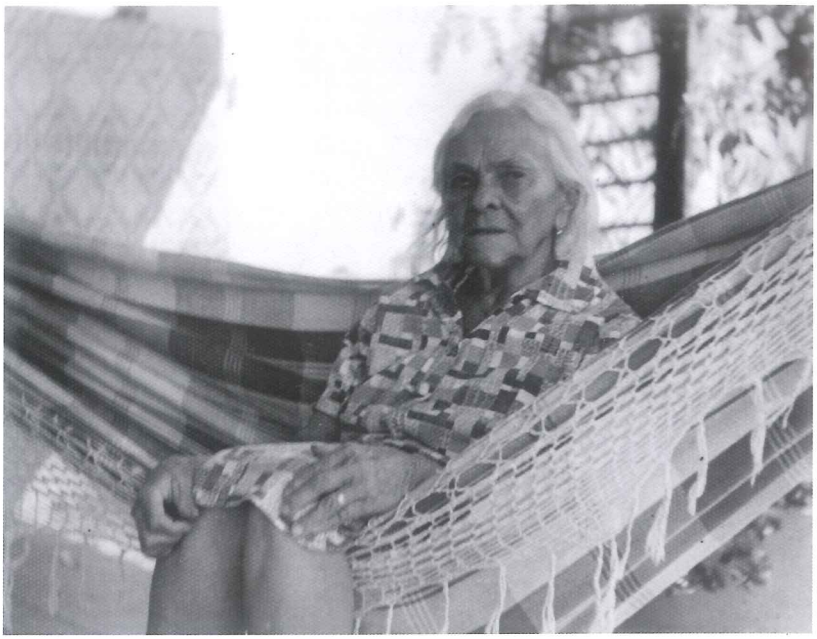
ACERVO CONSTITUÍDO DE FOTOS REUNIDAS NA FAMÍLIA.

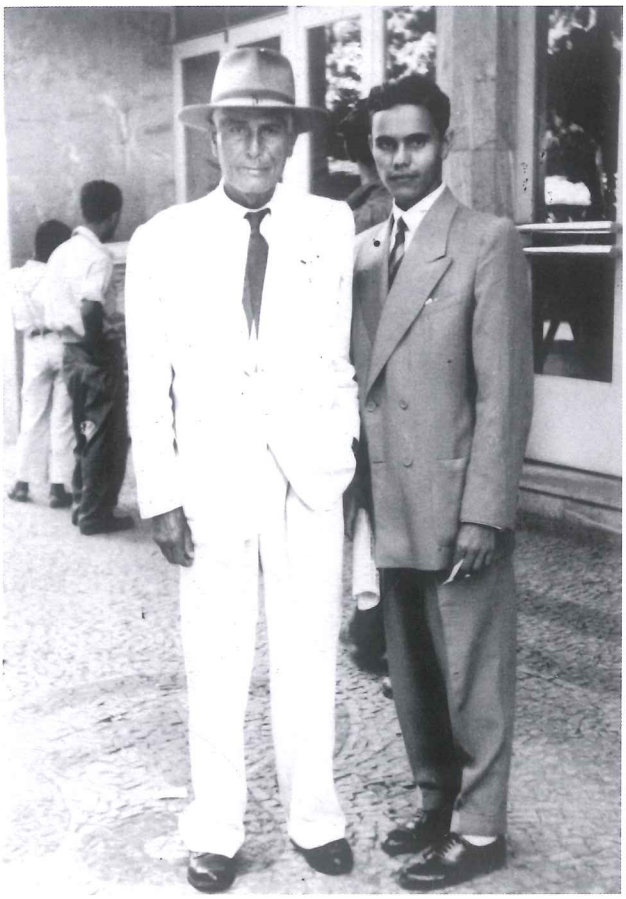


Inocêncio Fernandes Cangussu e Júlia Dantas Cangussu
Local: Fazenda Santa Isabel/ São Francisco - 1940

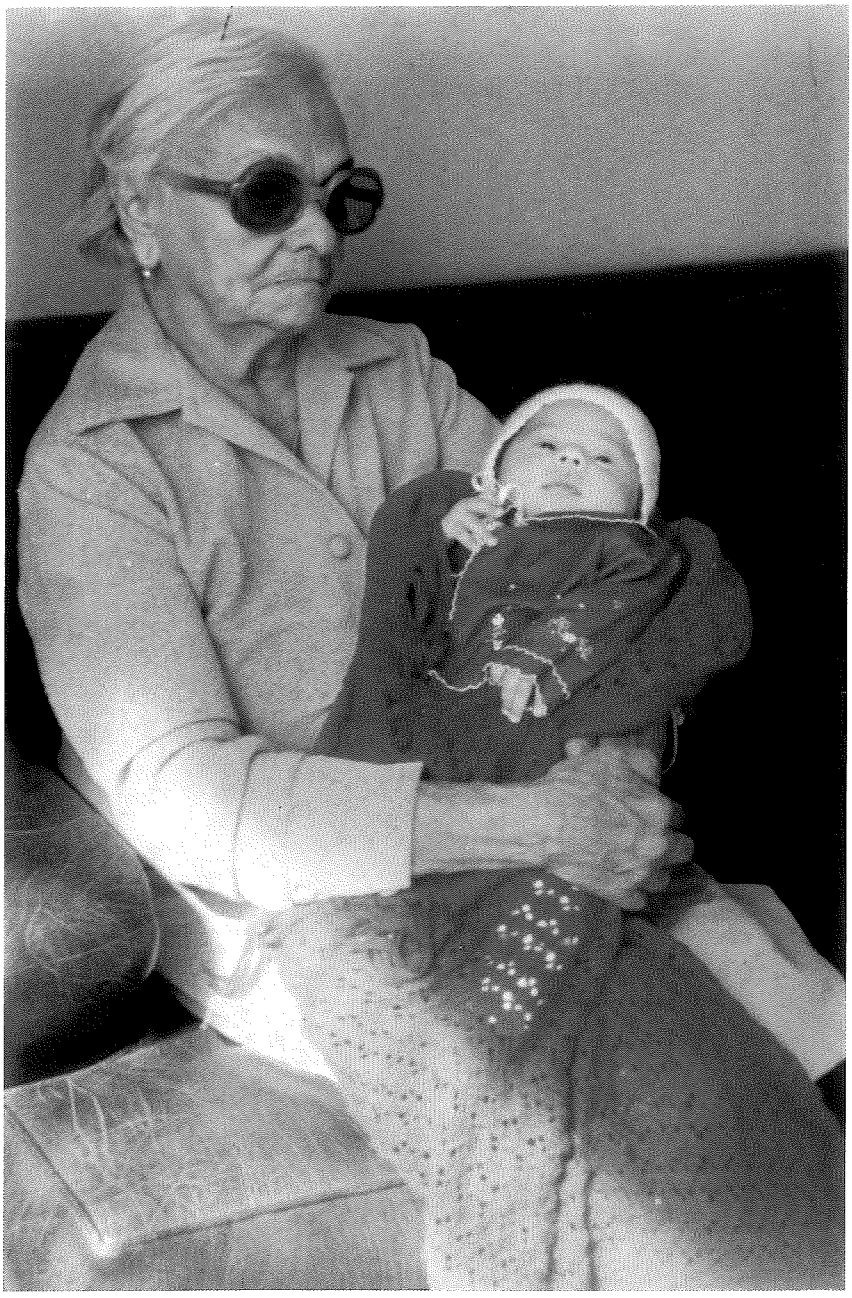
Da esquerda para a direita
Acima: Lindolfo e Lilica, Inocêncio e Júlia, João e Nice, Anísio e Nazinha;
Abaixo: Newton, Amélia, Didi,Waldemar, Ademar e Tertuliano;
Meninas: Terezinha, Zilda e Julita (neta).
Brasília de Minas: 01/02/1943
Casamento de Nair (Nazinha) e Anísio.

Júlia Dantas Cangussu
Brasília/ DF - 1978
Chácara de zilda.





Inocêncio Cangussu e
Tertuliano Cangussu.
Belo Horizonte. 1951.



Júlia Dantas Cangussu
Brasília/ DF; 1976 .
Com o neto Augusto Cézar.

Newton, Zilda, Licinha, Lilica, Tertuliano e Amélia, (da esquerda para a direita).
São Francisco - 1998
Casamento do Rildo

Newton, Amélia, Terezinha e Zilda, (da esquerda para a direita).
Goiânia/GO. 24/12/1999
Natal.

Nazinha e Licinha.
Sao Francisco. 1973.
Casamento de Célia.

Em primeiro plano: Júlia, Helena, Tertuliano, Everton, Zilda, Ademar e Generoso.
Atrás: Jarbas Soares e Rosalice Caetano Soares; Oscar Caetano e Alice Mendonça Caetano
Montes Claros. 05/1959. Casamento de Zilda

Terezinha, Zilda, D. Júlia e Juninho. Formatura em Pedagogia. Brasília/DF - 31/07/1971

Lilica e Zilda. Brasília/DF. 1985

Newton Cangussu e Terezinha Almeida Cangussu.
Local desconhecido. S/D.

Amélia Soares Cangussu e Generoso Soares de Carvalho
Montes Claros. S/D

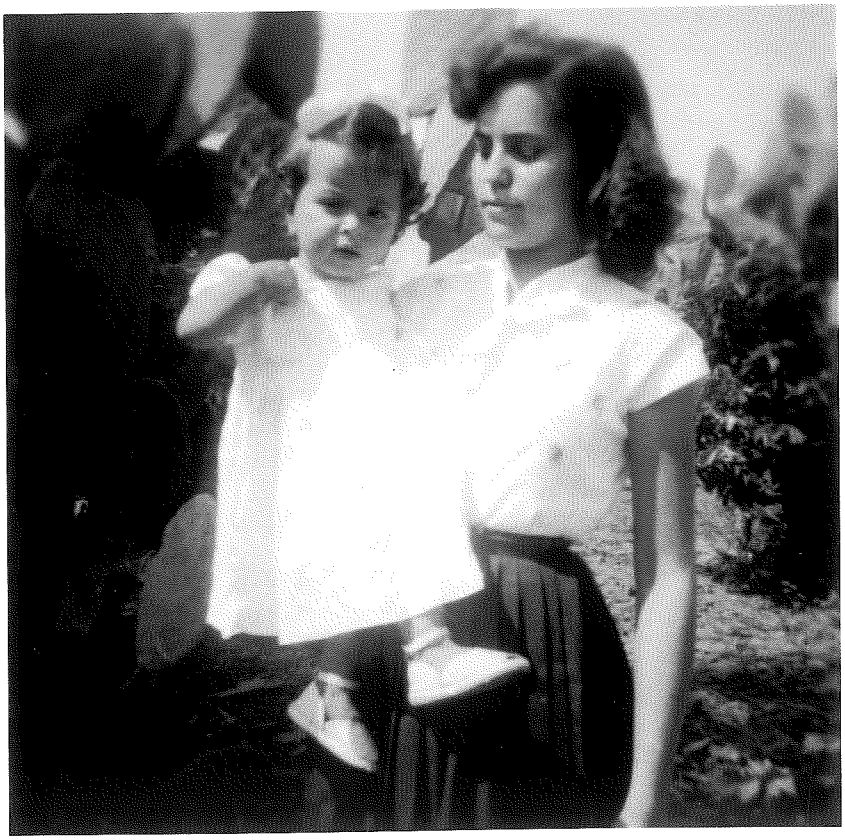
Lado esquerdo: Terezinha, Helena, Tertuliano e Ademar;
Centro: Afrânio;
Lado direito: Newton e outro não identificado.
Montes Claros - S/D.

Zilda Dantas Cangussu e Everton de Almeida.
Montes Claros, Aeroporto - 06/02/1958
Pedido de casamento/ noivado do casal.

Tertuliano Cangussu.
Januária. 1944.
Colégio São João (uniforme).

Nair Cangussu Wanderley.
Varzelândia. 1948.
Nazinha 23 anos e Edna 2 anos.

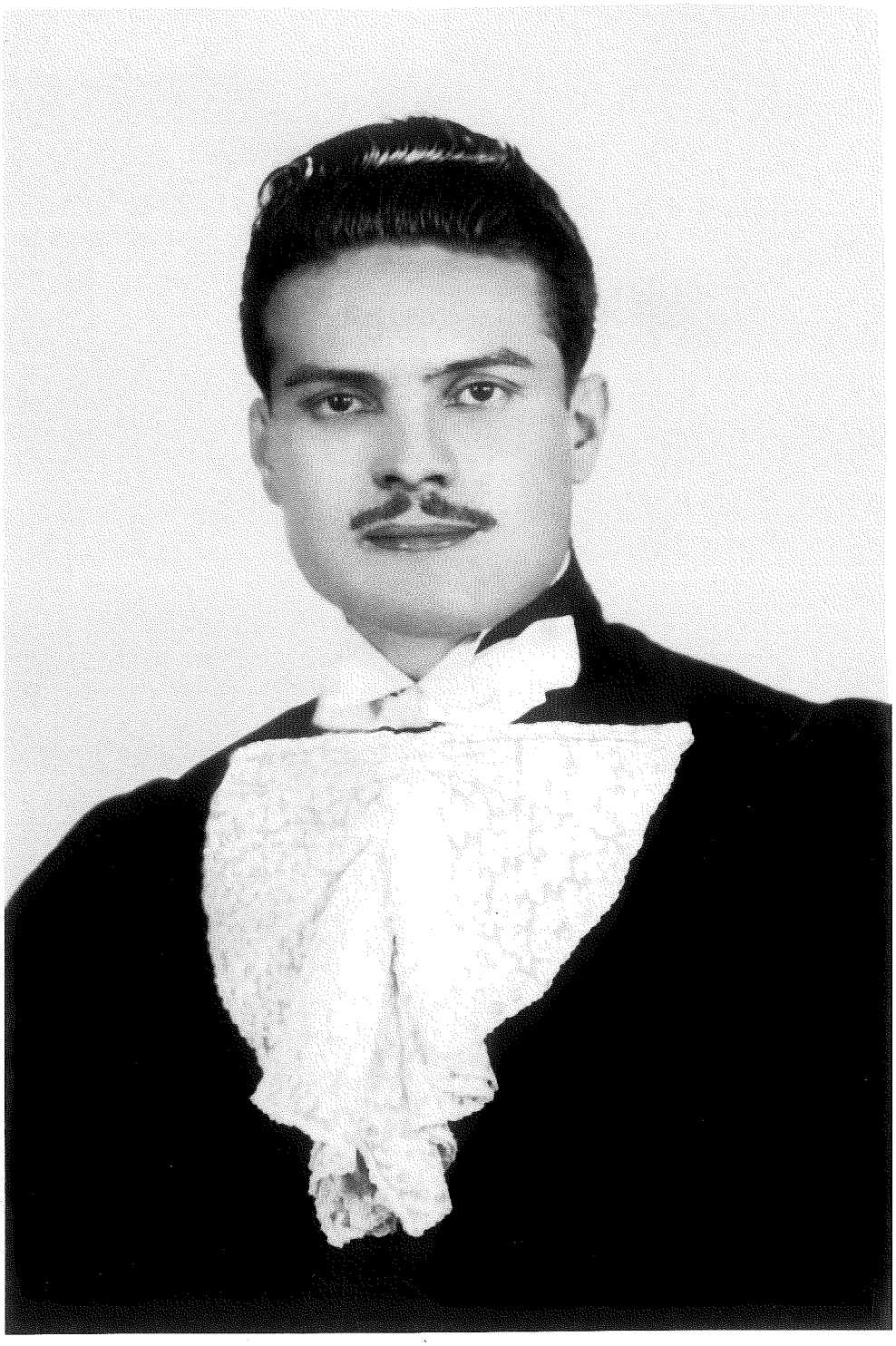
Amélia Soares Cangussu.
Montes Claros, 1953.
Com o filho Geraldo Jackson.



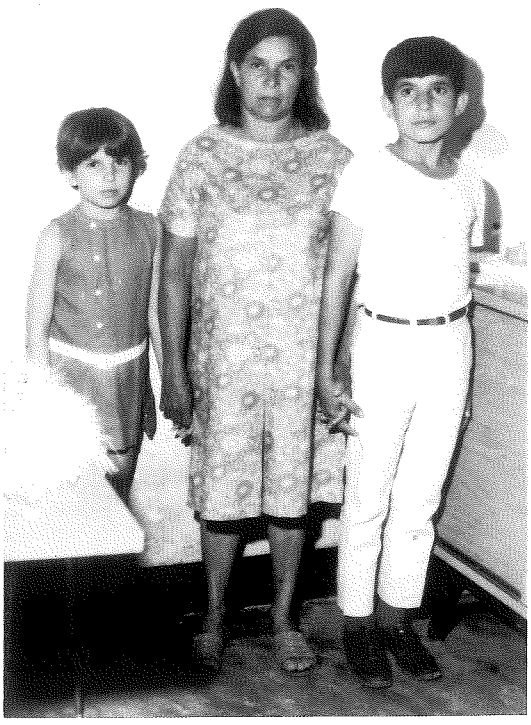
Zilda Dantas
Cangussu.
Montes Claros.
3/4/1952.
Na casa de D. Júlia
com a sobrinha Anísia
de 1 ano.

Diomar Cangussu
São Francisco. S/D.

Waldemar Cangussu.
São Paulo/SP. S/D.
Formatura Em Ciências Contábeis.



Maria Matos Cangussu - Lilica.
Local desconhecido.
S/D.



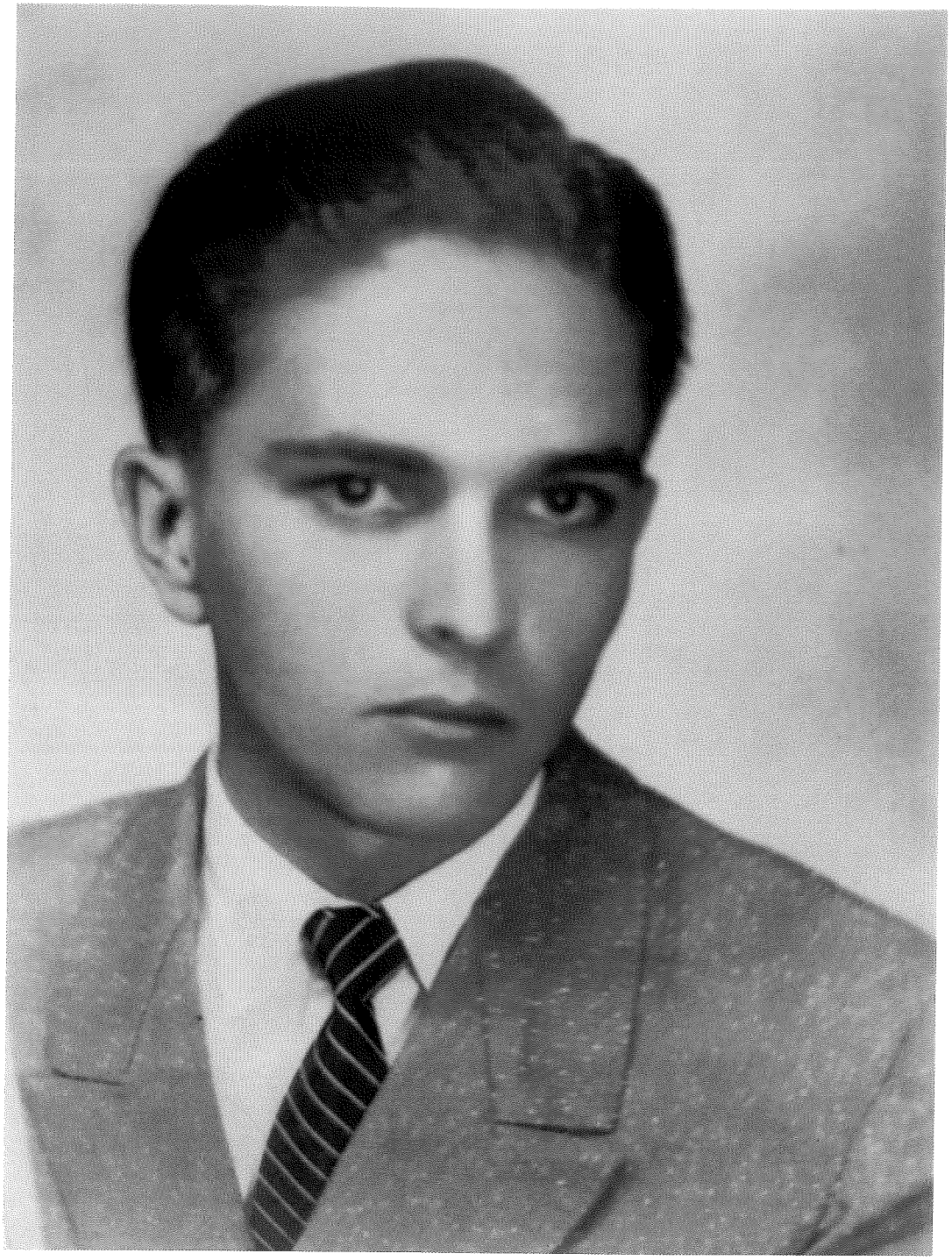
Adelice Rodrigues Cangussu (Licinha).
Sao Francisco. 1969
Com os filhos Antônio Alvimar e Ednéia.

Nair Cangussu
Wanderley -
Nazinha
Belo Horizonte
1952.

Nice Dantas Cangussu.
Sao Francisco. 1941

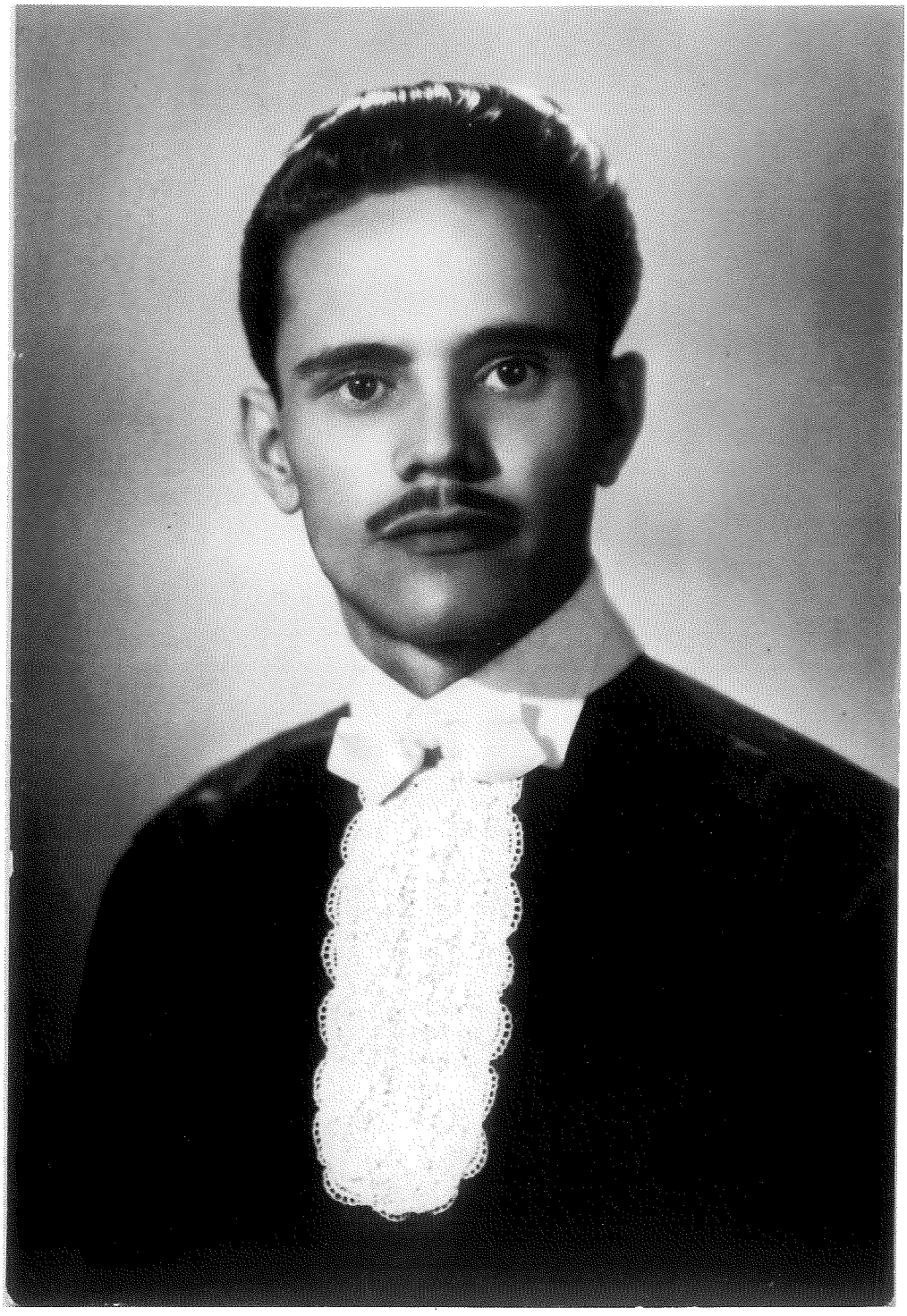
Ademar Cangussu.
Montes Claros. S/D

Newton Cangussu.
Montes Claros. S/D



Amélia Dantas Cangussu.
São Francisco. S/D

Tertuliano Cangussu.
Montes Claros / 1954
1ª Formatura: Técnico em Contabilidade - Instituto de Educação Norte Mineiro



Terezinha Dantas Cangussu
Lavras/MG - 1959

Zilda Dantas Cangussu. Montes Claros/ 1954

Maria Do Rosário Cangussu - esposa de Ademar.
Local desconhecido.
S/D.

Helena Freire Cangussu (esposa de Tertuliano).
Montes Claros. S/D

ONÇA-PINTADA

REINO: Animal
FILO: Vertebrados
CLASSE: Mamíferos
ORDEM: Carnívora
FAMÍLIA: Felidae
GÊNERO: Panthera
ESPÉCIE: Panthera onca (Linnaeus, 1758).
Maior felino do Continente Americano – espécie ameaçada de extinção!
Nomes comuns: onça, jaguar, canguçu, acanguçu e onça preta (indivíduos melânicos).